

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

LAURA CRISTINA CORDEIRO PRIMO

**DEMANDANTES E DEMANDADOS NA HISTÓRIA E NA CULTURA
POLÍTICA DE MONTES CLAROS-MG**

UBERLÂNDIA – MG

2012

LAURA CRISTINA CORDEIRO PRIMO

**DEMANDANTES E DEMANDADOS NA HISTÓRIA E NA CULTURA
POLÍTICA DE MONTES CLAROS-MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia/UFU, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História Social

Linha de Pesquisa: Política e Imaginário

Orientador: Prof. Dr. João Marcos Alem

UBERLÂNDIA – MG

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- P953d Primo, Laura Cristina Cordeiro, 1984-
Demandantes e demandados na história e na cultura política de Montes
Claros - MG / Laura Cristina Cordeiro Primo. - Uberlândia, 2012.
150 f.
- Orientador: João Marcos Alem.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pro-
grama de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.
1. História - Teses. 2. Problemas sociais - Teses. 3. Montes Claros
(MG) - Condições sociais - Teses. I. Alem, João Marcos. II. Universidade
Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

LAURA CRISTINA CORDEIRO PRIMO

**DEMANDANTES E DEMANDADOS NA HISTÓRIA E NA CULTURA
POLÍTICA DE MONTES CLAROS-MG**

Uberlândia, 27 de fevereiro de 2012

Banca Examinadora

Prof. Dr. João Marcos Alem – INHIS/UFU (Orientador)

Prof^a. Dra. Josianne Francia Cerasoli – INHIS/UFU

Prof^a. Dra. Idalice Ribeiro Silva Lima – UFTM

Dedico este trabalho à minha mãe Nilza, razão do meu viver e a quem amo muito, e ao meu avô, José Cordeiro (em memória), pela confiança que sempre depositou em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradecendo, lembro que este trabalho é fruto da compreensão, do carinho, do respeito e do apoio de pessoas muito especiais e queridas em minha vida. A todos, meu muito obrigada!

Primeiramente a Deus, autor da vida, pela força na superação dos obstáculos e pela concretização de um sonho.

À minha mãe, Nilza, exemplo de vida, determinação e coragem; ao meu irmão, Marcos, que sempre torce pelas minhas vitórias; e de maneira especial ao meu noivo, José Antônio, pelo apoio, carinho e motivação.

A todos os meus familiares, avós, tias e tios, primos e primas, pelo apoio e carinho.

Ao meu orientador, Professor Dr. João Marcos, que sempre se colocou ao diálogo e à disposição. Pela sua paciência, compreensão, dedicação, generosidade, boa vontade e, sobretudo pelas observações, sem as quais este trabalho não teria amadurecido. De todo meu coração, professor, meu muito obrigada, de maneira especial.

Aos professores que de maneira direta ou indireta contribuíram para este trabalho. Em especial, aos professores do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Uberlândia, particularmente à Professora Dra. Josianne Francia Cerasoli e o Professor Dr. Antônio de Almeida, com suas dicas preciosas e disposição em sempre contribuir.

Aos amigos Sandra, Hugo, Luiz, Alessandro, Tiago, Ricardo, Saulo, Valmiro, Tadeu, e tantos outros. A vocês meu carinho e meu muito obrigada. O apoio de vocês foi peça fundamental neste trabalho.

De maneira muito especial, à Valéria, uma grande amiga, com quem sempre contei, desde a tentativa de ingresso no mestrado, e com quem sei que posso contar sempre. A você, muito obrigada.

A Américo Martins Filho, grande admirador da História, pela disponibilidade quanto ao acervo particular e disposição por ter me recebido em sua residência.

Às pessoas que tiveram a disposição, o carinho, a paciência de me cederem seus depoimentos, compartilhando um pouco de suas vidas e suas inquietações, de coração, meu muito obrigado. Sem vocês, este trabalho não teria ganhado vida.

À CAPES, pelo financiamento que possibilitou a concretização dessa pesquisa.

À Secretaria de Desenvolvimento Social, aos CRAS do Maracanã e Santos Reis e à Secretaria Municipal de Planejamento da cidade de Montes Claros, por contribuir com dados relevantes para a pesquisa.

Aos funcionários do Arquivo Público da Câmara Municipal, em especial à Dalva, Werley e Yara, pela atenção que me proporcionou prazer na pesquisa às fontes.

“Se o sentido da política é a liberdade, isso significa que nesse espaço – e em nenhum outro – temos de fato o direito de esperar milagres. Não porque fôssemos crentes em milagres, mas sim porque os homens, enquanto puderem agir, estão em condições de fazer o improvável e o incalculável e, saibam eles ou não, estão sempre fazendo”.

(Hannah Arendt, 1999)

SUMÁRIO

RESUMO	08
ABSTRACT	09
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: História e Cultura Política em Montes Claros	30
1.1 Apontamentos sobre a História Política Local.....	30
1.2 Industrialização, migração e urbanização em Montes Claros.....	44
CAPÍTULO II: Conservação e Mudanças Políticas em Montes Claros	55
2.1 Representações da cidade sem direitos.....	56
2.2 Formas de demandar direitos: abaixo-assinados e pedidos individuais	68
CAPÍTULO III: Pelo Direito de Ter Direitos	88
3.1 Manifestações transgressivas.....	90
3.2 Limites das relações institucionais na cultura política local.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134
ANEXOS	139

RESUMO

O presente trabalho analisa os sentidos das demandas políticas de alguns sujeitos sociais de bairros carentes da cidade de Montes Claros – MG, encaminhadas ao poder público por meio de abaixo-assinados, pedidos individuais e ações transgressivas. Estão em foco a identificação dos sujeitos demandantes, suas estratégias de reivindicação de direitos sociais e as contradições de suas formas de participação política. O objetivo geral foi compreender em que medida os demandantes instituem novas formas de luta por seus direitos sociais e por cidadania em um contexto que, em certa medida, ainda reproduz a *cultura da dádiva* e da reciprocidade na política entre sujeitos desiguais. Para as análises foram utilizadas fontes bibliográficas da história local e documentos, como abaixo-assinados, pedidos individuais, reportagens de jornais impressos e *online*, combinadas com depoimentos orais obtidos diretamente com os sujeitos demandantes. Especificamente, as análises enfatizam o processo de segregação social e espacial de alguns segmentos das classes empobrecidas que, em função da escassez de recursos econômicos e políticos, passaram a ocupar áreas mais afastadas da região central, sem acesso a equipamentos de urbanização e com precários serviços na saúde e educação. As análises prosseguem demonstrando como esses segmentos encontraram meios próprios de inserção no espaço urbano, ocupando lotes vagos, construindo residências, cuidando dos filhos e garantindo-lhes acesso às escolas. Constatou-se que, apesar da situação socioeconômica adversa vivenciada pela população empobrecida da cidade de Montes Claros, os grupos abordados não se mantiveram apáticos e omissos diante de problemas sociais graves. Verificou-se que suas lutas em busca de direitos realizaram-se por intermédio de reuniões em salões de igrejas e outros espaços sociais, pela formulação de documentos formais, pelo uso de retórica criativa e imprevista, pela interpelação individual ou coletiva dos agentes do poder público, por ações transgressivas e até violentas, entre outras estratégias de reivindicação. Com isso, foi possível concluir que, em Montes Claros, MG, encontram-se sujeitos sociais que lutam e resistem contra práticas políticas arraigadas, instituindo outras formas de inserção na cultura política local.

Palavras-Chave: Demandas, problemas sociais, abaixo-assinados, pedidos individuais, práticas transgressivas.

ABSTRACT

This work examines the meanings of the political demands of some social subjects of underserved neighborhoods in the city of Montes Claros-MG, forwarded to the Government through collective petitions, individual requests and transgressive actions. The focus is the identification of applicants, their strategies for claiming social rights and the contradictions of their forms of political participation. The overall objective was to understand the extent to which the claimants establish new forms of struggle for their social rights and citizenship in a context that, to some extent, still reproduces the culture of donation and reciprocity in politics between dissimilar subjects. For the analyses were used sources of local history and documents such as collective petitions, individual requests, printed and online newspapers, combined with oral depositions obtained directly from the claimant subjects. Specifically, the analyses emphasize the process of social and spatial segregation of some segments of impoverished classes which, because of the scarcity of political and economic resources, began to occupy areas furthest from the central region, without access to equipment of urbanization and ill-health and education services. The analyses are demonstrating how those segments found a proper way of inserting themselves in urban space, occupying vacant lots, building houses, taking care of children and guaranteeing them access to schools. It was noted that, despite the adverse socioeconomic situation experienced by impoverished population from the city of Montes Claros, the analyzed groups were not apathetic and missing in face of the serious social problems. It was found that their struggles for rights were held through meetings in halls of churches and other social spaces, by the elaboration of formal documents, by using creative and unforeseen rhetoric, by individual or collective questioning of agents from the public authorities, by transgressive and even violent actions, among other strategies of claiming. Through this study, it was possible to conclude that, in Montes Claros, MG, there are social subjects who fight and resist against entrenched political practices and establishes other forms of integration into local political culture.

Keywords: Demands, social problems, collective petitions, individual requests, transgressive practices.

INTRODUÇÃO

O problema abordado neste trabalho inscreve-se entre os mais recorrentes na historiografia sobre a política na sociedade brasileira. Trata-se das tensões entre o exercício do poder sob formas racionais, legais e institucionais e as práticas de poder pessoalizadas, por meio do favor, da dádiva e da reciprocidade entre sujeitos diversos, que tanto podem ser socialmente iguais como desiguais. A recorrência dessas tensões na história política brasileira contemporânea torna-se mais relevante quando se considera que se reproduziram depois de três décadas de mudanças importantes na sociedade e no Estado brasileiro. Tais mudanças foram iniciadas com o fim da ditadura, sob a atuação intensa de movimentos sociais diversos, depois desdobradas na reorganização dos partidos políticos, na promulgação de uma constituição democrática e, principalmente, no ativismo constante de diversos sujeitos políticos que passaram a cobrar do Estado políticas públicas voltadas para atenção às classes desfavorecidas. Essas mudanças permanecem em curso e apontam para a consolidação das instituições democráticas e do Estado de direito no país. Entretanto, também permanecem em curso as práticas de poder do favorecimento particularizado e pessoal, da reciprocidade interesseira, instituídas na cultura política remanescente da sociedade agrária e que, nas relações entre sujeitos socialmente desiguais, sempre produzem vantagens maiores para os que estão mais bem posicionados nas instituições de poder. A constatação desse paradoxo da política na sociedade brasileira indica que não bastaram os processos de modernização econômica, a urbanização da maior parte da população, a industrialização e a generalização das relações sociais modernas, contratuais e não personalizadas na esfera econômica, aspectos que se observam tanto nas cidades como no campo. Até mesmo nas metrópoles, onde é maior a presença e a atuação de sindicatos, das associações civis e dos movimentos sociais, a reprodução de relações de poder com base no favor, na pessoalidade e na reciprocidade com ganhos desiguais permanecem, como bem apontam vários estudos atuais, como o de Teresa Sales (1997) que ajuda situar melhor a natureza do problema deste trabalho.

Para Teresa Sales¹, a estrutura da sociedade brasileira definida no período escravista, que gerou o sistema chamado oligárquico, mandonista, coronelista, teria

¹ SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), 1997, n.º 25, s.p. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_02.htm> Acesso em: 24 Jul. 2010

fomentado um tipo de cidadania que foi edificada sob a *cultura da dádiva*, em que há um processo de transformação simbólica dos direitos sociais, que acabam introjetados no imaginário social como dádivas e não como conquistas de cidadãos livres. A referida autora argumenta que “os direitos básicos à vida, à liberdade individual, à justiça, à propriedade, ao trabalho; todos os direitos civis, enfim, para o homem livre e pobre que vivia na órbita do domínio territorial, eram direitos que lhe chegavam como dádiva do senhor de terras”². Sales argumenta, também, que, na sociedade agrária, a propriedade fundiária permitiu uma concentração de poder e de mando que, executada por meio de vários recursos de violência, dava ao senhor territorial o *status* de chefe político e econômico absoluto, a quem se recorria na solução dos mais diversos interesses pessoais e sociais. A dependência dos sujeitos dominados nas relações sociais, tantos os escravos como os homens brancos livres e pobres, subjugados ao mando dos senhores territoriais, tornou-se característica fundadora das relações sociais e adentrou a República, mesmo nos contextos urbanos, tornando frágil a noção de cidadania instituída nas leis. Ao longo do período republicano, a *cultura da dádiva* ressignificou os direitos de cidadania que, entendidos como dádivas, revigorou as relações de favor. Dessa forma, ao substituir os direitos civis, sociais e políticos, a *cultura da dádiva* forjou um sistema de dependência recíproca entre demandantes e demandados, sustentado por estratégias de *pedir* e *dar* que reaparecem sob velhas e também novas formas na estrutura política na contemporaneidade. Se dominantes e dominados enredam-se na *cultura da dádiva*, fica obscurecida a ideia moderna de cidadania, reduzida a uma simples relação de dar, receber, agradecer, enquanto se impõem os compromissos de lealdade e retribuição. Com esses argumentos, Teresa Sales procura demonstrar a dificuldade em se romper com os padrões privatistas e pessoais impregnados nas relações públicas, que fomentam a *cultura da dádiva*, mostrando potência na cultura política³.

Neste sentido, em consonância com a discussão proposta por essa autora, a própria situação de pobreza, muitas vezes, tem a ver não apenas com as condições econômicas, mas com a condição de submissão política e social, que também se expressa

² SALES, Teresa. *Op. cit.*, s.p.

³ Faz-se importante ressaltar que as relações sociais não se limitam à dominação absoluta do latifundiário sobre seus agregados. Tais relações são mais complexas e ambíguas, abrindo espaços para as fissuras e as rupturas. Os dominados também agem numa relação política que é recíproca, ainda que os agentes se posicionem de formas e com vantagens diferenciadas. Este trabalho pretende colocar como a *cultura da dádiva* pode ser recriada e também superada, mostrando quais os diversos sentidos do favor para grupos sociais desprovidos dos direitos sociais. Por meio do estudo de abaixo-assinados e dos pedidos individuais, como formas de demandar, percebe-se que os sujeitos sociais podem extrapolar as relações pessoais de dominação e recriar novas opções políticas na forma de demandar que não seja focada na *cultura da dádiva*, ou ainda que invertam os polos e se utilizem das práticas do favor como estratégia política.

no plano cultural. Teresa Sales lembra, ainda, que até mesmo a execução de certos programas sociais fomenta a reprodução da *cultura da dádiva*, na medida em que projetos de curto prazo atendem grupos particulares, substituem a execução de direitos sociais amplos garantidos por lei e se tornam perpetuadores da desigualdade social e das relações de favor sob o discurso da construção e garantia da cidadania e da igualdade⁴.

Assim, mantêm-se as práticas responsáveis pela reprodução do poder e da dominação das elites como obstáculo maior das lutas por direitos e autonomia política dos mais diversos grupos das classes populares no Brasil. Questiona-se, então: como isso tem sido possível? Em que contextos prevalecem uma ou outra dessas duas tendências contraditórias de exercício do poder? Em que instituições essas tendências se imiscuem? Em que grupos sociais é possível encontrar ressonância maior de uma ou de outra tendência? Como têm sido encaminhadas as demandas sociais das classes populares em face dessas duas tendências na política brasileira? Em que medida essas classes buscam seus interesses de forma autônoma ou ainda reproduzem a cultura do favor, da dádiva e da reciprocidade desigual quando demandam direitos sociais? Em que circunstâncias sociais, econômicas e culturais a *cultura da dádiva* condiciona nossa visão e nossas práticas de cidadania? Em que estratégias de demandar por direitos sociais e recursos públicos é possível evitar ou reproduzir a *cultura da dádiva*? Em que medida as manifestações de demandas por meio de abaixo-assinados, cartas, manifestos, conversas em grupo, conversas pessoais, estariam indiscriminadamente condicionadas pela *cultura da dádiva*? Há apenas alguns meios formais de se demandar? Práticas transgressivas podem ser consideradas formas de demandar na política? Em que medida é possível perceber nessas manifestações a consciência política sobre direitos de cidadania? Os sujeitos oriundos dos movimentos sociais, dos partidos políticos com fortes bases populares, quando ascendem a cargos eletivos e executivos oficiais, estão também condicionados ou têm se desvinculado da *cultura da dádiva*?

Essas questões expressam as inquietações que conduziram ao estudo aqui apresentado e, ainda que não seja possível responder a todas de modo satisfatório, elas informam o problema tratado e orientam as análises. Analisa-se uma história política local, referente à cidade de Montes Claros, MG, pela pertinência de seu caso quando consideradas as duas tendências políticas referidas. Município de maior destaque econômico no Norte de Minas Gerais, Montes Claros tem experimentado forte crescimento populacional em virtude

⁴ SALES, Teresa. Caminhos da Cidadania: Comentários Adicionais. *Op. cit.*, s.p.

do grande número de migrantes que essa cidade tem atraído nas últimas décadas. Classifica-se como metrópole regional pelas funções urbanas que desempenha, polarizando as demandas de vários municípios da região em relação ao comércio e aos serviços diversificados. A cidade, assim, aparece como expressão mais notável dos processos de modernização e urbanização numa região que guarda ainda fortes expressões remanescentes do passado da sociedade brasileira: a economia de base agrária, sustentada pela política das elites proprietárias, para as quais as práticas de favor, do clientelismo e das relações pessoais tinham primazia ante as formas do poder racional, legal e institucional.

Um exemplo recente do confronto entre poder institucional e práticas de favorecimento pessoal em Montes Claros ajuda a ilustrar como as tendências de conservação e mudança das práticas de poder podem se apresentar nessa cidade.

Em 17 de julho de 2009, a Câmara Municipal de Montes Claros aprovou a Lei 4.115, autorizando um repasse de R\$ 550 mil para a manutenção de uma equipe de vôlei da cidade, denominada “Montes Claros”, mantida pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Educacional de Montes Claros - Funadem. O convênio foi assinado em 31 de julho de 2009, com empenhos autorizados até dia 6 de novembro do mesmo ano. No dia 10 de agosto de 2009, o filho do prefeito assinou Termo de Adesão para prestação de serviços voluntários, definindo sua atuação nas atividades de direção da equipe. Em 6 de maio de 2010, ele se afastou dessa função de diretor voluntário do time, possivelmente em virtude de sua candidatura a deputado estadual. Pouco tempo depois, em 9 de junho de 2010, a Câmara Municipal autorizou, por meio da Lei 4.235, outro repasse de mais R\$ 900 mil para a Funadem.

Esse processo não passou sem contestação, tendo sido objeto de ação de quatro promotores do Ministério Público, por entenderem que “o prefeito Luiz Tadeu Leite e o ex-secretário municipal de Esportes, Sebastião Wellington Pimenta de Figueiredo, não poderiam ter feito repasses à Funadem, que tinha como diretor Luiz Tadeu Martins Filho, filho do prefeito”⁵. Pela exposição desse exemplo, verifica-se como são notórias as práticas

⁵ Na ação impetrada pelos promotores, eles “salientam que as investigações comprovaram que o filho do prefeito atuou no contato com o público externo do próprio time [...], pois pretendia apenas aparecer para o eleitorado. Na ação impetrada, os promotores salientam que em 6 de maio de 2010 Tadeuzinho se afastou da fundação de diretor voluntário do time e, em 9 de junho, a Câmara Municipal autorizou, por meio da Lei 4.235, o repasse de R\$ 900 mil para a Funadem. Segundo eles, a Lei Orgânica Municipal é clara ao proibir contratações do município com os agentes políticos ou parentes próximos e determina que a referida proibição vigore entre o início das funções do agente e seis meses depois do término dessas funções”. CF. MOC investiu irregularmente R\$ 1,2 milhão em time de vôlei. *Luiscarlosgusmao.blogspot.com.*, Montes Claros, 17 ago. 2010. Disponível em: <<http://luiscarlosgusmao.blogspot.com/2010/08/moc-investiu-irregularmente-r-12-milhao.html>>. Acesso em: 10 set. 2010.

personalizadas de favorecimento político na cidade de Montes Claros. O exemplo é muito ilustrativo, pois a própria Câmara Municipal de Montes Claros aprovou dois projetos de lei repassando verbas volumosas para subvenção de interesses particulares de promoção do filho do prefeito no cenário político montesclarenses, por meio do seu *marketing* eleitoral em torno dos jogos de vôlei. A ruptura da fronteira legal entre interesses públicos e privados é mais do que evidente. De um lado, então, encontra-se a cidade necessitando dos serviços mais básicos de infraestrutura, investimento em saúde; enquanto altíssimas verbas públicas eram despendidas para subvencionar um time de vôlei e contribuir na candidatura pessoal de um membro da elite política local. Nesse sentido, o uso indevido dos recursos públicos também motivou a ação dos promotores, tendo em vista que “outro argumento do MP é que o repasse da verba causa desfalque em outras áreas essenciais dos serviços públicos municipais, como o caos na saúde montesclarenses, que obriga moradores a acionarem a Justiça para obterem o tratamento pelo SUS”⁶.

O juiz Richardson Xavier, da 2.^a Vara da Fazenda Pública de Montes Claros, em atenção à ação do Ministério Público, determinou a proibição da prefeitura de Montes Claros em repassar recursos financeiros à Funadem, assim como sentenciou a devolução aos cofres públicos municipais a cifra de R\$ 1,230 milhão que a prefeitura da cidade aplicou no time de vôlei.

Mais interessante ainda, nesse conflito entre a prática política de promoção pessoal e o poder institucional da Promotoria e da Vara da Fazenda, é que nova contenda se estabeleceu quando outro time, neste caso de futebol, também demandou verba pública. O Funorte⁷, solicitou repasse de verba municipal, a exemplo do time de vôlei da Funadem, argumentando direito a isso, por ter obtido acesso à primeira divisão do campeonato mineiro em 2010. Os vereadores Alfredo Ramos (PT) e Claudim da Prefeitura (PPS) foram os autores de emendas ao orçamento que disponibilizariam recursos para o Funorte. No entanto, o prefeito recusou ajudar financeiramente o time e vetou as emendas⁸.

⁶ MOC investiu irregularmente R\$ 1,2 milhão em time de vôlei. *Luiscarlosgusmao.blogspot.com*,. Montes Claros, 17 ago. 2010. Disponível em: <<http://luiscarlosgusmao.blogspot.com/2010/08/moc-investiu-irregularmente-r-12-milhao.html>>. Acesso em: 10 set. 2010.

⁷ O Funorte é um time de futebol masculino criado em 2002 pela Sociedade Educativa do Brasil – SOEBRAS.

⁸ “Em coletiva concedida na manhã de sexta-feira, 03, o diretor do Funorte Esporte Clube, Cristiano Junior, falou sobre a importância para a cidade do acesso da equipe à primeira divisão do campeonato mineiro em 2011 e a recusa do prefeito a ajudar financeiramente o time. [...] Infelizmente, houve o veto do prefeito às emendas, dentre elas a que beneficiaria o Funorte, mas vou encaminhar para cada vereador o projeto de futebol do clube. Esperamos contar com a câmara municipal para apoiar o time, assim como em pouco tempo votou favoravelmente ao repasse financeiro do município para a equipe de vôlei – diz”. CF. NUNES, S. Acesso do Funorte à primeira divisão reacende velhas polêmicas. *O Norte.net*,. Montes Claros, 04 set. 2010. Disponível em: <<http://www.onorte.net/noticias.php?id=29478>>. Acesso em: 15 out. 2010.

Como desdobramento desse embate, o vereador Alfredo Ramos argumentou que, mesmo com o veto do prefeito ao repasse de verbas ao Funorte, as possibilidades de ajuda por parte do município não haviam se esgotado, pois o executivo, sinalizando voltar atrás, enviou à Câmara ofício no qual afirmou ser possível priorizar algumas solicitações e a ajuda financeira para o time poderia ser uma delas, até porque o orçamento de 2011 seria votado ainda no mês de dezembro, o que significava a existência de um bom período para se discutir o assunto. Na contenda, a Câmara Municipal aparece, então, como a mediadora entre a demanda do Funorte e o executivo municipal. Assim, a disponibilização de recursos para o referido time dentro do orçamento do município para 2011 seria possível, dependendo do desdobramento do jogo de poder aí estabelecido⁹.

O fato parece simples, corriqueiro, claro, pois exemplos semelhantes são incontáveis por todas as cidades brasileiras. Mas por isso mesmo causam inquietações, pois exemplificam como o jogo das demandas pessoais, particulares e privadas ocupa a cena política em detrimento de outras demandas socialmente mais relevantes que, certamente, são apresentadas, mas não competem em legitimidade ou não aparecem. É neste jogo político que se põem muitas das demandas populares e se inserem diversos demandantes e demandados de forma desigual nas relações de poder. A cidade apresenta inúmeros problemas sociais não resolvidos ao longo de décadas, mas suas demandas por direitos sociais que, se resolvidas, amenizariam o cotidiano de pessoas mais carentes, entram no jogo político atravessado por interesses particularizados e permanecem sem respostas satisfatórias. Afinal, entre as muitas prioridades possíveis, o que significa escolher como mais importante o apoio aos times de futebol e de vôlei da cidade?

Demandas por instalação de rede de água, esgoto, luz elétrica, telefone público, calçamento, cascalhamento de vias e estradas, melhores serviços de educação e saúde, por exemplo, necessitam, obviamente, de verbas públicas, cuja apropriação concorre com outras finalidades, em quadro histórico repetitivo de poucos recursos e muitas demandas a custear. A proporção das demandas é sempre maior do que as soluções possíveis. Entre os administradores, surgem vários argumentos justificando as escolhas e permeando o conflito. Por um lado, argumenta-se o fato de a prefeitura não possuir verbas destinadas às respostas de todas as demandas possíveis. Por outro, estão os argumentos dos demandantes com apelos às dimensões sociais de seus anseios. Em tal contexto de relações de

⁹ NUNES, S. Acesso do Funorte à primeira divisão reacende velhas polêmicas. *O Norte.net*. Montes Claros, 04 set. 2010. Disponível em: <<http://www.onorte.net/noticias.php?id=29478>>. Acesso em: 15 out. 2010.

poder processadas entre sujeitos desiguais, como avaliar o grau de “justiça” do que foi definido como prioritário, se as prioridades são escolhidas conforme a posição política dos sujeitos? Esta é uma tensão permanente que aponta para duas tendências. A primeira indica a reprodução da desigualdade no acesso aos recursos e, portanto, para a desigualdade de direitos. A segunda aponta para o crescimento das lutas contra essa desigualdade. O fato é que a maneira como as demandas populares são encaminhadas e mediadas em Montes Claros expressam bem as tensões entre as duas tendências nas práticas de poder que constituem o problema deste estudo.

As demandas políticas de grupos sociais de áreas periféricas da cidade, a partir da década de 1980, constituem foco central deste trabalho, sejam demandas de caráter individual ou coletivo, expressas por meio de cartas, abaixo-assinados, protestos, meios transgressivos e não-institucionais. Esses instrumentos fazem parte da cultura política local como estratégias de grupos sociais de áreas pobres na obtenção de melhorias sociais.

Situado o problema, define-se como objetivo geral deste estudo analisar e interpretar os sentidos das demandas populares coletivas, particulares, individuais, formais e informais, apresentadas ao poder municipal na cidade de Montes Claros-MG, nas últimas três décadas, a fim de detectar, historicamente, as permanências e eventuais mudanças na cultura política local. Especificamente, trata-se de identificar quem são os sujeitos demandantes e quais são suas estratégias de reivindicação e mobilização para obter respostas às demandas. Objetiva-se abordar, também, as tensões produzidas entre os sujeitos das demandas coletivas de grupos politicamente organizados das classes populares, bem como entre estes e os sujeitos das demandas individualizadas e/ou orientadas por interesses particulares limitados. Da mesma forma, são analisadas as tensões entre os agentes do poder político formal e alguns demandantes tácitos, ou seja, sujeitos cujas demandas permanecem latentes e se expressam de forma não-institucionalizada, por meio de práticas violentas, transgressivas, quase sempre imprevistas e improvisadas, mas igualmente presentes nos espaços sociais.

Destacam-se como objetos de análise as diversas estratégias ou práticas coletivas e individuais de demandar à Câmara Municipal e ao poder executivo da cidade, visando avaliar em que medida se reproduz a cultura do favor e da reciprocidade na política entre sujeitos desiguais e, inversamente, em que medida têm se instituído novas relações de poder e novas maneiras de tratar os problemas sociais. Por último, ainda em destaque, são consideradas ações de alguns sujeitos, cujas demandas não encontram mediadores

institucionais ou pessoais e acabam sendo expressas por meio de estratégias de violência e transgressão.

O recorte cronológico adotado, referente às três últimas décadas, justifica-se por nelas se visualizarem novas possibilidades de intervenção de sujeitos sociais diversos nos espaços políticos na sociedade brasileira. É preciso salientar que a década de 1980 é um marco histórico importante nas lutas pela conquista de direitos sociais. Com o fim da ditadura, foi possível visualizar mudanças relevantes na dinâmica política nacional, entre as quais se incluem a promulgação da Constituição Federal de 1988, denominada *Constituição Cidadã*, os esforços de redemocratização, os debates mais intensos a respeito da cidadania, a emergência e atuação de novos movimentos sociais, a mobilização e reorganização dos sindicatos, a pressão social pelo respeito aos Direitos Humanos, o nascimento de novos partidos. Tudo isso contribuiu para maior participação política e conscientização sobre direitos sociais, ainda que um cenário neoliberal capitalista e de ênfase no individualismo estivesse se configurando, simultaneamente, nesse mesmo período histórico.

No tocante aos aspectos teóricos e procedimentos metodológicos deste estudo, é importante apresentar, a seguir, como são entendidos os principais conceitos utilizados nas análises. Além do conceito de *cultura da dívida*, esclarecido de início, é importante apresentar o que se entende por demandantes, demandados, cultura política, poder, dominação, representações, práticas, entre outros conceitos presentes no estudo.

Demandantes e demandados são tomados como sujeitos institucionais e históricos igualmente importantes, mas convém destacar que guardam particularidades consideráveis, principalmente certos sujeitos particulares entre os primeiros que, muitas vezes, aparecem como sujeitos ativos, mas nem sempre são visíveis e reconhecidos nas instituições e na própria historiografia. Ou seja, entre os demandantes, é possível encontrar sujeitos cujas demandas não ganham os espaços institucionais do poder, o que não os desqualifica como agentes políticos. Em qualquer das situações analisadas, definem-se como demandantes aqueles sujeitos que fazem demandas segundo interesses com diferentes dimensões sociais, coletivas, particulares ou individuais, por meio das mais variadas estratégias de ação, mesmo as que não parecem legítimas no âmbito do poder institucionalizado. Em outros termos, demandantes são os autores de pedidos, aqueles que pleiteiam causas e, mais formalmente, os requerentes explícitos ou tácitos. Os demandantes posicionam-se na cena política de diferentes formas, ora como autores de uma pretensão, mais especificamente formalizada em um pedido institucionalmente encaminhado, seja ele

individual ou coletivo, ora como autores de demandas tácitas, latentes, transgressivas e informais.

De outro lado, por demandados compreendem-se os sujeitos a quem são encaminhadas as demandas, seus receptores, aqueles que dominam as instâncias formais de poder e, por isso, são sujeitos institucionais. Estes, supostamente, representam a coletividade no regime democrático representativo, são ocupantes dos postos de atendimento às demandas e decidem, em primeira instância, mas não definitivamente, sobre a legitimidade das demandas e quais têm prioridade. Em suma, o problema das demandas da forma como aqui é abordado é relativo às relações de poder e dominação que ocorrem na esfera pública entre sujeitos que requerem, na *polis*, direitos reconhecidos com maior ou menor legitimidade, mas considera, também, relações de poder privadas, individuais e personalizadas, assim como manifestações políticas tácitas, latentes e nem sempre reconhecidas na cultura política das sociedades ocidentais modernas.

Neste ponto, cabe ressaltar mais demoradamente a importância do conceito de cultura política. Apesar de ter sido formulado no século XX, a ideia de “cultura política” não é recente. A obra *A Democracia na América*, do pensador francês Alexis de Tocqueville, em 1835, mostrava a força dos hábitos, dos costumes, isto é, da cultura nas organizações políticas norte-americanas. Na década de 1960, dois grandes nomes, Gabriel Almond e Sidney Verba, inseriram-no na academia norte-americana, a partir da combinação das perspectivas sociológica, antropológica e psicológica. O argumento central é de que o funcionamento dos sistemas políticos depende de fatores subjetivos, que os estudos culturais tradicionalmente têm em foco. Diante da necessidade de ampliar os sentidos das experiências políticas, perceberam que somente os argumentos iluministas de racionalidade não comportavam a compreensão de todas as experiências constatadas nas sociedades contemporâneas, impondo-se a necessidade de considerar, também, os valores, as tradições, os sentimentos, as paixões, enfim, os aspectos subjetivos das orientações políticas. Nas décadas de 1980 e 1990, vários historiadores passaram a comungar do conceito dentro do estudo da história política¹⁰. Na historiografia francesa, as primeiras reflexões que lançam mão do termo, no início da década de 1990, aparecem com Serge Bernstein e J. F. Sirinelli.

¹⁰ MOTTA. Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA. Rodrigo Patto Sá (Org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: ARGUMENTVM, 2009, p. 13-37.

A partir do conceito de cultura política¹¹, a história política ampliou seu quadro referencial de análise sob a perspectiva da interdisciplinaridade, ao enfatizar o diálogo com a antropologia, a linguística, a sociologia, a psicologia e a ciência política, permitindo debates fecundos sobre o imaginário, as paixões e as sensibilidades mais subjetivas presentes nas condutas políticas. Assim, o conceito dá suporte a uma história-problema, voltada à interdisciplinaridade e a própria noção de Homem enquanto ser perceptível em várias dimensões: social, cultural, econômica, sentimental, psicológica. Mas o uso do conceito não deixa de reconhecer a especificidade do campo do político, mesmo ao reformular conceitos importantes, como o de Estado e de poder¹².

Assim, o estudo da cultura política passou a ocupar lugar de prestígio na historiografia atual porque ampliou a compreensão do que se define como política, ao considerar experiências expressivas da cultura associadas às relações de poder. Associados, os conceitos de cultura e de política subsidiam a percepção de como algumas práticas políticas se mantêm, outras lentamente se modificam e outras, ainda, dão lugar ao surgimento de novas condutas, num movimento que não petrifica a vida social e sua história. A noção de cultura política é, portanto, o suporte capaz de possibilitar o entendimento do campo do político como espaço tanto de permanências quanto de mudanças, um espaço constantemente redefinido, seja pelas relações sociais tecidas entre representações e modos de agir sob orientações racionais, seja pelos sentimentos específicos que estão implícitos na subjetividade dos diversos sujeitos envolvidos nas relações de poder. Os comportamentos sociais dos sujeitos e a percepção dos movimentos,

¹¹ A cultura política permite compreender as relações e ações humanas de poder movidas por aspectos culturais e sentimentais que vão além da razão humana, isso porque a racionalidade sozinha pode não demonstrar a capacidade de compreensão dos atos movidos pelas paixões humanas. Neste sentido, o indivíduo ao agir não é motivado apenas por um único aspecto, mas levado também por um conjunto de sentimentos e rituais internalizados pelos mais diversos agentes sócio-históricos. Assim, a compreensão do campo político ocorre num processo de visualização da racionalidade e também das sensibilidades, das tradições, dos valores, das crenças, dos hábitos, numa perspectiva em que necessariamente não é apenas pela via da busca de uma racionalidade das atitudes e comportamentos políticos que são apreensíveis os fenômenos políticos, porque é expressiva a força de uma cultura num meio social que, uma vez consolidada, pode ir além da razão. O conceito de cultura política é discutido recorrendo-se aos seguintes autores: BERSTEIN (1998); MOTTA (2009); REMOND (2003).

¹² “Poder e política passam assim ao domínio das representações sociais e suas conexões com as práticas sociais; coloca-se como prioritária a problemática do simbólico – simbolismo, formas simbólicas, mas sobretudo o poder simbólico [...]. O estudo do político vai compreender a partir daí não mais apenas a política em seu sentido tradicional mas, em nível das representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder”. CF. FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 76.

isto é, das permanências, mas também das rupturas, das contradições, dos conflitos, das ambiguidades, é o que tem possibilitado o estudo da cultura política.

O peso da palavra cultura na associação dos dois conceitos fica bem destacado na síntese teórica de Rémond, para quem a cultura política refere-se à maneira de um povo “conceber, praticar, viver a política”¹³. Trata-se de considerar o peso das tradições, dos valores e dos sentimentos que movem os sujeitos históricos em suas ações¹⁴. Isto porque, se estamos dialogando com sujeitos sociais, há que se levar em conta não apenas suas condições materiais de sobrevivência, mas, sobretudo seus valores, sentimentos, tradições, crenças e as formas como se reproduzem, desde práticas da vida cotidiana até a cultura em dimensões mais amplas de tempo e espaço. Ainda segundo Rémond, essa nova maneira de produzir história política justifica-se porque o jogo político das sociedades se expressa também por sua literatura, seu cinema e até sua cozinha, mas também pode traduzir o *ethos* de uma nação, uma determinada configuração nacional, própria e singular. Nas palavras do autor: “o que se chama às vezes de cultura política e que resume a singularidade do comportamento de um povo, não é um elemento entre outros da paisagem política, é um poderoso revelador do *ethos* de uma nação e do gênio de um povo”¹⁵.

Também Berstein conceitua a cultura política, revelando que esta não se limita, simplesmente, a um conjunto homogêneo de elementos inter-relacionados e reveladores de identidade individual ou coletiva. Na realidade, a cultura política comporta atributos diversos em que os sujeitos comungam de “[...] um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel do significante”¹⁶. Como se vê, em Berstein, estudar a cultura política significa tomar um conjunto de referências – como gestos, comportamentos, símbolos, tradição, monumento – que têm a capacidade de criar a identidade de uma sociedade¹⁷. Com isso, permitem-se análises mais flexíveis, constantemente elaboradas e

¹³ RÉMOND, René. Do Político. In: RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2 ed. 2003, p. 449-450.

¹⁴ Conforme Rémond, “sabemos agora de maneira irrecusável que as escolhas políticas dos indivíduos não lhe são imperativamente ditadas pelo seu *status* sócio-profissional, e que eles tomam muitas vezes partidos que não coincidem com seus interesses materiais”. Ainda segundo o autor, é tarefa do historiador perceber que os “homens são movidos por outras circunstâncias que não as racionais ou utilitárias”. Ele cita como exemplo as guerras, argumentando que em termos racionais nada pode justificar que o indivíduo consinta em doar e perder a vida. CF. RÉMOND, René. *Op. cit.*, p. 446.

¹⁵ RÉMOND, René. *Op. cit.*, p. 450.

¹⁶ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François (Dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 350-351.

¹⁷ *Ibid.*, p. 350.

reelaboradas, geradoras de determinadas identidades políticas que caracterizam e definem certos grupos sociais, particularizando-os.

Motta é outro autor que afirma a relação íntima dos referentes culturais com a política, ao definir a cultura política como “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por grupo determinado humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”¹⁸. Neste caminho, a cultura política relaciona-se aos sentidos dos discursos e das representações, auxiliando no entendimento das motivações que levam os sujeitos a adotarem determinados comportamentos políticos. Em Motta, o modo como os grupos figuram o mundo é a representação, aqui no sentido de “re-apresentar uma presença (sensorial, perceptiva) ou fazer presente alguma coisa ausente, isto é, re-apresentar como presente algo que não é diretamente dado aos sentidos”¹⁹. Em outras palavras, a representação está ligada à criação de uma visão de mundo fomentada pela linguagem, pela memória, pelo imaginário e pela iconografia que mobilizam mitos, símbolos, discursos, vocabulários. Neste sentido, destaca-se um conceito que está além da ideia pura de ideologia. Mas o sujeito das representações é destacado também pela sua existência nas práticas que atuam na constituição de uma cultura. Por isso, não é possível considerar apenas as representações, pois as práticas também formatam a cultura política. Assim, as práticas e as representações encontram-se juntas e não dissociadas “[...] as ações influenciam as representações, que nelas se inspiram e buscam forma, e também garantem sua reprodução através de práticas rituais [...]. Influenciados por tais representações, os homens orientam suas ações, e às vezes agem movidos por paixões que cegam”²⁰. Além disso, a cultura política implica claramente a suposição de que os agentes fazem opções a certas representações da realidade, em detrimento de outras, capazes de oferecer-lhes uma melhor compreensão de mundo e melhor vivê-lo.

Portanto, entende-se que a cultura política se expressa pela força de referentes culturais que podem sobrepor-se a uma perspectiva limitada aos interesses puramente racionais e materiais. Motta afirma que toda “força da categoria cultura política reside na percepção de que parte das pessoas adere menos pela concordância com as ideias e mais por identificar-se com os valores e as tradições representadas pelo grupo”²¹. Por isso, é preciso compreender as ações políticas imbricadas na realidade social de valores,

¹⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. cit.*, p. 21.

¹⁹ *Ibid.*, p. 21.

²⁰ *Ibid.*, p. 23.

²¹ *Ibid.*, p. 28.

sentimentos, expressões, tradições e representações. Assim, a história política consagra-se no entendimento de um espaço privilegiado de compreensão do todo social, levando em consideração, de um lado, a autonomia relativa de cada esfera da vida social e, de outro, um movimento de influência contínua e recíproca entre elas. A compreensão do cultural, do econômico, do social e do político como esferas que se influenciam de forma mútua e ao mesmo tempo desigual, bem como a percepção de que cada campo possui seus dinamismos próprios, mostra o diálogo do político com os outros campos de estudo da sociedade²². A história política contabiliza em seus novos estudos a força da cultura, das práticas e das representações simbólicas, que ora se perenizam, ora se modificam. Nessa perspectiva, a noção de poder, considerado em suas múltiplas formas, tem sido uma referência central de análise não apenas naquelas formas identificadas nas relações com as instituições formais, especialmente no âmbito do Estado, mas encontradas em todo corpo social²³.

Neste sentido, ao longo das análises deste estudo também são tomadas como referências importantes as noções de poder e dominação, formuladas por Max Weber, conjugadas à ideia de “relação de poder” em Michel Foucault. Weber é importante para pensar os processos de dominação e subordinação de uma vontade diante de outra nas diversas relações sociais, tornando-se indispensável para a análise das formas de poder racional legal, tradicional e carismático, principalmente quando estão em foco práticas de chefes políticos locais, que combinam estratégias desses três modelos típicos de poder em Weber²⁴.

Mas é indispensável considerar, ainda, o poder que extravasa as ações formais do Estado e, para isso, se recorre a Michel Foucault²⁵, para quem o poder se estende às

²² RÉMOND, René. *Op. cit.*, p. 10.

²³ Michel Foucault é um dos autores decisivos na revigoração da história política a partir da revisão da noção de poder. Sua nova concepção de poder trouxe aos historiadores novos horizontes possíveis para se estudar a história das sociedades. A partir da perspectiva foucaultiana de poder, o campo do político alargou-se, e reconfiguraram-se os estudos de História Política. Foucault não vê o poder engessado apenas em órgãos ou instituições, mas presente em todo o corpo social. Para ele o Poder é um tipo de relação entre os indivíduos, que apesar de comportar a coerção, também considera as práticas de liberdade e resistência como parte das relações de poder. Neste sentido, as relações de poder são móveis e espalham por todo corpo social. Assim, muitos trabalhos se abrem ao social para compreender o político. CF. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: GRAAL, 4 ed. 1984.

²⁴ WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UnB, v. 1, 1991.

²⁵ “[...] Quando se fala de poder, imediatamente se pensa em uma estrutura política, em um governo, em uma classe social dominante, no senhor diante do escravo, etc. Não é absolutamente o que penso quando falo das relações de poder. Quero dizer que, nas relações humanas, quaisquer que sejam elas – quer se trate de comunicar verbalmente, como o fazemos agora, ou se trate de relações amorosas, institucionais ou econômicas –, o poder está sempre presente: quero dizer, a relação em que cada um procura dirigir a conduta do outro. São, portanto, relações que se podem encontrar em diferentes níveis, sob diferentes formas; essas relações de poder são móveis, ou seja, podem se modificar, não são dadas de uma vez por todas”. CF. FOUCAULT, Michel. *Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 4 ed. 2004, p. 276.

extremidades do social, ultrapassando as barreiras do próprio direito. Daí, a necessidade de “[...] captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que [...] ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material”²⁶. Assim se configura um poder circulante e móvel entre indivíduos que tanto o exercem quanto o sofrem nos significados mais implícitos e fragmentados das relações sociais, um poder que se espraia por todo o corpo social e, portanto, não se concentra em um único centro. Dessa forma, o poder deve ser analisado como algo que: “Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede”²⁷. Para Foucault, o poder se exerce nos mecanismos mais sutis e nunca permanece imóvel num único indivíduo ou única instituição, porque o poder circula “[...] o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles”²⁸, e por isso sempre há possibilidade de exercer e sofrer sua ação.

Sob essa perspectiva, busca-se compreender as relações de poder mais sutis entre demandantes e demandados. Acredita-se que alguns questionamentos são possíveis se for tomada como referência a noção alargada de poder. A *cultura da dádiva*, por exemplo, compreendida como parte da cultura política, é difícil compreendê-la senão nos capilares do poder, sobretudo quando considerados os sujeitos demandantes de áreas pobres da cidade e suas práticas de luta visualizadas nas extremidades desse poder.

Ademais, Foucault somente compreende a relação de poder se esta estiver ligada à possibilidade de liberdade. “Não é possível me atribuir a ideia de que o poder é um sistema de dominação que controla tudo e que não deixa nenhum espaço para a liberdade. [...] se há relações de poder em todo o campo social, é porque há liberdade por todo lado”²⁹. E se há liberdade, por conseguinte, há possibilidade de resistência³⁰.

Se as relações de poder se cristalizam de forma assimétrica, retirando a liberdade de alguns sujeitos, então o que se tem não é relação de poder, mas estado de dominação. A relação de poder pressupõe liberdade, porque o poder é uma relação móvel que circula e por isso comporta claramente a possibilidade de resistência. Em Foucault, não

²⁶ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Op. cit., p. 182.

²⁷ Ibid., p. 183.

²⁸ Ibid., p. 183.

²⁹ FOUCAULT, Michel. *Ética, Sexualidade, Política*. Op. cit., p. 277.

³⁰ “[...] um poder só pode se exercer sobre o outro à medida que ainda reste a esse último a possibilidade de se matar, de pular pela janela ou de matar o outro. Isso significa que, nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência – de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que invertam a situação –, não haveria de forma alguma relações de poder”. CF. FOUCAULT, Michel. *Ética, Sexualidade, Política*. Op. cit., p. 277.

se concebe as relações de poder desvinculadas da resistência “o traço característico do poder é que certos homens podem, mais ou menos, determinar por completo a conduta de outros homens – mas nunca de maneira exaustiva ou coercitiva. [...] Não existe poder sem oposição ou revolta em potencial”³¹.

Dessa forma, destacam-se as relações de poder como formas de dominação, mas também espaços de resistência entre sujeitos diversos e desiguais (demandantes e demandados), produzidas no jogo político em que se imbricam as demandas, os demandantes, os demandados e os conflitos entre estes dois últimos, exatamente por se situarem numa relação em que os interesses são diferentes. As elites utilizam as prestações e contraprestações de benefícios para a reprodução do poder e de dominação e as classes populares, os dominados pleiteiam benefícios sociais através das lutas por direitos, na tentativa de autonomia e resistência política. Os conflitos nascem porque os interesses dificilmente convergem. As elites políticas almejam a permanência no poder e os pobres anseiam pela satisfação de suas necessidades materiais e pessoais. Assim, visualizam-se as relações de poder a partir da dominação, mas também das possibilidades de resistência e luta entre sujeitos desiguais nas posições sociais e de poder.

O foco principal deste trabalho incide sobre as estratégias que os demandantes usam para concretizar seus pedidos, interagindo com um grupo de sua rua, de seu bairro, de seu trabalho, andando para angariar assinaturas, escrevendo e reescrevendo documentos, pensando a respeito da linguagem a ser utilizada, questionando acerca do que devem escrever, redigindo os documentos de acordo com seus desejos e impregnando-os de suas sensibilidades, emoções e razões, optando por meios formais de demanda e outros mais informais, pessoais ou coletivos. Assim, consideram-se todos os canais institucionais ou não em que se dão as mediações das relações de poder e dominação e, por isso, são postos na cena do jogo político os grupos orientados pelos mais diversos interesses, os agentes do poder institucional, os movimentos sociais, os líderes políticos, as associações de bairro, as organizações religiosas, as iniciativas individuais transgressivas.

A orientação metodológica do estudo foi combinar esses conceitos e os argumentos presentes em ensaios teóricos e estudos de história política com a análise de práticas e representações da cultura política local. Essas práticas e representações, narradas e contidas em documentos diversos, tais como abaixo-assinados, pedidos individuais, reportagens de jornais impressos e *online* e, especialmente, depoimentos orais, obtidos com

³¹ FOUCAULT, Michel. OMNES ET SINGULATIM: por uma crítica da “razão política”. *Revista Novos Estudos*. CEBRAP, n.º 26, mar. 1990, p. 98.

alguns moradores de bairros populares de Montes Claros, são tomadas como fontes expressivas das experiências políticas e culturais dos sujeitos considerados. Cabe ressaltar que procurei fazer uso de fontes orais sem redução a uma técnica de consulta a arquivos ou como suporte à narrativa historiográfica. O esforço foi manter com os interlocutores pessoais uma relação mais profunda e dialógica, conforme sugere Jorge Eduardo Lozano, para quem a fonte oral está ligada à História porque traz uma “renovação das concepções sobre o envolvimento do historiador com seus sujeitos e problemas de pesquisa”³². Assim, os sujeitos das fontes orais aqui se situam como artífices importantes da narrativa, pelos vínculos de cumplicidade com a historiadora, sem que o registro propriamente historiográfico seja negligenciado. A fonte oral é, portanto, tomada como alavanca importante da narrativa no estudo da história, mas sem jamais substituir a análise histórica. Isso porque as narrativas das fontes orais, assim como as de qualquer outra fonte, apresentam contradições, ambiguidades e, por isso, precisam ser ordenadas, sistematizadas, analisadas, criticadas, compreendidas com cautela, em face dos elementos exógenos que influenciam suas representações das experiências sociais. Por isso, simultaneamente, as inferências e análises obtidas dessas fontes são confrontadas com estudos que compõem a bibliografia da história política local e nacional relativa ao problema em foco. Com isso, espera-se que este trabalho contribua para alguma compreensão sobre as tendências de conservação e/ou de mudança na cultura política local e, em certa medida, também compreender melhor as diversas formas como os sujeitos envolvidos em demandas políticas se apresentam na sociedade brasileira nas últimas décadas, especialmente nos contextos sociais mais pobres das cidades do interior que passam por processos intensos de expansão urbana.

As fontes do estudo são documentos consultados no Arquivo da Câmara Municipal, em reportagens de jornais pesquisados em arquivos privados, entrevistas com sujeitos demandantes e estudos de história política. Em meio às dificuldades enfrentadas e superadas, o trabalho com as fontes orais exigiu a superação de barreiras de difícil transposição, a começar pela dificuldade de acesso aos sujeitos considerados no estudo. O modo de interceptá-los ou mesmo intimidá-los no cotidiano do lar, com apresentação de pesquisadora a colher informações, muitas vezes mostrou-se difícil na realidade carregada de diversos dramas e traumas. Diante disso, o esforço foi se aproximar dos sujeitos

³² LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 8 ed. 2006, p. 24.

buscando uma relação sincera e segura, que somente foi conseguida após várias conversas e explicações. Os relatos de vida rememorados provocaram emoções. Eles contaram das dificuldades que passaram e relataram o sentimento de vitória experimentado na aquisição de coisas simples, revelando o quanto são perceptíveis as diferenças sociais. Sentir, perceber e olhar essa realidade, por meio de depoimentos de vida, foi uma experiência ímpar, a qual permitiu sentir as percepções, os sentimentos, as paixões, os anseios de pessoas. Muito além de análises quanto aos argumentos e às falas de embate entre demandantes e demandados, estive a intenção de compreender os gestos, as maneiras, as sensações dos sujeitos dentro de uma realidade de necessidades, de resistência no dia a dia e da ação política por meio de abaixo-assinados, de cartas de pedidos ou de outra manifestação qualquer.

Ainda em relação à pesquisa de fontes orais, as proposições de Yara Aun Khoury ajudaram a compreender sua relevância, ao afirmar que:

Ao produzirmos narrativas orais num diálogo com pessoas, **temos entrado em contato com presenças ignoradas ou ocultadas** construindo maneiras de resistir e sobreviver; com significações construídas e não reconhecidas numa ordem instituída constantemente realimentada, em cujos processos a oralidade joga um papel importante³³. (Grifo nosso)

Assim, os depoimentos coletados diretamente a partir de entrevistas trouxeram à tona outros sujeitos sociais com suas inquietações e visões de mundo muitas vezes ignoradas e ocultadas sob o peso de outras falas, contribuindo para dar visibilidade a trajetórias de vida de pessoas simples e por diversas vezes esquecidas pela sociedade capitalista por sua condição de segregação.

As fontes orais foram importantes, ainda, para desconstruir ideias formatadas de antemão, mostrando novos modos de submeter, disputar, resistir, organizar e demandar num espaço social tenso, configurado por diversas relações de poder. Yara Aun Khoury argumenta que é no próprio exercício da pesquisa oral que vamos “desenvolvendo habilidades para melhor captar, nos significados dos enredos, modos peculiares de ser e de viver, tensões e conflitos, resistências e transgressões, sujeições e acomodações, vividos e narrados pelos sujeitos como sonhos, expectativas e projetos, valores, costumes, tradições, fabulações”³⁴.

³³ KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da História Social. In: *Projeto História*. São Paulo, n.º 22, jun. 2001, p. 93.

³⁴ *Ibid.*, p. 87.

Neste sentido, os depoimentos enriqueceram o conjunto das fontes. Buscou-se, com cautela, ouvir os problemas enfrentados pelos moradores de áreas pobres da cidade, as soluções encontradas diante de suas dificuldades, a quem recorreram na luta diária pela sobrevivência, suas estratégias para se inserirem socialmente, percebendo a multiplicidade dos sujeitos e seus diferentes modos de viver e construir a realidade. “As narrativas orais, para além de revelar a multiplicidade de sujeitos e temporalidades, podem também mostrar à fluidez, as hesitações, a intrepidez, enfim, a flexibilidade das pessoas ao lidar com as situações”³⁵.

A imprensa escrita foi outra fonte que subsidiou as análises, fornecendo informações relevantes sobre a dinâmica das demandas. Ela apresenta uma linguagem singular, capaz de produzir imagens da realidade social e, por isso, a importância de serem compreendidas em sua historicidade e enquanto esferas de poder ativas e imbricadas no espaço social³⁶.

Laura Maciel demonstra a difícil tarefa do historiador ao lidar com uma “narrativa sobre os acontecimentos que se apresentam como o próprio acontecimento, reivindicando uma condição de lugar de verdade na produção do entendimento sobre a realidade social”³⁷. E mais ainda “[...] como o lugar da interpretação autorizada sobre os acontecimentos do presente [...]”³⁸. Portanto, faz-se importante historicizar o documento, apontando para as construções, disputas e tensões; “é preciso desvendar os significados, interesses e tensões que pontuaram a produção desses registros”³⁹. Afinal a imprensa produz efeitos de verdade⁴⁰.

Compreende-se então o uso da imprensa como modeladora da realidade social, porque influi nas formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e

³⁵ KHOURY, Yara Aun. *Op. cit.*, p. 88.

³⁶ “Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe tratamento teórico e metodológico. Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe”. CF. CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. In: *Projeto História*. São Paulo, n.º 35, dez. 2007, p. 260.

³⁷ MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação Telégrafo e Imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa, *et. al. Muitas memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d’água, 2004, p. 15.

³⁸ *Ibid.*, p. 39.

³⁹ *Ibid.*, p. 27.

⁴⁰ “A constatação do crescimento dos espaços dedicados aos crimes, amores, diversões e outros assuntos ‘populares’ no noticiário dos jornais, por exemplo, não representa necessariamente o aumento da criminalidade, da paixão ou do lazer popular na cidade, mas alterações na própria imprensa em direção à sua massificação e, ao mesmo tempo, à construção de um lugar de visibilidade e presença social do popular”. CF. MACIEL, Laura Antunes. *Op. cit.*, p. 27.

interpretações, extrapola uma simples opinião dada e se forma em meio a interesses específicos. Ela constitui objeto de influência direta na esfera social, pois sua atuação delimita espaços, mobiliza opiniões, demarca temas, constitui referências que expressam interesses e projetos, tal qual constitui e institui relações sociais, disputando espaços na construção histórica⁴¹.

O estudo está dividido em três capítulos. No primeiro, concentram-se discussões importantes para a compreensão da história em que se inserem as demandas políticas. Ele está dividido em duas partes. Na primeira, são discutidas características da cultura política local, com atenção sobre como foram construídas historicamente as práticas da *cultura da dádiva*. Considerou-se relevante destacar as relações paternalistas, personalizadas, de favorecimento, de reciprocidade desigual, que exemplificam as orientações subjetivas, neste caso os valores, práticas, gestos, atitudes, próprios da história da cultura política local. Na segunda parte, a ênfase recai sobre o processo de industrialização, migração e urbanização da cidade de Montes Claros a partir da década de 1960. A intenção foi demonstrar a importância desses processos na segregação do espaço urbano, cuja consequência mais evidente foi o crescimento das demandas sociais e a geração de tensões permanentes entre as duas tendências da cultura política local, a conservação e a mudança. Com base em estudos acadêmicos e de memorialistas, buscou-se compreender como as práticas de poder vão se assentando e também se modificando no processo histórico, oferecendo visibilidade às formas arraigadas de dominação e também às formas de resistência política a estas, configurando as características contemporâneas da cultura política local. Aqui cabe ressaltar que, ao discutir algumas características arraigadas da cultura política local, a intenção não é afirmar que essas prevalecem de modo perpétuo no contexto político da sociedade local. Ao contrário, argumenta-se que muitas delas permanecem, mas se reproduzem em confronto com outras práticas políticas, mais especificamente discutidas nos capítulos posteriores.

No segundo capítulo, são analisadas as demandas de caráter coletivo, encaminhadas aos canais institucionais, por meio de abaixo-assinados e pedidos individuais, registrados em documentos diversos. Foram levados em consideração os pormenores dos documentos, as formas de protocolo, a quem os sujeitos entregaram as demandas, as variadas estratégias de entrega dos documentos às autoridades políticas, as

⁴¹ “Como expressão de relações sociais, a imprensa assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais que se opõem em uma dada sociedade e conjuntura, mas os articula segundo a ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que representa”. CF. MACIEL, Laura Antunes. *Op. cit.*, p. 15.

significações e os efeitos da entrega, o teor dos documentos, seus argumentos e suas reivindicações. Contudo, é preciso dizer que essas fontes não apresentam as respostas às demandas, tendo sido possível em alguns casos apenas obter inferências sobre elas. No caso dos abaixo-assinados, todos são dirigidos à municipalidade e foram consideradas todas suas características que pudessem informar a identidade dos demandantes e suas formas de produzir e encaminhar as demandas, mesmo os detalhes aparentemente pitorescos. Por exemplo, foram considerados detalhes do documento, o tipo de papel usado para a redação, os aspectos ortográficos, a forma de apresentação (manuscrito ou impresso). Verificaram-se quem redigiu os documentos, quais foram as estratégias de mobilização, as formas de convencimento utilizadas para a apresentação das demandas, quem eram os demandados, a quem representavam, quais os objetivos com a escolha de uma prioridade de reivindicação, quais são os conteúdos das demandas, a quem os demandantes tentaram convencer com seu discurso e como o legitimaram. Pela análise dos documentos, tornou-se mais viável perceber algumas orientações subjetivas que formatam a cultura política local.

No terceiro capítulo, o foco incide sobre demandas que passam por outros caminhos que não os abaixo-assinados e os pedidos individuais: as práticas transgressivas e de caráter ilegal. A intenção é analisar e interpretar as ações de sujeitos sociais com frágeis laços institucionais, que não concretizam suas demandas por meio de estratégias legais ou socialmente reconhecidas e produzem outras formas de expressar e recusar sua indignação política. Entre essas formas estão os quebra-quebras, o vandalismo, variadas manifestações de violência, a exibição ostensiva da miséria e da doença, como às vezes fazem mendigos e doentes crônicos no espaço público e até mesmo o abandono e o silêncio em que vivem certos sujeitos, em certas situações sociais.

Por fim, são discutidas as tendências contraditórias da cultura política no Brasil, que exigem identificar as representações e práticas políticas invariantes em confronto com outras, que são instituintes, que emergem de lutas sociais diversas e nem sempre ocorrem por vias ou canais institucionais.

CAPÍTULO I:

HISTÓRIA E CULTURA POLÍTICA EM MONTES CLAROS

Atualmente, a cidade de Montes Claros é considerada a capital regional do Norte de Minas Gerais. Com aproximadamente 350 mil habitantes, se destaca pelo comércio e pela prestação de serviços aos municípios vizinhos. Marcada por um crescimento demográfico muito considerável nos últimos anos, a cidade tem apresentado uma economia expansiva que se diversifica, tanto em suas atividades econômicas mais antigas, associadas à agropecuária, como no comércio, nos serviços e na indústria. Conta mais expressivamente com uma população urbana, o que não exclui a existência de uma população rural ainda importante, localizada principalmente nas sedes dos distritos e comunidades rurais⁴².

Nos discursos oficiais, a cidade é mencionada como lugar de desenvolvimento e crescimento econômico, prosperidade, distribuição de renda, geração de empregos, a despeito de apresentar, também, problemas sociais graves, principalmente infraestrutura urbana precária nos bairros periféricos⁴³ das classes empobrecidas. Dessa forma, como tantas outras cidades brasileiras de médio porte, em Montes Claros configuram-se os contrastes decorrentes do desenvolvimento com inúmeras carências, situações de pobreza e até de miséria social, aspectos motivadores de mobilizações e demandas políticas diversas.

1. 1. Apontamentos sobre a História Política Local

Montes Claros nasceu das iniciativas econômicas de ocupação do interior do território nacional brasileiro pelas bandeiras, entre as quais se destaca a mineração, que contribuiu de forma notável para o desbravamento do sertão norte-mineiro e possibilitou o povoamento da região. Antônio Figueira, da bandeira de Fernão Dias, recebeu, por alvará

⁴² Montes Claros compõe-se de 10 distritos e diversas comunidades rurais, como, por exemplo, o Distrito de Miralta, Santa Rosa de Lima, São Pedro das Garças, Aparecida do Mundo Novo, Nova Esperança, comunidade de Pedra Preta, São João da Vereda, Lagoinha.

⁴³ O termo “bairro periférico” não designa, necessariamente, todos os bairros afastados da área central, mas aqueles com problemas de urbanização, com infraestrutura precária (problemas nas redes de água, de esgoto e de energia elétrica; falta de calçamento nas vias; deficiência de escolas e postos de saúde; sem atenção à segurança).

da Coroa portuguesa, a sesmaria de légua e meia onde foi estabelecida a Fazenda de Montes Claros, originária do município. Em volta da fazenda e da capela de Nossa Senhora e São José, nasceu o *Arraial das Formigas*. Elevada a Vila em 1831, tornou-se *Arraial de Montes Claros*, depois nomeado Município de Montes Claros, composto por câmara, agente executivo e instância judiciária.

Neste contexto, a formação de Montes Claros não difere da formação da maioria dos municípios brasileiros. O município e a cidade se formaram sob o poder dos grandes proprietários rurais, homens detentores de terras, de poder econômico e político⁴⁴. Assim, constituiu-se a elite local, a partir dos latifundiários. A terra representava prestígio político e econômico e, por isso, os latifundiários tinham o poder de mando e também de autoridade para subjugar aos demais, incluindo os escravos, os agregados, as autoridades do Estado e da Igreja, os clérigos, o juiz, o delegado, o escrivão e outros burocratas. Compreende-se, então, por que os estudos de história local e regional, tanto quanto sobre a história nacional, repetem, sistematicamente, o uso das noções de mandonismo, paternalismo, patrimonialismo, coronelismo, clientelismo, oligarquismo e outras correlatas, por mais que tais noções tenham sofrido críticas, em razão de seu teor fatalista ou de seu determinismo excessivo no entendimento da estruturação das relações de poder e da cultura política no Brasil, como se os demais sujeitos políticos, não proprietários de terras, fossem passivos. Não surpreende que o autor de um estudo recente sobre Montes Claros argumente, entre outros estudos que usam essas noções, que a estrutura na qual se fundou a cidade possibilitou alicerçar o mandonismo e o autoritarismo, reproduzindo a lógica da colonização que se estendeu pelo Império e não se esgotou na República.

De fato, é difícil pensar a estrutura de poder na história política brasileira sem considerar as referidas noções, como se vê em autores como Vitor Nunes Leal⁴⁵, que demonstra bem como o sistema de capitanias hereditárias na colônia fundou o mandonismo,

⁴⁴ “Montes Claros, desde a sua emancipação política em meados do século XIX (1831), atende por um binômio latifúndio/dependência, o que vai gerar, em última instância, uma massa de pessoas que viviam na órbita dos grandes proprietários de terra”. CF. VALMOR, Marcelo. *Cidades de Porte Médio e Populismo: Montes Claros um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 18.

⁴⁵ Para Vitor Nunes Leal, o mandonismo evidenciou-se na colônia, tendo em vista a estrutura administrativa portuguesa de delegação de poderes aos “homens bons” que minam a esfera pública com seu poder privado. “Seria difícil conter essas manifestações do poder privado em uma estrutura cuja unidade fundamental [...] era o extenso domínio rural, essencialmente monocultor e construído sobre o trabalho escravo”. Assim, o poder privado dos grandes proprietários rurais ditava as relações políticas locais. O mandonismo traduzia-se num excesso de poder privado que se espalhava pela esfera pública e quem o detinha era capaz de mandar e ditar normas. Nestes termos, o poder político da Coroa estava sobrepujado nos proprietários rurais que o exerciam através das câmaras municipais. CF. LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa Ômega, 4 ed. 1978, p. 60-70.

característica que sobreviveu entre os grandes proprietários rurais, mesmo após o sistema colonial. Fundado no sistema de capitanias, o mandonismo teve no capitão donatário a figura administrativa central na formação da estrutura de poder e da vida política do país. Ele foi uma figura que atuava acima da justiça da coroa. A violência, por exemplo, utilizada em seu favor, era um meio legítimo e muito eficaz, na maioria das vezes, para obter conquistas políticas. Em consequência, esses homens, grandes detentores de patrimônios, longe dos olhos do Estado Português, definiam por si mesmos as relações de poder entre dominantes e dominados.

O sistema de capitanias hereditárias legitimou os poderes ilimitados dos proprietários de terras, os “homens bons”. Com “poderes de mando”, estes ocupavam as câmaras municipais e detinham o controle social, econômico e político das municipalidades. A câmara municipal tornava-se de suma importância, pois traduzia o espaço dos inúmeros benefícios possíveis e institucionalizava a ação política dos chefes rurais, cujo poder de mando se explicava pelo enorme prestígio de que dispunham por causa de suas posses agrárias, ou seja, de seus patrimônios⁴⁶. O mandonismo extrapolou o espaço privado das propriedades e avançou sobre o espaço público, ao impor a prevalência dos laços afetivos e pessoais no trato da coisa pública. O latifundiário comportava-se no espaço público tal qual atuava no espaço privado. Assim, a esfera pública tornava-se extensão da família patriarcal do grande proprietário.

As forças políticas da Independência não ousaram modificar a realidade do poder privado dos grandes proprietários rurais, chefes políticos locais e, ao longo do Império, a escravidão, o analfabetismo e a restrição ao voto aprofundavam as desigualdades

⁴⁶ A soma de poderes e privilégios para os “homens bons” na colônia era enorme, responsáveis pelo “crescimento” da colônia, dificilmente poderiam ser presos ou processados, e às vezes, usurpações por eles praticadas eram sancionadas pela coroa ou mesmo nem consideradas. “Durante período bem longo [...], as câmaras municipais exerceram imenso poder, que se desenvolveu à margens dos textos legais e muitas vezes contra eles. Não raro, porém, a Coroa sancionava usurpações, praticadas através das câmaras pelos onipotentes senhores rurais [...] mas em plena correspondência com a ordem econômica e social estabelecida nestas longínquas paragens”. A estrutura estatal e as eleições indiretas encarregavam-se de garantir por um lado, a perpetuação dos “homens bons” no poder e, por outro, o isolamento político da população não latifundiária. Além disso, os laços de solidariedade e o caráter pessoal afetivo criavam meios ainda mais eficazes de exclusão da maioria da população e defesa dos interesses dos senhores. “A massa da população – composta em sua grande maioria de escravos e dos trabalhadores chamados livres, cuja situação era de inteira dependência da nobreza fundiária – também nada podia contra esse poderio privado, ante o qual se detinha, por vezes, a própria soberania da Coroa”. A estrutura do poder privado, por sua vez, subordinava o espaço público aos seus interesses, contribuindo no surgimento de figuras políticas com grande poder político. Subvertido o espaço público, a estrutura do poder privado ditava as normas e encaminhava os mecanismos de manutenção desse poder. Neste sentido, o latifúndio monocultor e escravocrata representava, a essa época, o verdadeiro centro de poder da colônia, econômico, político e social. CF. LEAL, Vitor Nunes. *Op. cit.*, p. 65.

sociais e excluía a grande maioria dos processos políticos institucionais, tornando a participação política exclusiva das elites providas de patrimônio e capital. Assim, a formação das vilas e dos municípios advinha da vontade dos “homens bons”, autoridades detentoras de terra, de pessoas e de poder, tanto no espaço da casa quanto na esfera pública⁴⁷.

As instituições públicas não escapavam da vontade política desses homens. A Guarda Nacional, por exemplo, no Período Regencial, reforçava o mandonismo e a violência ao oferecer aos chefes locais de maior prestígio o posto mais alto das milícias, o de coronel. Em Montes Claros, alguns dos chefes locais já eram assim considerados por causa da patente de Coronel, expedida pela Guarda Nacional. Por volta de 1850, já havia vários coronéis nomeados pela guarda na cidade, a exemplo, Francisco Vaz Mourão, José Pinheiro Neves, Francisco José Sá e outros⁴⁸. A Guarda Nacional tornou-se uma poderosa instituição na consolidação do poder autônomo dos chefes locais. O poder de dominação exercido por eles era enorme. Seu *status* e patente eram uma verdadeira referência sociopolítica para a região.

A fim de exercer proteção local, o chefe rural recebia autorização do poder central a partir da patente de coronel, o que dava a ele o poder de exercer a segurança local até mesmo com o uso de jagunços armados, sempre em seu favor. Assim, o poder privado dos coronéis reproduziu amplamente a violência, que se desdobrou ainda mais diretamente no advento da República, em face da necessidade de obtenção do voto⁴⁹. A violência e mesmo a coação tornavam-se instrumentos indispensáveis na aquisição do voto não apenas no espaço dos latifúndios, mas no próprio espaço social das instituições públicas, nas cidades. Como em todo o território nacional, durante a primeira República, os municípios e as cidades da região norte de Minas conviveram com o fenômeno do coronelismo

⁴⁷ “Por essa época, já temos então o surgimento e a consolidação de uma classe de grandes proprietários de terra, cuja organização política se fundamenta na sua riqueza e no seu poderio pessoal [...]. Nesses domínios, a autoridade do chefe proprietário era incontestável e se estendia aos escravos, agregados, dilatando assim o círculo familiar e alargando a autoridade do chefe”. CF. PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, Poder Privado e Violência: o campo político norte-mineiro durante a primeira república*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 15.

⁴⁸ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Op. cit.*, p. 30.

⁴⁹ O coronelismo é o resultado de uma democracia mal implantada. A extensão do direito ao voto se dá numa realidade de frágil urbanização, somada a uma sociedade de extremas desigualdades sociais, em que a maioria da população vive sob o jugo dos proprietários rurais, que conseguem controlar o direito do voto. Na Primeira República, sobretudo por causa da extensão do voto, o poder público, para se impor, utilizou do poder privado na figura do coronel, personagem já existente na cultura política desde a criação da guarda nacional, mas que se reinaugura na República com uma prática política específica: a busca do apoio político por meio do voto. O coronel é, também, um líder político que carrega consigo a estrutura e mando político da cidade. CF. LEAL, Vitor Nunes. *Op. cit.*

de forma notável⁵⁰.

Instalado no campo e nas cidades, o coronelismo ampliou o espaço para a violência se desenvolver. Ações violentas tornaram-se indispensáveis para a permanência das oligarquias no poder. Dessa forma, violência e coação foram se tornando práticas cada vez mais comuns na dominação do voto do novo eleitorado. A extensão do voto, ao invés de possibilitar esperanças à nova população que se expandia nas cidades, a submetia aos currais eleitorais dos chefes políticos locais. Foi assim que, após o fim da escravidão, no projeto da República, a figura do coronel ganhou expressividade além do campo e das localidades, tanto na administração pública como na gestão dos conflitos entre grupos e classes oponentes⁵¹.

Em especial, o poder de mando dos coronéis tornou-se um mal necessário no trato das classes mais carentes, subjugadas a uma democracia totalmente deformada. Largado à mercê das oligarquias políticas e rurais, o eleitorado era disputado em nome de uma democracia aparente e de políticas garantidoras das oligarquias estaduais, como a “carta branca” aos coronéis e a “política dos governadores”⁵².

Dessa forma, também no Norte de Minas, sob o poder de mando das oligarquias, as eleições eram formalidades executadas em meio a fraudes, sob acordos e tuteladas por relações políticas revestidas pelo poder privado dos grupos políticos dominantes das cidades. Em Montes Claros, a violência, claramente, foi marca registrada nas relações políticas, principalmente em períodos eleitorais, quando garantia a permanência no poder político local e os benefícios e vantagens recebidos

⁵⁰ “A primeira república no Brasil corresponde, em termos políticos, ao funcionamento do sistema consagrado por um bom número de historiadores, como sistema coronelista. A política local se estruturou conforme esse sistema, assumindo seus aspectos essenciais e, também, uma conotação ditada pelas circunstâncias do local”. CF. PORTO, César Henrique de Queiroz. *Op. cit.*, p. 48.

⁵¹ A figura do coronel aumenta sua expressividade, sobretudo em decorrência da política dos governadores, que contribuiu no claro fortalecimento das oligarquias e dos coronéis. Ela consistiu numa política de alianças entre o governo federal e os estados, em que aquele não intervinha na política das oligarquias estaduais e, em troca, estas apoiavam os projetos do governo federal de benefícios para “República do Café”. Para tanto, os estados deveriam consolidar as respectivas alianças com os coronéis que buscariam resultados positivos a situação dominante nos estados. Frente a isso, a “carta branca” dava ao coronel uma série de benefícios políticos, como nomear e remover funcionários, além de ampla autonomia política diante da garantia de não intervenção do governo estadual que fingia não perceber os desmandos dos chefes políticos locais. Por isso, a política dos governadores fomenta o conflito entre as oligarquias rurais, pois vincular-se ao governo do Estado para obtenção dos votos significava obter melhoramentos, como escolas, estradas, assim como nomeações e remoções de funcionários, como professores, delegados, juízes. Significava, ainda, a garantia de empregos, o recebimento de verbas do erário público estadual e, principalmente, a “carta branca” para a atuação no município. CF. RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 117-118.

⁵² PORTO, César Henrique de Queiroz. *Op. cit.*, p. 50.

do governo estadual⁵³.

O cenário político era definido pela atuação das parentelas que buscavam a simpatia do governo estadual para aquisição dos inúmeros benefícios, concedidos pelo vínculo entre o governo estadual e local⁵⁴. Para conseguir a preferência, valia a utilização de acordos pessoais, fraudes, violências e exaltação do poder privado. Porto, cujo estudo é o mais explorado nestes apontamentos da história política local, enfatiza como a cultura política de Montes Claros foi assentada na violência, no poder das oligarquias, no personalismo, no poder privado e no paternalismo, mesmo quando ocorrem mudanças na estrutura política administrativa do país⁵⁵.

E mesmo após a redemocratização de 1945, a despeito da mudança constitucional com a nova legislação e o surgimento de novos partidos políticos, as relações de poder continuavam ancoradas no poder privado, na *cultura da dádiva*, do favor, do paternalismo, na violência⁵⁶ e na expressividade da figura do chefe político, inclusive como se vê no registro obtido pelo historiador Laurindo Mékie Pereira.

Cel. Dumingo Lopes (...) Deba, que era o Hidelberto José de Freitas [...] valente! Perigoso! né, e o Neco Santamaría, esses três home quasi que

⁵³ A violência foi incorporada à cultura política como estratégia para a manutenção do poder político local. Dois exemplos podem ser citados. Em março de 1918, um tiroteio, que matou quatro pessoas, revelou o caráter de violência empregado pelos chefes políticos locais, sobretudo em períodos eleitorais. Foi um tiroteio que acabou inaugurando um período de competição violenta, por parte de duas facções políticas da cidade. O outro exemplo também foi um tiroteio em 1930, que ficou conhecido como o “acontecimento do dia 6 de fevereiro”, resultando numa nova tragédia, com mortos e feridos, tendo implicações políticas e projeções bem maiores do que o tiroteio ocorrido em 1918. O pano de fundo deste tiroteio foi a disputa pelo poder municipal entre as duas parentelas mais poderosas da cidade, o grupo dos camilistas e o grupo dos Alves. E mais uma vez a violência explícita foi novamente o recurso utilizado. CF. PORTO, César Henrique de Queiroz. *Op. cit.*, p. 68-77; 91-140.

⁵⁴ No período Imperial, o Partido Conservador e o Liberal predominaram nos debates políticos após a década de 1840, oferecendo duas posições para acomodar as parentelas de âmbito local. Em Montes Claros, a liderança política do Partido Conservador girava em torno da família Versiani (Cel. Pedro José Versiani e seu filho Dr. Carlos José Versiani), enquanto o Partido Liberal tinha sua base na figura do Padre Antônio Gonçalves Chaves, mais conhecido como Cônego Chaves, e seu filho Antônio Gonçalves Chaves. Na 1ª República, os grupos políticos não eram vistos como partidos, mas facções políticas. O PRM desdobrava-se em facções políticas. Montes Claros possuía duas: o grupo dos Alves, Versiani, Veloso, Ribeiro contra os Prates, Chaves, Sá. Assim, os partidos restringiam-se a uma coalizão de grupos políticos municipais e os adversários atuavam normalmente no mesmo partido, lutando entre si pelo controle político na região que significava ser reconhecido pelo PR estadual. CF. PORTO, César Henrique de Queiroz. *Op. cit.*, p. 75.

⁵⁵ “Os principais valores – a violência, o personalismo e o paternalismo – que vão permear a cultura política da cidade se estruturam ao longo do processo de povoamento e ocupação e, conseqüentemente, estruturação da comunidade política local muito antes do advento do regime republicano. [...] as primeiras redes de poder vão ser tecidas desde a primeira metade do século XIX na região de Montes Claros. Com a queda da monarquia e sua substituição pela república, os grupos detentores de poder vão se reestruturar para se inserirem na nova ordem, marcada pelo federalismo e pelo regime representativo de base maior”. CF. PORTO, César Henrique de Queiroz. *Op. cit.*, p. 03.

⁵⁶ Em mais um exemplo do uso da violência e da expressividade do poder privado como parte das relações políticas na região, tem-se em 1950 a atitude do candidato a prefeito “Capitão Enéas Mineiro”, que na véspera das eleições adentra a cidade com mais de cem homens armados, afirmando garantir a tranquilidade do pleito. Utilizando-se do medo e da coação, é eleito para governar a cidade. CF. VALMOR, Marcelo. *Op. cit.*, p. 15.

comandava a maioria da força política de Montes Claros (...) então o povo tinha medo né, todos eles três tinha fama, mas era **uns home muito bom, era umas pessoa que ajudava mesmo**, agora ele não gostava de gente que trai eles, esse povo daquele tempo, cê sabe cume-que-é [...] ⁵⁷
(Grifo nosso)

A essa altura, ficava claro também que a estrutura de poder não se limitava aos recursos da dominação tradicional das lideranças locais, pois os próprios sujeitos da burocracia estatal, reforçados por profissionais liberais, sobretudo bacharéis⁵⁸, a despeito de, supostamente, ocuparem posições de poder para legitimar a dominação racional legal, atuavam alinhados aos sujeitos do autoritarismo, forjando o que se convencionou chamar de clientelismo.

Ainda que se leve em consideração que as práticas sociais são reconstruídas e realimentadas de maneiras diferentes ao longo do processo histórico, o fato é que muitas dessas práticas observadas na história política de Montes Claros são de difícil ruptura e, ainda que firmadas em outros tempos históricos, atualizaram-se e encontram meios de reprodução, muitas vezes modificando apenas seus estereótipos, mas permanecendo, essencialmente, tais quais se constituíram. Em muitas situações, a nova embalagem apenas camufla o velho conteúdo. Assim, mesmo em meio às mudanças constitucionais pós 1945, novas estratégias de adaptação permitiram a continuidade dos grupos elitistas no poder, a permanência da violência, a exclusão social e a manutenção dos currais eleitorais. Neste cenário, a coação, a dominação, a violência, o medo e a força bruta continuavam como traço marcante na cultura política local.

Mas os estudos recentes da história local também demonstram que não apenas a violência ou o poder privado ditavam as relações sociais após a redemocratização de 1945:

⁵⁷ PEREIRA, Laurindo Mékie. *A Cidade do Favor: Montes Claros em meados do século XX*. Montes Claros: Unimontes, 2002, p. 195.

⁵⁸ A prevalência de bacharéis e profissionais liberais nos postos da administração pública é uma constante durante toda história de formação do Estado Nacional no Brasil e condicionou a administração das municipalidades. O bacharelismo valorizava a personalidade advinda do caráter exaltado da profissão. Lisura, honestidade e solidariedade compunham o *status* da profissão e, por isso, o bacharel se projetava no espaço político por uma espécie de sedução exercida pelas carreiras liberais. A magia do bacharelismo se explicava pelo apego à exaltação da personalidade, a partir do momento em que a profissão se imbricava no próprio indivíduo, traduzindo-o e lhe oferecendo a possibilidade de estar próximo à população, atendendo suas necessidades pela profissão. Assim, a possibilidade de favores, advinda de profissões como a medicina e a advocacia, explicava a forte permanência do bacharelismo na cultura política em Montes Claros. Consultas, indicação a educandários, prescrição de remédios, ou seja, a solução dos problemas cotidianos criava vínculo pessoal de cordialidade e gratidão dos “pequenos” para com os bacharéis, o que por sua vez contribuiu para a dependência política dos mesmos sujeitos quando eleitores, estreitando os laços de pessoalidade no espaço público, dificultando a aquisição de direitos com base nas leis. Exemplos ao longo da história política de Montes Claros são constantes, pois os bacharéis comumente tinham a preferência dos poderosos chefes políticos para assumir cargos na administração pública. O médico Carlos Versiani e os irmãos, também médicos, Honorato Alves e João Alves, exemplificam bem a força do bacharelismo na política local. CF. PORTO, César Henrique de Queiroz. *Op. cit.*, p. 54-56; 96.

“Reivindicações e protestos combinam-se com colaboração, complacência, favores e gentilezas”⁵⁹. Mesmo com a estrutura social do mando, da violência e do autoritarismo estendida à esfera pública, tais características não foram capazes de solapar por completo formas novas de participação política. A relação dual entre dominantes e dominados espelha o poder mais expressivo daqueles, mas não anula as possibilidades de ação destes, que têm papel ativo na relação política. Ainda que o poder privado, o mandonismo e o coronelismo tenham se fortalecido no espaço público, mostrando os graus de imposição de que dispunham, não inibiram as práticas políticas de grupos organizados, como as associações de trabalhadores, sindicatos, movimentos estudantis, grupo de mulheres, entre outros. Assim, em meio a práticas políticas arraigadas, os movimentos sociais, as práticas de resistência, algumas mais tímidas outras mais ousadas, mostravam insatisfações crescentes em face de grandes desigualdades sociais. Nesse contexto, o coronelismo, o mandonismo, o clientelismo não poderiam manter sua força de dominação de forma tão extremada e muito menos impedir novas práticas políticas e o reposicionamento dos sujeitos na cultura política.

Ao lado da violência, das fraudes eleitorais, do poder privado dos chefes políticos locais, visualizaram-se várias tentativas de externar insatisfações sociais, ora tímidas, ora também ousadas, que emergiram entre grupos populares e ampliaram o espectro dos sujeitos políticos locais⁶⁰. Assim, é possível verificar na história de Montes Claros a existência de diversos sindicatos e associações de trabalhadores, sobretudo a partir

⁵⁹ PEREIRA, Laurindo Mékie. *Op. cit.*, p. 193.

⁶⁰ No trabalho “*Experiência e poder na urbe em expansão: ‘cultura política popular’ em Montes Claros/MG entre 1930 e 1964*”, há apontamentos para a existência de sindicatos e associações profissionais no município, como a União Operária e Patriótica de Montes Claros, um Sindicato dos Motoristas do Norte de Minas e outro dos Trabalhadores em Construção Civil e, até mesmo, uma União Sindicalista, e ainda um Sindicato dos Condutores de Veículo à Tração Animal e Terrestres, uma Associação dos Padeiros e uma Associação dos Mecânicos. Além de associações mais genéricas como a Associação das Donas de Casa de Montes Claros, que é também citada no trabalho de Laurindo Mékie Pereira. Destaca-se, também, a atuação do Diretório dos Estudantes de Montes Claros (DEMC) e outras associações, como as de açougueiros e barbeiros. Apontamentos que nos evidenciam as participações sociais se intensificando em meados do século XX a partir da consciência da associação para a conquista dos benefícios sociais. Assim, se por um lado, há que se falar das relações autoritárias, violentas e arbitrárias por parte de alguns dos chefes políticos locais, reproduzindo a cultura coronelística, por outro, percebem-se demonstrações das insatisfações sociais sendo canalizadas por novas formas de participações políticas. Por isso, assentar a cultura política local apenas em práticas de violência e autoritarismo não suporta a realidade da complexidade do social. Além disso, é ainda possível falar na possibilidade de eleição de figuras mais ligadas aos discursos trabalhistas, como na década de 1950, em que foi eleito pelo PTB, por dois mandatos (1951-1954/1955-1958) o José Xavier Guimarães, figura atuante dentro da “União Operária e Patriótica de Montes Claros”. CF. CARDOSO JR, Edi de Freitas. *Experiência e poder na urbe em expansão: “cultura política popular” em Montes Claros/MG entre 1930 e 1964*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 161-179; PEREIRA, Laurindo Mékie. *Op. cit.*, p. 184; PRIMO, Laura Cristina Cordeiro. *UDN, PR, PSD e PTB: da fundação nacional às relações políticas estabelecidas no Município de Montes Claros*. Monografia. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2006, p. 57.

da década de 1950, que se mobilizaram em reivindicação dos interesses sociais. Por exemplo, ainda na década de 1950, diversos setores da sociedade se movimentaram e protestaram diante de aumento nos preços de produtos de primeira necessidade, diante da carestia e pobreza, da inflação, do desemprego, reivindicando direitos e buscando melhores condições de vida⁶¹.

A elevação do custo de vida no final da década de 1950 em todo país, também motivou agitações populares em Montes Claros. **As donas de casa, os estudantes e sindicatos diversos** empreenderam uma campanha junto à Câmara e Prefeitura Municipais, exigindo providências contra o constante aumento nos preços de gêneros de primeira necessidade⁶². (Grifo nosso)

Diante disso, paradoxalmente, o próprio paternalismo possibilitava formas de resistência a suas práticas. O caráter “benévolo” do chefe político, a partir da prática de favores, e ainda sua disposição em conseguir benefícios de melhoramentos para sua localidade dava abertura a novas formas de participação social.

[...] A intersecção entre paternalismo e violência se constitui em um dos pilares das práticas coronelísticas em Montes Claros durante a vigência da chamada primeira república. O paternalismo dos chefes locais, de certa forma atenuou um pouco a violência política existente em nossa sociedade, que possuía uma tradição fortemente impregnada pelo mandonismo e o conservadorismo.

Embora as relações políticas locais durante a República Velha [...] tenham muitas vezes se encaminhado de forma violenta, a existência de períodos de tranquilidade na política montesclarenses evidencia um certo equilíbrio entre o paternalismo dos chefes e o exercício do poder por meio da ação violenta⁶³.

Assim, os chefes políticos reproduziam formas violentas de dominação, mas também sinalizavam possibilidades de favor, que se somavam ao novo trunfo político da população, o voto secreto, seu novo poder de barganha. A figura do “coronel”, ainda que presente, não impedia a existência de outras práticas políticas, que alteravam a política tradicional local. Na realidade, a partir da urbanização e da industrialização, a violência direta como modo de permanência no poder vai perdendo espaço e sendo substituída, mais frequentemente, por outros meios, como a prática dos favores.

⁶¹ Em 1959, por exemplo, a cidade movimentou-se diante do abuso no preço da carne e também de outros produtos de primeira necessidade. CF. PEREIRA, Laurindo Mékie. *Op. cit.*, p. 182-185; 191-193.

⁶² PEREIRA, Laurindo Mékie. *Op. cit.*, p. 191.

⁶³ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Op. cit.*, p. 54.

Após 1930, a estratégia elitista de inculcar certos valores hierarquizantes no imaginário popular não foi abandonada. Pelo contrário. Os novos tempos exigiam dos políticos algumas inovações, sobretudo, o abrandamento da violência, o que conferiu maior importância ao discurso. Novas formas de organização e interesses entravam em cena, em meio aos segmentos populares⁶⁴.

No entanto, o paternalismo não se atém apenas como contraste pelo abrandamento da violência coronelista, pois vai além, constituindo-se, até hoje, como prática política de sucesso na obtenção do voto e, por isso, mantém-se presente de variadas formas. O paternalismo se constrói não somente ligado ao poder tradicional dos coronéis, mas se dissemina na própria cultura política. Favores e doações tornam-se práticas de outros agentes políticos, espraiam-se por todo o corpo social reproduzindo o paternalismo e o clientelismo sob novas formas, às vezes contaminando as próprias lutas pela conquista de direitos sociais, se expressando como *cultura da dádiva*.

Com essa ambiguidade, a possibilidade dos favores tanto é apropriada como recurso de dominação como de resistência social e busca de direitos. Se há a predisposição dos chefes políticos para os favores, nada mais viável do que torná-la mecanismo de ação política, usufruindo da realidade de troca e garantindo o direito social. Utiliza-se dos favores e das trocas na conquista dos desejos sociais. Dessa forma, a rede de água, de esgoto, de energia elétrica, o cascalhamento, a ajuda em alimentos, a consulta médica, etc. podem tornar-se conquistas sociais a partir de estratégias políticas conscientes, mesmo que tenham como pano de fundo o favor paternalista.

Assim, o paternalismo se evidencia em outros momentos históricos, tanto como recurso dos dominados, quanto a partir da atuação de sujeitos em posições sociais de destaque, como agentes políticos institucionalizados, sobretudo por suas possibilidades de trocas de favores. E se a elite política encontra, na prática dos favores, um meio para se manter no poder, a população a utiliza como forma de resistência social.

Essa prática ambígua, às vezes denominada clientelismo, tornou-se naturalizada entre os cidadãos carentes de saúde, de emprego, de alimentação básica e de infraestrutura urbana nas cidades e não foi prática exclusiva do mundo rural ou mesmo de um único momento histórico. Assim, homens ilustrados, caridosos, religiosos, profissionais liberais com certa autonomia social tomavam como matriz de conduta na política a figura do

⁶⁴ CARDOSO JR, Edi de Freitas. *Experiência e poder na urbe em expansão: “cultura política popular” em Montes Claros/MG entre 1930 e 1964*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 52.

coronel ou chefe político, que historicamente oferecia auxílio e amparo diante das inúmeras dificuldades, sanadas a partir do favor.

Em outro estudo recente, o uso do favor mais uma vez é explicitado como marca profunda da cultura política local. Pereira⁶⁵, em pesquisa demarcada a partir da década de 1960, analisa como o *pedir*, tanto no espaço político quanto no religioso, torna-se prática corriqueira na busca pela solução dos mais diversos problemas cotidianos, como desemprego, falta de acesso aos serviços de saúde, dificuldades em arcar com a alimentação e até problemas relacionados ao matrimônio. Neste contexto, as relações de favor ou a *cultura da dádiva* e mesmo o clientelismo mostram-se claramente como parte da cultura política local. Mas isso não esconde problemas sérios acarretados com a prática do favor.

O recurso ao favor, ainda que como estratégia política de consolidação dos direitos, também fomenta a manutenção da pessoalidade nas relações políticas formais, tornando-se um círculo vicioso na esfera política. Dessa maneira, se ora o recurso pode acenar para práticas de resistência, ora obscurece a própria noção de cidadania, por colocar os direitos sob a dependência da pessoalidade e da cordialidade.

[...] A capacidade de reivindicação e livre expressão ou atuação política em bases cidadãs dos indivíduos ou dos movimentos organizados iam até os limites impostos pela dependência, pelo paternalismo e pela cultura do favor. [...] **O favor está acima da noção do direito ou dever**⁶⁶. (Grifo nosso)

Assim, os direitos sociais garantidos aos cidadãos pelas leis não se efetivam. Ficam obscurecidos pela relação do pedir, do doar e do agradecer e ainda pelas relações pessoais e sentimentais, impregnadas pelo poder privado no espaço público. A própria ideia de cidadania fica restrita a uma minoria sem força suficiente para alterar o sistema instituído culturalmente e que se torna meio de permanência das elites políticas no poder: “a vitalidade do favor no espaço urbano, no contexto dos anos 50, demonstra a capacidade de reestruturação e sobrevivência de que dispõe os sistemas de dominação social e política exercida pelas elites brasileiras”⁶⁷.

Dessa forma, a espera pelo favor parece ser o que resta, apesar de nem sempre se concretizar, conforme o registro a seguir:

⁶⁵ PEREIRA, Roberto Mendes Ramos. *Demandas e Representações Populares na vivência político-religiosa em Montes Claros-MG*. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

⁶⁶ PEREIRA, Laurindo Mékie. *Op. cit.*, p. 199.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 199.

João [lavrador, 70 anos] disse à reportagem do DIÁRIO DO NORTE que não tem mais forças para trabalhar e sustentar a família. “Nunca tive a ajuda e a solidariedade de ninguém, nem das autoridades competentes, nem dos clubes de serviço que podiam pelo menos ajudar a gente com cestas básicas”⁶⁸.

O registro citado expressa bem como a *cultura da dádiva*, contraditória ao direito, está claramente presente na cultura política de Montes Claros. Seu João não reclama seus direitos de cidadão garantidos na Constituição, mas espera pelo favor das cestas básicas como possibilidade de sobrevivência, porque não consegue mais se manter em seus setenta anos, em contexto social de extremas desigualdades e de difícil acesso aos bens públicos. Não pode mais do que pensar na ajuda, ao menos com cestas básicas, pois não vê a cidadania no seu horizonte de perspectiva. Neste caso, o paternalismo obscurece o direito, mas é, ao mesmo tempo, apropriado enquanto possibilidade de favor e meio de resistência social. Assim, expor a miséria pode tornar-se estratégia política na aquisição do direito que, no entanto, se dá pelas relações paternalistas pessoalizadas.

Contudo, deve-se destacar que se as relações de favor e do clientelismo estão presentes, não se restringem apenas às relações pessoalizadas. Ao contrário, muitas relações de poder extrapolam a própria concepção de favor e definem-se como direitos garantidos, se compreendidas como estratégias de resistência. É neste sentido que as lutas e resistências cotidianas, as estratégias populares de demandas por direitos também se integram ao conjunto da cultura política local. Ainda aparentemente frágeis, despontam como variante importante nas relações políticas. É difícil negar as práticas do pedir e, conseqüentemente, dos favores. Porém, não se pode negar o pedir como estratégia de luta quando se inverte a maneira de fazê-lo, produzindo demandas por direitos sociais, encaminhadas por sujeitos ativos e conscientes na busca de soluções para seus problemas.

É assim que muitos grupos sociais em Montes Claros utilizam os mais diversos artifícios na luta para conquistar seus direitos, seja com a prática do pedir individual ou coletivo, por meio de protestos, abaixo-assinados, manifestações transgressivas. Com vários argumentos, apelam por gestos de bondade, de fraternidade, de caridade. Criam ainda situações que valorizam seus pedidos e suas ações, transformando o pedir num ato consciente e numa estratégia de resistência dentro das condições históricas em que estão inseridos, não omitindo a consciência política e a reivindicação dos direitos sociais. Muitos

⁶⁸ NOS rostos de João, Maria e os filhos, o retrato da luta contra a miséria. *Diário do Norte*. Montes Claros, 26 e 27 Fev. 1993. Arquivo particular do senhor Américo Martins Filho.

dos pedidos constituem estratégias populares de luta na garantia de benefícios pleiteados. O ato de pedir, seja pelo contato direto da escrita dos pedidos em cartas, seja pelos abaixo-assinados, produz ações políticas claras: aumenta a capacidade de persuasão dos administradores sobre a importância das coisas públicas e, em muitos casos, obtêm-se providências e resoluções favoráveis às demandas.

Dessa forma, o ato de pedir, seja ele individualizado ou coletivo, não significa que os sujeitos pedintes são desprovidos de consciência política própria de seu meio social. Ao contrário, diante das dificuldades em superar as relações de mando e do autoritarismo do chefe político, alguns sujeitos se inserem na lógica instituída, adotando e invertendo seus termos. Se o chefe político detém o acesso aos benefícios, a população utiliza-o como canal de obtenção de conquistas sociais. Se ele deseja os votos, o novo eleitorado exige os benefícios. Claro que a troca representa uma via de mão dupla entre sujeitos institucionalmente desiguais, mas apesar da fragilidade dos laços institucionais entre os desprovidos de *status* político, resta-lhes transformar essa condição. Com isso, a lógica do jogo político não se restringe a mandar ou ser mandado, mas em estabelecer relações recíprocas entre os sujeitos.

É em meio a essas relações tensas e contraditórias que as insatisfações afloram de uma maneira ou de outra. Outros modos de agir na política, táticas de resistência surgem como tentativa de superação da estrutura política elitista e conservadora, mas em muitos casos os sujeitos demandantes continuam a apostar na cordialidade, no favor e na pessoalidade das relações para o alcance dos pedidos apresentados, conforme se verifica no relato a seguir.

O policiamento aqui é fraquinho mesmo, mas como eu estudo, **eu fiquei conhecendo** os meninos da patrulha escolar, aí eles vêm na escola, **quando liga, eles já sabe que sou eu. Rapidinho eles vêm solucionando o problema.** Terça-feira passada mesmo a gente saiu da escola aí [...], que é até vizinha minha, ela falou assim: essas motos vai pisar ne nós, eu só falei: pisa não. Eu só liguei pra polícia e chamei. Daí cinco minutos a polícia chega e aí só viu gente correndo. No outro dia estava um silêncio [...] ⁶⁹. (Grifo nosso)

O “conhecer” se traduz em rapidez da solução do problema e, se não resolve, ao menos atenua. Dessa maneira, a pessoalidade, a cordialidade e o favor aparecem como requisitos na concessão do benefício que deveria ultrapassar relações de pessoalidade e garantir o atendimento não apenas pelos laços de cordialidade, mas pelos direitos

⁶⁹ Depoimento da senhora M. J, 41 anos, 4 filhos, casada, dado à autora em 28-03-2011.

constitucionalmente garantidos. Assim, também se criam os laços institucionais pelos canais de pessoalidade e não pela garantia dos direitos. Neste sentido, liga-se pessoalidade ao vínculo institucional pelo simples fato do “conhecer” a figura demandada. Conhecer para pedir e pedir para obter resume um pouco das estratégias de encaminhamento das demandas e de como são recebidas.

Em relação à cidadania, mesmo com as novas tensões políticas, poucos direitos sociais são de fato concretizados, e os traços marcantes da desigualdade prevalecem na cidade. “Montes Claros é recordista em abrigar mendigos e doentes nas calçadas e ruas”⁷⁰. A miséria e a pobreza continuam reproduzidas na maior cidade do Norte de Minas, assim como as práticas políticas do passado. No registro abaixo, evidencia-se como a cidadania e o favor são contraditórios, mas se mantêm no cotidiano da cidade:

Salvador Alves Neto tem 33 anos [...]. Pai de cinco filhos [...]. Encontrava-se no corredor da Secretaria de Ação Social [...]. Queria falar com a secretária Stela Martins. Motivo: a família está passando fome e sem casa para morar, porque não está podendo trabalhar [...]. Como não se sente em condições físicas para trabalhar (mostra as feridas no corpo, decorrência das mordidas do cão) quer ajuda da secretaria de Ação Social [...]. Por seis dias e seis noites, Salvador Alves e sua família esperam [...] a atenção de Stela Martins. Esses dias foram passados no porão da prefeitura [...]. Depois desta conversa, Stela Martins informou que não atenderia Salvador Alves por falta de “estrutura”; poderia só dar-lhe pequena ajuda.⁷¹

De um lado, a necessidade extrema de um pai de família, lavrador, desprovido dos direitos trabalhistas e que perdeu o emprego. Do outro, a solução encontrada: a ajuda. No periódico da cidade, o caso ilustrado revela bem a noção de ajuda e de favor em detrimento dos direitos sociais garantidos apenas nas letras da Constituição. O cotidiano da cidade revela um quadro social muito distante da Carta Magna promulgada em 1988. Os direitos sociais permanecem claramente atravessados por práticas de favor e ajudas, reproduzindo a *cultura da dádiva* no final do século XX.

Além disso, há que se considerar a cidade como receptora de migrantes das áreas rurais que chegam à zona urbana e nela se instalam desprovidos de direitos básicos (moradia, emprego, renda, saúde, educação). O processo de migração sem investimentos

⁷⁰ PREFEITURA nada tem a oferecer a indigentes. *Jornal do Norte*. Montes Claros, 13 Jun. 1990. Arquivo particular do senhor Américo Martins Filho.

⁷¹ TODO o drama dos que só têm as ruas. *Jornal do Norte*. Montes Claros, 23 e 24 Jun. 1990. Arquivo particular do senhor Américo Martins Filho.

consideráveis no âmbito social acarretou problemas estruturais e sociais sérios na cidade e tornou-se preocupação durante várias décadas.

O prefeito Mario Ribeiro diz estar disposto a encabeçar uma campanha na região do Norte de Minas no sentido de sensibilizar o governo estadual para o problema social que diversas cidades vêm enfrentando atualmente, que é o grande número de doentes mentais e mendigos nas cidades, **sendo que o problema é mais grave em Montes Claros [...]**. Mário Ribeiro mostrou-se preocupado com a atual situação que atualmente se pode ver pelas ruas de Montes Claros. Segundo ele, **a causa de tal problema é, principalmente, o êxodo rural**. “Hoje, Montes Claros recebe gente vinda de várias cidades da região”. [...] “Não encontrando o que esperam, essas pessoas ficam pelas ruas sem ter onde morar”⁷². (Grifo nosso)

Diante disso, é importante reportar aos fatores que contribuíram para uma considerável migração, urbanização e segregação espacial na cidade. O foco está no processo de industrialização de Montes Claros a partir da década de 1960, que trouxe à tona a expansão de bairros periféricos e novos sujeitos sociais, migrantes, oriundos dos municípios e regiões adjacentes.

1. 2. Industrialização, migração e urbanização em Montes Claros

Na década de 1960, pouco antes do início da Ditadura Militar, implantou-se em Montes Claros escritório da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Com isso, gradativamente, a execução de projetos que fomentaram a expansão da produção capitalista, que transformou economicamente o município e a região⁷³. Montes Claros recebeu novas indústrias, a partir de isenções fiscais, como a Companhia Têxtil Norte de Minas - Coteminas, até hoje indústria de referência na cidade⁷⁴. A vinda de novas

⁷² PREFEITURA nada tem a oferecer a indigentes. *Jornal do Norte*. Montes Claros, 13 Jun. 1990. Arquivo particular do senhor Américo Martins Filho.

⁷³ A Sudene foi pensada e criada em 1959, no governo de Juscelino Kubitschek, sendo implantada em Montes Claros no início da década de 1960. Vários autores dissertam acerca da atuação da SUDENE em Montes Claros. CF. BRAGA, Maria Ângela Figueiredo. *Industrialização da área mineira da SUDENE*. Um estudo de caso: Montes Claros. Montes Claros: Editora Unimontes, 2008; LEITE, Valéria de Jesus. *Os fios da vida: Memórias e lutas de trabalhadores têxteis em Montes Claros/MG (1975-2008)*. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: UFU, 2010; OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. *O processo de desenvolvimento de Montes Claros (MG) sob a orientação da SUDENE (1960-1980)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1996.

⁷⁴ Em trabalho recente, a autora Valéria de Jesus Leite ao falar sobre trabalhadores, toma como ponto de referência a empresa Coteminas. Segundo a autora, a Companhia Têxtil Norte de Minas “foi mais um dos grandes projetos aprovados pela Sudene na década de 1960. Idealizada por Luís de Paula Ferreira, político e empresário local, em seu início tinha como sócio o também empresário José Alencar da Silva e Ivan Muller Botelho. Com 14.368 acionistas; classificada em prioridade A pela Sudene, com todos os incentivos fiscais e creditícios que a lei oferece e investimentos que somavam mais de 130 milhões de cruzeiros, a Coteminas só foi possível graças aos investimentos públicos”. CF. LEITE, Valéria de Jesus. *Op. cit.*, p. 19.

indústrias, além de contribuir para o desenvolvimento de atividades econômicas propriamente urbanas, trouxe junto as migrações e a formação de novos sujeitos sociais no cenário político da cidade.

A rigor, a partir da década de 1950, o nascimento de novos bairros evidenciava a presença de trabalhadores que acionavam novas formas de participação no cenário político da cidade, conforme destaca Cardoso Jr.: “Os desdobramentos da participação política popular em Montes Claros ao raiar da década de 1950 sinalizavam a emergência de um ator político-social feito do compartilhamento de experiências respeitantes à vida nos bairros periféricos e ao trabalho assalariado”⁷⁵.

Embalados pelo discurso do caráter nacional do trabalhismo, esses novos sujeitos puderam ampliar sua visão de direitos, “[...] visto que não mais podiam contar apenas com o paternalismo, fragilizado pelo crescimento demográfico local e transformações políticas em âmbito nacional”⁷⁶. No espaço de tempo de duas décadas, a configuração urbana da cidade mudou radicalmente: “[...] já nos anos sessenta [...] Montes Claros realiza sua transição demográfica, tornando-se município com população predominantemente urbana. A taxa de urbanização passa de 40,61% (1960) para 73,10% (1970), chegando a 87,60% no ano de 1980”⁷⁷, por decorrência do êxodo rural em direção a Montes Claros, repetindo o processo mais conhecido da história migratória no Brasil⁷⁸. A maioria da população busca os espaços onde são mais intensos os processos de modernização econômica⁷⁹, que sempre acontecem sustentados por promessas de melhoria de vida para todos, ainda que isso não se confirme.

Na história de Montes Claros, essa contradição se repete, pois a maioria dos sujeitos focados neste trabalho é emigrante do campo, e em suas falas é perceptível o sofrimento passado nas áreas rurais e na chegada à cidade. Porém, qualquer melhoria nas condições de vida lhes pareceu vantagem. Quando no meio urbano, apesar de ainda

⁷⁵ CARDOSO JR., Edi de Freitas. *Op. cit.*, p. 131.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 130.

⁷⁷ OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE. In: OLIVEIRA, M. F. M. *et. al. Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Unimontes, 2000, p. 24.

⁷⁸ Veloso destaca que a maioria dos migrantes que chegam a Montes Claros de 1960 a 1980 vêm da zona rural e dos municípios vizinhos, tradicionalmente assentados em economia agropecuária. Os migrantes vinham a Montes Claros à procura de trabalho e melhores condições de vida. CF. VELOSO, Cândida Maria Santos. *Outros modos de viver: pobreza urbana em Montes Claros 1960 a 1980*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

⁷⁹ “O processo de modernização via intervenção da SUDENE, que se deu no período de 60 a 80, no Norte de Minas [...] provocou todo um processo de transformação estrutural na região, redefinindo sua política econômica e reorganizando sua produção e principalmente a formação de correntes migratórias internas para Montes Claros, centro polarizador dos investimentos”. CF. VELOSO, Cândida Maria Santos. *Op. cit.*, p. 61.

viverem com muitas dificuldades e privações, muitos desses sujeitos parecem acreditar que fizeram a melhor escolha dentro das poucas possibilidades. Entre as práticas de violência vivenciadas no campo e as possibilidades de novas relações de trabalho na cidade, parecem ter optado pela última alternativa de forma consciente. Diante das possibilidades de emprego, como no caso das mulheres, nas ocupações domésticas, ou como lavadeiras, catadoras de material reciclável, do acesso às escolas e aos serviços de saúde para os filhos, parecem crer que a escolha pela cidade foi a saída encontrada diante da opressão vivenciada nas fazendas, dos períodos de secas e da condição de agregados rurais:

Lá a gente morava numa fazenda. Tinha a cidade e tinha as fazendas na roça. Eu nasci lá em Ubaí e vim pra cá com 17 anos. E a gente trabalhava na roça mesmo, **era duro**⁸⁰.

Eu vim pra cá eu tinha uns 39 anos. Meu marido veio primeiro, começou trabalhar aí depois nós veio. Quando nós veio pra cá meu marido já era fichado. Então tem 30 anos que eu moro aqui. Eu sou de Brasília de Minas. Eu fiquei lá, depois nós mudou lá pra perto de Januária, e de lá nós veio pra cá. **Aí veio pra cá pros meninos estudar porque lá era muito distante da escola, era difícil para estudar**, eles era pequeno e era muito longe pra eles ir a pé e não tinha condições de ir de outro jeito. Não tinha carro pra ir estudar, igual hoje os meninos que mora na roça têm. Então era muito difícil. Então era um sofrimento pra estudar os filhos, mudou pra cá né, e estudou um pouco. **A gente veio porque na roça era muito difícil**, não tava dando nada não, a gente tava só perdendo trabalho. **A gente plantava roça e a chuva só encurtando, a gente plantava e não dava, e o dono lá que era patrão nosso ficou ruim demais** pra gente, aí a gente teve que mudar de lá. Aí depois o lugar que nós foi era pior ainda, por causa do dono. Aí nós não ficou lá nem dois anos e veio pra aqui. Meu marido arranhou esse serviço fichado e ganhava e nós veio pra aqui⁸¹.

O novo cenário urbano de industrialização não isentou a cidade de graves problemas sociais decorrentes deste mesmo processo. Se antes a cidade caracterizava-se por dificuldades quanto à infraestrutura e altas taxas de desemprego, pela baixa capacidade de absorção de trabalhadores em sua economia rural tradicional, com o processo de industrialização, os mesmos e outros problemas aumentaram, pois o crescimento da cidade não foi capaz de absorver a maioria da população vinda do campo.

Quem vive hoje em Montes Claros sente, a cada momento, que a situação da cidade, em termos de infraestrutura para suportar o crescimento, se deteriora mais e mais. As ruas centrais se comprimem diante da massa humana cada vez maior; as favelas explodem na periferia; a rodoviária se reduziu a um tamanho centesimal; o mercado também já começa a não

⁸⁰ Depoimento da senhora V., 51 anos, 8 filhos, solteira, dado à autora em 25-02-2011.

⁸¹ Depoimento da senhora J. R. S., 70 anos, 9 filhos, casada, dado à autora em 23-09-2011.

comportar o movimento; o desemprego contrasta com a industrialização⁸².

Além disso, desde o final da década de 1970, era possível perceber algumas das empresas situadas na cidade, como a Tok, Irsamassa, Agapress, argumentando falência e deixando a cidade e seus trabalhadores. Agravou-se, a partir daí, o novo cenário socioeconômico da cidade, estruturado no trinômio Sudene, migração de trabalhadores e graves problemas sociais. O desemprego de trabalhadores tecnicamente despreparados, a falência de várias empresas, a demissão cíclica de trabalhadores mostram que Montes Claros se incluiu nas contradições próprias da expansão do capitalismo como em todas as cidades do país. As desigualdades sociais aumentaram na década de 1980, período em que os problemas estruturais e sociais da cidade tornaram-se cada vez mais claros, ao lado da migração contínua e crescente⁸³.

O discurso da industrialização, apesar de novo para a região e sinônimo de esperanças, sobretudo para quem abandonava a condição de agregado rural e tentava na cidade melhores condições de vida, não mostrou planejamento e prosperidade efetiva suficientes para recepcionar a população migrante e absorver os moradores nativos. Por isso, mesmo diante do crescimento urbano, a cidade persistia com os mesmos problemas de infraestrutura, então mais adensados. O resultado foi um crescimento econômico e demográfico considerável, mas desordenado, que resultou no nascimento de favelas. Com isso, na década de 1980, a cidade enfrentava nascimento e expansão de bairros ilegais, sem qualquer apoio quanto à estrutura por parte do poder político local, fazendo com que muitos desses bairros se tornassem espaços urbanos caóticos, verdadeiras favelas, que evidenciariam a segregação espacial hoje notada na cidade.

Para Cândida Maria Santos Veloso (2002), a industrialização viabilizada pela Sudene atraiu uma migração considerável de sujeitos desprovidos de meios econômicos mas que, entretanto, criaram na cidade mecanismos próprios de sobrevivência diante da pobreza e da falta de recursos em que se encontravam. Foi nesta realidade de

⁸² *Diário de Montes Claros*. Montes Claros. 20 Ago. 1978 *apud* VALMOR, Marcelo. *Op. cit.*, p. 36.

⁸³ Faz-se importante ressaltar como a migração ainda hoje constitui um problema sério para a região de Montes Claros. O próprio Plano Diretor, aprovado em 2001, elege como uma de suas metas “promover a integração e a complementaridade das atividades urbanas e rurais na região polarizada pelo Município – visando, dentre outros, à redução da migração para este, mediante o adequado planejamento do desenvolvimento regional”. CF. CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. Projeto de Lei n.º 2.921/2001, artigo 3, inciso VII. Lei que institui o Plano Diretor do município de Montes Claros - MG. *MontesClaros.mg.gov*. Disponível em: <<http://www.montesclaros.mg.gov.br/prefeitura/legislacao/paginas/arquivos/Institui%20o%20Plano%20Diretor%20do%20munic%EDpio%20de%20Montes%20Claros.txt>>. Acesso em: 10-11-2011

industrialização e crescimento da cidade, em especial depois dos anos 1970, que se constatou a inserção mais expressiva de um novo sujeito social na política da cidade, o operariado urbano, que posteriormente torna-se o centro dos discursos políticos na década de 1980, e é responsável pela ascensão de novas figuras no poder político da cidade. Neste cenário, em que se repetem tendências contraditórias da economia, os sujeitos dominantes da cultura política local não podiam depender apenas do discurso do progresso e da prosperidade para todos. Isso não era suficiente, diante de uma realidade social complexa e plural de sujeitos ansiosos pelos direitos de cidadania.

As reivindicações sociais ganharam projeção na década de 1980 e impuseram novos debates políticos na cidade. Sobre isso, dois fenômenos merecem destaque. Primeiro, uma participação política crescente de novos sujeitos, situados fora dos marcos tradicionais da política local. Segundo, a ascensão ao poder político de uma nova figura, em princípio desprendida do domínio das elites oligárquicas, que logrou se apresentar como líder político popular e inserir-se, ainda que restritivamente, no espaço político historicamente ocupado pelas elites montesclarenses. Na década de 1980, um grupo de políticos agregados ao PMDB toma as demandas sociais das classes pobres como base de seus discursos eleitorais. Voltado para classes populares, esse grupo consegue ascender ao poder político local, rompendo em parte com a tradição oligárquica. A figura política de Tadeu Leite, político não pertencente às parentelas tradicionais, foi o destaque do referido grupo. Com o apoio da população carente, Tadeu ascendeu ao poder político local com o apoio do operariado urbano e com o compromisso de romper com a estrutura elitista da política local, o que acabou não ocorrendo. Apesar de sinalizar mudanças no início de sua carreira, ao final ele apenas reiterou práticas elitistas e conservadoras do período, tendo em vista sua atuação política.

Tadeu Leite assumiu o executivo em 1982, reelegendo-se em 1992. Em seu segundo mandato, sofreu oposição da câmara municipal, que dificilmente aprovava seus projetos políticos. Perdeu espaço e, numa aliança patrocinada pelo governador do Estado de Minas, Eduardo Azeredo, houve acordo político entre Jairo Ataíde Vieira (representante da elite agropecuária da região e integrante de uma das famílias mais tradicionais da região) e Arlen de Paulo Santiago, os quais vencem as eleições municipais tanto em 1996 quanto em 2000. Em 2005, Athos Avelino, que fora vice-prefeito de Tadeu Leite no segundo mandato, assumiu a prefeitura e, novamente em 2009, Tadeu Leite voltou ao executivo da cidade.

Na realidade, o apoio a um líder político popular e carismático não proveniente da elite oligárquica local chegou a sinalizar novas possibilidades de resistência, defesa de

novos interesses e conscientização dos direitos sociais. Contudo, percebeu-se uma alternância de chefes políticos das antigas e novas facções, sem novidades efetivas, mas é interessante resgatar como se deu essa alternância, recuando um pouco mais no tempo.

No período ditatorial, Antônio Lafetá Rebello foi o destaque da política montesclarenses. Mais conhecido como Toninho Rebello, pertencia à ARENA e ficou à frente do executivo por dois mandatos, de 1967 a 1970 e de 1977 a 1982; logo após seu último mandato assumiu Tadeu Leite, que governou de 1983 a 1988 e de 1993 a 1996.

A administração de Antônio Rebello foi marcada pela urbanização da área mais central, com o alargamento de ruas, asfalto, construções de prédios públicos. Entretanto, privilegiar a revitalização da área central culminou no abandono ainda maior de áreas periféricas, que se viram agravadas pela expansão das favelas, principalmente pelo processo migratório. Diante do agravamento dos problemas sociais, do crescimento desordenado da cidade e do descaso sofrido pelos bairros, o mandato do referido prefeito terminou com sérias críticas.

Mas o problema mais sério foi, sem dúvida, a indiferença da sua administração com a zona periférica da cidade. Enquanto pretendia dotar a cidade de infraestrutura necessária para conviver com o intenso progresso observado na região, os bairros da cidade explodiam em volta do centro, quase todos eles sem um mínimo de infraestrutura básica, como água, esgoto, escola e posto de saúde⁸⁴.

Foi no contexto de desgaste da administração do prefeito Antônio Rebello que emergiram os discursos inflamados de Luiz Tadeu Leite. Órfão aos doze anos, Tadeu estudou em seminário, cursou a faculdade de Direito, custeando-a com a função de porteiro da instituição, tornou-se um jovem advogado e conquistou o apoio da população simples e desprovida de recursos financeiros. Em seus discursos políticos, mostrava-se “contra as oligarquias” e a favor das “classes populares”, utilizando especialmente o programa *Boca no Trombone*, que manteve na “Rádio Sociedade Norte de Minas” de 1972 a 1982⁸⁵. Nele, os grupos dirigentes da cidade eram alfinetados por contundentes críticas dirigidas ao grupo da elite local. Com isso, construiu sua popularidade⁸⁶. De fato, Tadeu não fazia parte da elite agrária, comercial ou industrial da cidade. Ingressou na Faculdade de Direito da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior - FUNM, onde posteriormente foi professor de

⁸⁴ VALMOR, Marcelo. *Op. cit.*, p. 41.

⁸⁵ GUIMARÃES, Jorge Tadeu. *Faces do Legislativo: Montes Claros – 50 anos: 1947-1997*. Sociedade Educacional Arapuim, 1997, p. 283.

⁸⁶ VALMOR, Marcelo. *Op. cit.*, p. 32.

Direito Penal de 1979 a 1982. Passou pela câmara dos vereadores depois de eleito, em 1976, com expressiva quantidade de votos (3.058 votos), até chegar ao executivo em 1982, reelegendo-se em 1992 e, mais recentemente, em 2009.

O panorama histórico do final da década de 1970 e início da de 1980 proporcionou a Tadeu Leite terreno fértil para sua ascensão pessoal no meio político.

Por muito tempo a cidade esteve voltada para os grupos articulados com o setor agropecuário, esquecendo das mazelas sociais e ignorando que, se a cidade conhecia progressos materiais, estes deveriam estar acompanhados de avanços no setor social, sem os quais a população dos bairros da cidade estaria excluída de participação dentro do sistema público. Daí a sua resposta nas eleições de 1982, elegendo grupos articulados aos setores populares e vinculados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB⁸⁷.

A população urbana, consideravelmente maior, ansiava por representação e solução dos seus problemas. Buscava maior participação política, seja através de abaixo-assinados, da imprensa, de denúncias de descasos, de inserção em associações. Entretanto, as novas mobilizações sociais não se tornaram suficientes para destronar do poder as oligarquias. Essa nova pressão popular da década de 1970 para a de 1980 foi aproveitada por Tadeu Leite na sua candidatura. Com isso, o personagem político fazia-se popular e querido pela maioria da população carente da cidade e elegeu-se com o apoio maciço desta.

Efetivamente, a pressão popular moldou a maneira de o líder político governar. Ao buscar para si o apoio da população carente, canalizou também sua pressão política. Era preciso responder aos anseios da população que o elegeu. Por isso, Tadeu governou para os populares, mas dentro dos limites políticos que lhe foram possíveis. Havia a necessidade de o líder ser comprometido com as causas sociais, ainda que por meio de projetos paternalistas e de reprodução da cultura política local assentada nas práticas clientelistas.

Identificação popular, pressão dos setores populares sobre os órgãos da administração pública municipal, crise econômica, decadência do setor político tradicional e formação de um novo grupo político com empresários progressistas associados a políticos de visão social, são os instrumentos necessários para confirmar Luiz Tadeu Leite como candidato a prefeito de Montes Claros nas eleições de 1982⁸⁸.

É importante destacar que o primeiro mandato de Tadeu Leite foi beneficiado por verbas do governo federal destinado ao Programa “Cidades de Porte Médio – CPM”,

⁸⁷ VALMOR, Marcelo. *Op. cit.*, p. 101.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 45.

que disponibilizava recursos de investimentos em obras públicas para infraestrutura, visando ao crescimento de cidades de porte médio, como Montes Claros, com o objetivo de evitar migração para os grandes centros urbanos do centro-sul. Neste sentido, as diretrizes do programa “deveriam cumprir um papel de interceptadoras da população rural, no processo de migração para os grandes centros urbanos, além de uma intervenção clara no processo de organização social e urbana do município”⁸⁹. O programa previa, assim, a “ordenação urbana para a cidade, modernização administrativa da Prefeitura Municipal e intervenção através de políticas públicas geradoras de emprego e renda para as classes populares”⁹⁰.

Entretanto, segundo Valmor (2002), o modelo de urbanização resultante do programa não contou com a participação popular quanto à destinação dos recursos. Como consequência, observou-se, no acesso aos benefícios, práticas clientelísticas e paternalistas. Assim, frente à não participação popular junto ao debate de planejamento e ao perfil autoritário e centralizador do Projeto, presenciou-se um modelo de planejamento urbano que excluiu a população pobre dos debates institucionais, mantendo-a dependente de benefícios urbanísticos por meio de práticas políticas arcaicas como o favor e o paternalismo, e ainda limitando a participação política ao descaracterizar a importância de entidades representativas, como associações, grupos sociais e o próprio legislativo. Dessa forma,

A constatação na aplicação de recursos na cidade obedece ao critério, portanto, do atendimento aos bairros de maneira a solucionar os seus problemas mais graves, sem, contudo, disponibilizando os seus habitantes para uma tomada de consciência do processo político formal, obstaculizando a participação e privilegiando aspectos meramente cotidianos, como a solução de problemas de pequena monta como encascalhamento de ruas, combate a animais peçonhentos e outras atividades de menor relevância dentro do âmbito político administrativo local⁹¹.

Enfatiza-se, aqui, a percepção da história com vários sujeitos e não como uma estrada de mão única e linear, em que somente há atuação de um único sujeito. Assim, os dominados agem de acordo com suas necessidades e, ao invés de passividade, instituem reciprocidade nas relações políticas. Muitas vezes, diante das dificuldades de inserção no espaço político formal, recorrem a diversos recursos, a mecanismos possíveis de

⁸⁹ VALMOR, Marcelo. *Op. cit.*, p. 117.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 121.

⁹¹ *Ibid.*, p. 124.

participação política, como, neste caso, o apoio a um líder popular, mobilizações públicas, a inserção em associações, a prática de abaixo-assinados e pedidos individuais, entre outros. Dessa forma, as pessoas agem a partir de seus desejos concretos e de seus discernimentos. Os sujeitos possuem consciência política própria em face das circunstâncias e, por isso, as práticas políticas são sempre assentadas nas trocas de interesses e nas possibilidades de resistência.

Assim, também em Montes Claros, em certa medida, foi opção, para muitos sujeitos, a adesão aos movimentos sociais, a participação em reuniões e iniciativas políticas novas, seja no âmbito dos partidos ou em espaços de convívio imediato, como nas associações de bairro. As demandas mais ásperas, a participação em protestos, passeatas, os pedidos individuais, os abaixo-assinados e diversas outras manifestações públicas foram práticas adotadas como formas de buscar reconhecimento de direitos.

A década de 1990 em Montes Claros emerge, então, configurando-se por uma participação política expressiva de sujeitos das classes populares, que continuam na luta por moradia, por melhores condições de vida, por saneamento básico, calçamento de ruas, pontos de ônibus cobertos, melhores horários de lotações, instalação de redes de água, luz e esgoto, melhor acesso à educação e saúde, sobretudo face ao momento histórico de aguda crise inflacionária e aumento da pobreza. Muitas dessas reivindicações aparecem em abaixo-assinados e pedidos individuais de demandantes conscientes de suas escolhas e suas necessidades políticas. Neste caso, as demandas coletivas ou individuais se concretizaram a partir de uma consciência política própria, ora permeada pela autonomia política, ora pelos traços da barganha e do favor. Como resultado, as demandas se consolidaram das mais inúmeras formas possíveis, evidenciando a pluralidade da ação dos sujeitos sociais e as estratégias políticas de acesso aos direitos.

Dessa forma, as mobilizações sociais crescentes refletiam a situação de pobreza e restrição aos direitos sociais. Conforme reportagem publicada no início da década de 1990, a cidade continuava assolada pela pobreza, reflexo do crescimento econômico apenas para alguns e da desigualdade social crescente para muitos.

Ilhas de miséria, dor e sofrimento. Esta é a melhor definição para algumas ruas de Montes Claros, tomadas por retirantes, indigentes e doentes mentais [...]. É quase impossível caminhar pelas ruas do centro da cidade sem ver cenas como estas: uma mulher que se arrasta sem as pernas entre carros e transeuntes; um homem com uma ferida enorme na perna, expondo a carne viva; uma mulher carregando caixetas e filhos pequenos, mexendo em latas de resto à cata de restos; um outro homem correndo sob

o tormento da loucura; famílias vivendo ao relento em calçadas, sem alimentação e sem agasalhos [...] ⁹².

O relato da moradora, transcrito a seguir, traduz a dura realidade da cidade na década de 1990. Retrata o baixo nível de renda da população carente, o desemprego e a infraestrutura deficiente.

[...] tinha a inflação, o desemprego, as coisas caras, naquele tempo que era mais difícil. Eu criei meus oito filhos lavando roupa, vendendo bosta de gado, vendendo osso, até isso, eu levava e vendia lá no frigorífico que tinha perto da prefeitura. Levava aquele saco na cabeça pra vender osso, furava minha cabeça os ossos, eu morria de dor. Nem carrinho não tinha. De lá mesmo eu já comprava as coisas pra comer e trazia pros meus filhos. Eta mais nós sofremos, eu e meu marido, pra criar os filhos [...] ⁹³.

A situação dos pobres nas ruas era cada vez mais denunciada. No entanto, pouco se fazia na esfera pública para a resolução do problema. O máximo era a busca de ajuda aos governos estadual e federal, por meio de liberação de verbas ou projetos sociais assistenciais imediatistas:

As famílias desabrigadas pelas chuvas [...] **começam a receber ajuda** da Secretaria Municipal de Ação Social. Elas residem em barracos de lonas na área do Horto Florestal, nas proximidades do bairro Chiquinho Guimarães. [...] devido ao alagamento [...] ficaram desabrigadas e **permanecem por mais de duas semanas alojadas na Escola Estadual** [...]. Para algumas, **a pasta já deu lonas destinadas à cobertura de barracos** [...] Os flagelados das chuvas chegaram a passar fome esta semana, eles estavam **sendo socorridos por voluntários**, mas os **alimentos conseguidos foram insuficientes**. Quanto a esse problema, Gido disse que a SAS (Secretaria Municipal de Ação Social) está tomando providências também [...] ⁹⁴. (Grifo nosso)

Os pobres constituíam, então, objeto de programas assistencialistas e paternalistas, que longe de modificarem a base da estrutura social, caracterizaram-se por medidas paliativas de curto prazo. Neste sentido, restava à população excluída a busca de formas próprias para inclusão social, como fez várias de nossas entrevistadas. O relato abaixo se refere à moradia precária e a cenas da pobreza, descrevendo, posteriormente, a forma de aquisição da casa própria.

⁹² OLIVEIRA, A. Dor e sofrimento nas ruas da cidade. *Jornal do Norte*. Montes Claros, 23 e 24 Jun. 1990. Arquivo particular do senhor Américo Martins Filho.

⁹³ Depoimento da senhora C. P. S, 62 anos, 9 filhos, viúva, dado à autora em 15-03-2011.

⁹⁴ DESABRIGADOS começam a receber atendimento da SAS. *Diário do Norte*. Montes Claros, 09 Jan. 1993. Arquivo particular do senhor Américo Martins Filho.

A última casa que nós moramos foi numa favela, só pra você ter ideia. Tinha que invadir lote, pra tá fazendo barraco de lona pra morar. E de lá pra cá foi indo e Deus foi dando a graça das coisas mudar, e hoje a gente tem moradia e antes a gente nem tinha moradia [...] a gente morou lá foi de barraca de lona, depois meu marido entrou nessas firmas temporárias. **Aí ele teve que pedir conta na firma pra ter o acerto pra gente construir o cômodo**, porque senão não dava. **Igual mesmo tava mais fácil a gente ter sido despejada lá do barraco de lona do que a gente ter sido ajudado [...]**.

Primeiro, a gente veio pra cá morar no fundo da casa da minha mãe. Depois meu marido deu uma de louco aí e falou que nós ia pagar aluguel. Aí nós foi morar numa casinha de adobo, mas bem daquelas bem furrecas mesmo, não tinha água, não tinha luz, não tinha nada, e aí tinha um padrim dele que morava pertim e tinha um lote bem grande, e tinha um cômodo pronto, que ele morava nesse comodozim e tinha o lote que sobrava um pedaço, ele pegou e deu de vender o pedaço de lote pra nós. E foi aí que a gente conseguiu adquirir moradia fixa. Mas indiferente, minha fia, era andando pro mundo todim, todim, e não tinha moradia fixa mesmo, e ninguém ajudava, porque se morasse na roça era ainda pior, porque por isso que não tinha ajuda mesmo, e o dono da terra queria mesmo era explorar [...] ⁹⁵.

Na realidade, o final da década de 1980 e início da década de 1990 constituíram momentos muito difíceis para as classes populares e mais pobres da cidade. Com o fechamento de algumas empresas, a oscilação nos preços dos alimentos, o desemprego em alta, as demissões no comércio, fizeram com que a cidade espelhasse gravíssimos problemas sociais, que motivaram formas de pressão e participação política, como por meio de várias demandas sociais.

Resgatadas as principais condições em que se deram as mudanças da configuração política e urbana em Montes Claros, bem como sua situação de pobreza e exclusão social, são analisadas, a seguir, as ações políticas expressas em abaixo-assinados e as práticas de pedidos individuais.

⁹⁵ Depoimento da senhora M. S, 46 anos, 3 filhos, casada, dado à autora em 18-02-2011.

CAPÍTULO II

CONSERVAÇÃO E MUDANÇAS POLÍTICAS EM MONTES CLAROS

Na história das duas últimas décadas de Montes Claros, várias têm sido as formas de compor as demandas políticas institucionalizadas, muito além das que são apresentadas em períodos eleitorais e que se expressam pelo voto. Por via de atuação coletiva ou individual, essas formas acontecem por meio de greves, passeatas, protestos e manifestações públicas diversas, como abaixo-assinados, requerimentos e cartas abertas coletivas, enquanto a atuação individual ocorre por cartas e requerimentos, pedidos feitos em conversas pessoais, que são as formas mais comuns das relações políticas pessoalizadas. O estudo das demandas com base nos abaixo-assinados é privilegiado exatamente por exemplificar várias demandas, seus argumentos e conflitos com demandas confrontantes⁹⁶. Ao abordar os dados históricos coletados, tratou-se de perceber as tendências contraditórias abordadas anteriormente, identificar representações e práticas políticas invariantes ou constantes, assim como as que são novas e instituintes, em confronto com as primeiras. A análise da natureza das demandas evidencia as tensões das relações de poder, por representarem pressões sobre os grupos políticos tradicionais da cidade, obrigados a dar respostas aos demandantes, e porque as demandas concorrem entre si e com outras de interesses bem diversos.

Neste capítulo, o foco incide sobre as demandas institucionais como estratégia de atuação política dos demandantes. As demandas são analisadas com o intuito de perceber a densidade dos laços institucionais existentes nas relações entre demandantes e demandados e em que medida certas formas de demandar são mais regulares e encontram maior ou menor ressonância entre os políticos demandados. Mas antes, apresenta-se uma contextualização das condições atuais em que se dão as demandas no período em foco, com base em alguns estudos de história política local, registros da imprensa e depoimentos orais, são destacados nas análises os abaixo-assinados e pedidos individuais. Quase sempre, os

⁹⁶ Não se está afirmando que os abaixo-assinados são a única forma de reivindicação do social. Muito pelo contrário e longe disso. É sabido da existência de outras inúmeras formas de reivindicação social, como manifestações públicas, protestos, passeatas, reuniões de entidades, documentos encaminhados por associação etc. Mas, neste capítulo, o foco é privilegiar apenas os abaixo-assinados e os documentos individuais, atentando para os discursos atinentes nos documentos, para as relações de poder tecidas entre dominados e dominantes, para o jogo político em que se inserem as demandas e para as relações sociais fomentadas. Neste sentido, os documentos transcendem o aspecto de fontes e se tornam objeto de estudo da compreensão da pluralidade da realidade social.

documentos que os expressam reclamam por redes de água, luz e esgoto, asfaltamento de ruas, instalação de postos de saúde, de escolas, telefones públicos, construções de galpões comunitários, limpeza de áreas baldias, entre outras demandas⁹⁷.

2. 1. Representações da cidade sem direitos

A primeira constatação que chama a atenção em registros da imprensa de Montes Claros é recorrente pelo Brasil todo: as inúmeras demandas que se tornam promessas dos candidatos em períodos eleitorais desintegram-se no decorrer dos mandatos dos políticos eleitos, vindo a se fortalecer novamente no novo período eleitoral, como se percebe a seguir:

[...] “muitos candidatos a vereador, e o próprio ex-prefeito, prometeram mundos e fundos para o bairro, mas **assim que se elegeram viraram as costas**. A maioria dos moradores tem antipatia pelo ex-vereador Gilmar Ribeiro, que teve apoio maciço do Conjunto, [neste caso a moradora se referia ao Conjunto habitacional Bandeirantes], prometeu lutar pelo bairro e nada fez. **A nossa esperança está depositada no prefeito Luiz Tadeu Leite, única pessoa que pode fazer alguma coisa aqui**”⁹⁸. (Grifo nosso)

Essa ocorrência chega a ser banal, mas mostra que as demandas se inserem numa realidade de prestações e contraprestações de benefícios, nas formas tradicionais de reprodução do poder e de dominação dos demandados, mas também caracterizam as lutas das classes populares. O resultado é a tensão política permanente, tendo as demandas como centro do jogo político, como se vê nos próximos registros:

Josemere pede que a Rua 4, na qual ela mora, seja beneficiada, “pois está uma vergonha, não tem luz, água e esgoto e ainda possui um matagal que serve de esconderijo para bandidos, sendo usado como ponto de tráfico de drogas, e permitindo aos vândalos usarem e abusarem do ambiente”. Conforme o carpinteiro José Alves, 69 anos, sua esposa já foi internada três vezes ao ser picada por escorpião. Ele atribui a presença dos insetos à falta de limpeza das ruas e de rede de esgoto. “Com água e luz eu nem me

⁹⁷ Os abaixo-assinados e pedidos individuais foram consultados no arquivo da Câmara Municipal da cidade. Os documentos estavam condicionados em caixas intituladas pela especificidade dos conteúdos e pelo ano. Alguns se encontravam em pasta intitulada “Abaixo-assinados diversos”, enquanto outros foram buscados em arquivos junto a correspondências de diversos outros tipos, como ofícios, memorandos, ou seja, caixas de correspondências recebidas e/ou expedidas. Os pedidos individuais, em número bem menor (aproximadamente seis), também foram encontrados em caixas com documentos diversos. Arquivados em pastas entre outros documentos de natureza diversa, sugere certa irrelevância dos demandantes pobres, dificilmente ouvidos na esfera do poder institucional. Mas, ainda assim, tem-se uma amostragem interessante das demandas.

⁹⁸ MORADORES acham que Tadeu Leite vai levar as obras ao Conjunto Bandeirantes. *Diário do Norte*. Montes Claros, 26 e 27 Fev. 1993. Arquivo particular do senhor Américo Martins Filho.

preocupo mais, pois consegui dos vizinhos da Rua Guilherme de Souza Sobrinho”⁹⁹.

Conforme levantamentos já realizados, Montes Claros tem, hoje, uma carência de cerca de dois mil postes. Mário Ribeiro (atual prefeito) está preocupado com esta deficiência. Nas reuniões que mantém com as lideranças comunitárias, as reivindicações principais e mais comuns referem-se à energia elétrica¹⁰⁰.

[...] os moradores do longínquo Vilage do Lago também querem receber os seus benefícios, já que pagam os mesmos impostos que outras pessoas. O Vilage do Lago, que é palco de cenas de violência e alvo de roubos, é um bairro onde impera a escuridão, ruas não têm asfalto e rede de esgoto e o número de casos de doenças aumenta. “Também somos filhos de Deus e reivindicamos os mesmos direitos dos outros”, desabafa um morador da rua 19¹⁰¹.

O fato é que vários bairros nas áreas periféricas de Montes Claros resultaram de loteamentos baratos e irregulares, mas acessíveis à população de baixa renda. Sem o devido planejamento dos loteamentos, a abertura de ruas foi desordenada, sem pavimentação, rede de canalização de águas pluviais, rede de água potável, de esgotos e de energia elétrica. Como resultado, sobrou à população a convivência direta com inúmeros problemas e a frustração diante da difícil busca por solução. Administrações municipais de vários mandatos e empresas de loteamento não assumiram os encargos de infraestrutura e acabaram gerando a contradição de garantir os interesses do capital imobiliário sob pretexto de atender às demandas por lotes das classes populares. Por isso, é possível falar numa expansão urbana assentada em duas realidades: a dos proprietários dos loteamentos, especuladores imobiliários e a situação da população carente aflita por um espaço de moradia acessível economicamente, que desconsiderou, num primeiro momento, os problemas de urbanização, diante da possibilidade de aquisição de casa própria.

Logo que eu mudei pra cá, que eu vim com meu pai e minha mãe, aqui não tinha luz, a gente ficava com medo, aqui não tinha água, esgoto nem pensar, ninguém ia em casa de ninguém, de sete horas para oito horas era tudo escuro e aí você tinha que entrar para casa, mas era bem mais barato o lote e mais fácil pra comprar, não tinha luz, não tinha água, não tinha nada, nada, nada, tinha as casas, né? Cada cantinho que você andava tinha as casas vizinhas, né? Vizinho era como daqui lá na quina, outro lá na quina, um pouco distante, sabe? Aí foi o povo comprando mais lote,

⁹⁹ SANTA RITA II espera muitas obras de Tadeu. *Diário do Norte*. Montes Claros, 13 e 14 Fev. 1993. Arquivo particular do senhor Américo Martins Filho.

¹⁰⁰ PROGRAMA ILUMINAS pode ser reativado. *Jornal do Norte*. Montes Claros, 02 e 03 Jun. 1990. Arquivo particular do senhor Américo Martins Filho.

¹⁰¹ ABANDONO do Vilage do Lago provoca revolta da população. *Jornal do Norte*. Montes Claros, 26 e 27 Fev. 2000. Arquivo particular do senhor Américo Martins Filho.

fazendo casa, aí trouxeram depois de um tempo muito demorado a luz e a água. Mas você tá vendo que falta ainda muita coisa¹⁰².

Assim, somente após a fixação da moradia é que se buscava no poder público local o acesso à urbanização. O planejamento dos novos bairros era preocupação secundária do poder público municipal, que não se ocupou com a fiscalização dos empreendimentos das propriedades loteadas, sendo muitas delas extensões de grandes propriedades rurais próximas da cidade.

No Brasil, é sabido que lucratividade, especulação imobiliária e infraestrutura urbana caminham juntas há muito tempo na estruturação do espaço urbano. Os problemas de urbanização surgem em função da difícil conciliação dos interesses políticos, sociais e econômicos, que tem a lucratividade como o norte das práticas políticas. A tentativa de resolver os problemas de urbanização retirando espaços vácuos entre bairros, imprimindo novas leis ao território urbano, propiciando moradia digna emperra, face aos reais interesses do capital imobiliário que busca lucros com as áreas loteadas. Assim, a dinâmica espacial das cidades condiciona-se aos interesses financeiros dos donos de áreas loteadas. Historicamente, as Leis de Loteamento e de Uso e Ocupação do Solo, que objetivavam a criação de bairros mais bem estruturados, emperravam, em face dos interesses dos proprietários “[...] o grande problema é que estas [Leis] não se efetivam, não são colocadas em prática, por descaso do Poder Público, que não tem interesse em implantá-las por serem polêmicas e irem contra os interesses do capital”¹⁰³.

Sendo assim, as regras de loteamento não eram capazes de desafiar o poder dos grandes fazendeiros que buscavam viabilizar financeiramente suas propriedades como parte do sítio urbano¹⁰⁴. Como desdobramento dessa contradição mal resolvida entre regras de ocupação do solo e poder dos proprietários, os loteamentos afastados tornavam-se viáveis

¹⁰² Depoimento da senhora M. M. B, 55 anos, 8 filhos dado à autora em 14-02-2011.

¹⁰³ VELOSO, Cândida Maria Santos. *Op. cit.*, p. 106.

¹⁰⁴ Interessante destacar como o Plano Diretor da cidade atualmente define a ocupação do solo, ligando à função social. Afirma o documento: “ordenar o pleno desenvolvimento do Município no plano social, adequando a ocupação e o uso do solo urbano à função social da propriedade”. Entretanto, dificilmente o solo urbano se atém a tal função social, se historicamente os donos dos terrenos preferem inicialmente lotear áreas afastadas e ermas de outros conjuntos habitacionais já constituídos, a fim de valorização dos espaços vácuos que restam. Ainda que deixem a cidade suja, desorganizada, com enormes lotes vagos, caracterizados pelo lixo, mato, sujeira e perigo, o intuito é claramente a valorização comercial da propriedade e não sua função social. Assim, vai se constituindo o espaço da cidade, a partir dos interesses dos donos das grandes propriedades privadas, o que torna o espaço urbano cada vez mais segregado. CF. CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. Projeto de Lei n.º 2.921/ 2001, artigo 3, inciso I. Lei que institui o Plano Diretor do município de Montes Claros - MG. *MontesClaros.mg.gov*. Disponível em: <<http://www.montesclaros.mg.gov.br/prefeitura/legislacao/paginas/arquivos/Institui%20o%20Plano%20Diretor%20do%20munic%EDpio%20de%20Montes%20Claros.txt>>. Acesso em: 10-11-2011

também pela barganha política na aquisição de votos dos recém chegados à cidade. Assim, as práticas clientelistas de “doação” de lotes aumentavam tanto o capital econômico como o capital político dos proprietários:

[...] grande parte do solo urbano pertencia a proprietários privados, principalmente os terrenos periféricos. Tratava-se de propriedades fundiárias que, em um primeiro momento, mediante a demanda pelos terrenos e a necessidade de povoar e valorizar suas terras formam preços para o solo, e esse submercado, ou seja, a venda de terrenos a prazo de maneira bastante “informal” pelos próprios proprietários, inclusive realizando **ações estratégicas, em nome da religiosidade, benevolência e paternalismo** como a doação de terrenos para Igreja, escola, etc., e até alguns lotes para famílias muito pobres que não possuíam nenhuma condição de pagamento [...] ¹⁰⁵. (Grifo nosso)

As tentativas de legalizar os loteamentos não significavam que os problemas de infraestrutura seriam resolvidos. Ao contrário, diante do poder dos chefes políticos da região, muitos deles donos das fazendas loteadas, o poder público pouco podia fazer.

O que se viu, então, em Montes Claros, como em tantos outros municípios enfraquecidos pela centralização das decisões nas mãos do Governo Federal, foi a negativa do planejamento pelos políticos locais, fingiam concordar com eles, mas enxergavam o planejamento como processo inviável. Em nome do resgate da atividade política, fizeram ressuscitar as práticas de gestões tradicionais, como o clientelismo e o paternalismo, deixando, é claro, “o barco ao bel sabor do vento”¹⁰⁶.

Dessa maneira, diante das possibilidades de trocas políticas por meio de benevolência com os pobres, que poderiam adquirir pedaços de terra com pagamentos no longo prazo e a preços baixos, muitos proprietários de terra instalaram loteamentos sem infraestrutura adequada. Entre as opções de lucrar com a terra ou planejar a cidade, inclusive retirando os espaços vagos entre a área central e os longínquos loteamentos, prevaleceu a primeira opção. A especulação com os grandes vazios para valorização imobiliária, a falta de planejamento das ruas e avenidas, a venda de terrenos sem nenhuma infraestrutura urbana, a falta de planejamento anterior ao loteamento e a distância da área central configuraram o espaço urbano de forma segregada e desigual quanto à

¹⁰⁵ VELOSO, Cândida Maria Santos. *Op. cit.*, p. 101.

¹⁰⁶ DIAS da SILVA, Lindon Jonhson, *apud* VELOSO, Cândida Maria Santos. *Op. cit.*, p. 106.

infraestrutura. O saneamento básico, por exemplo, mostra-se ainda bastante precário¹⁰⁷. No depoimento de uma moradora, vê-se a crítica a este descaso.

A rede de esgoto é recente, porque deve ter um ano. Todo mundo queria a rede de esgoto. Só que eles fizeram a rede de esgoto até ali assim, essa rua que desce aqui, eles não colocaram e já tem casa aí. Então assim, eu acho assim que eles devia ter cortado o terreno, porque vai fazer loteamento desse lado ali, depois da cerca aqui do sítio, **eles deveriam já ter vindo com a rede de esgoto, antes de vender os lotes, tem casa ali, tem casa aqui no fundo, então eles já deveriam ter vindo com a rede de esgoto [...]**¹⁰⁸.

Longe de resolver os problemas sociais, como os loteamentos sem infraestrutura e o próprio déficit de moradia, a escolha do poder público local foi, em regra, atender primeiramente aos interesses da iniciativa privada, sem preocupação em incentivar moradia digna para os migrantes e nativos pobres da cidade. Por isso, explicava-se a expansão espacial da cidade para áreas periféricas localizadas no entorno da cidade, que se caracterizavam pela falta de planejamento urbano e pelas relações de informalidade na compra e venda dos terrenos.

Para as classes populares, sem condições para adquirir moradias em áreas centrais, pelos altos valores das propriedades, restava buscar espaços alternativos em áreas afastadas e mais baratas da cidade, ainda que sem recursos de infraestrutura. A possibilidade de fixar residência em terreno próprio superava em muito às dificuldades que a falta de urbanização podia acarretar. Os sacrifícios advindos dos loteamentos situados em áreas longínquas do trabalho, do acesso à educação, à saúde e ao lazer, eram minimizados pelas possibilidades da aquisição da moradia própria, recanto para toda família. O acesso à moradia superava os problemas enfrentados nas áreas pobres da cidade.

A segregação espacial, a falta de infraestrutura urbana trouxe dificuldades para a vida diária da população, afetada com diversos problemas, desde os mais corriqueiros, como água potável, fossas sépticas, até os mais complexos, como o acesso aos serviços de

¹⁰⁷ A diretriz do Plano Diretor (2001), quanto à política de saneamento atual, é clara: “priorizar planos, programas e projetos que visem à ampliação de saneamento das áreas ocupadas por população de baixa renda; estabelecer política que garanta a universalização do atendimento; promover política tarifária que considere as condições econômicas, garantindo que a tarifa não seja empecilho para a prestação de serviços”. Um projeto moderno, ancorado nos direitos sociais, mas que, no entanto, não parece se adequar à realidade concreta cotidiana de várias famílias na cidade, que ainda hoje sofrem com a demora ou a falta de serviços básicos de saneamento como a rede de esgoto. CF. CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. Projeto de Lei n.º 2.921/ 2001, artigo 22, incisos V, VI e VII. Lei que institui o Plano Diretor do município de Montes Claros - MG. *MontesClaros.mg.gov*. Disponível em: <<http://www.montesclaros.mg.gov.br/prefeitura/legislacao/paginas/arquivos/Institui%20o%20Plano%20Diretor%20do%20munic%EDpio%20de%20Montes%20Claros.txt>>. Acesso em: 10-11-2011

¹⁰⁸ Depoimento da senhora M. J, 41 anos, 4 filhos, casada, dado à autora em 28-03-2011.

saúde. Para a população que não tinha como ir para os loteamentos caros, urbanizados, restava a opção por terrenos baratos, irregulares, afastados do centro e com diversas dificuldades a superar:

Eu moro com um véi idoso que tem duas feridas grandes, desse tamanho, eu limpo de manhã e a tarde, mas não sara nunca por causa da poeira, é igual a casa, que eu limpo e na mesma hora tá suja. Se tivesse asfaltado eu acho que já tinha sarado¹⁰⁹.

[...] E a gente foi naquela luta, a gente foi sofrendo... aí um pegava o entulho jogava fora, outro limpava, outro capinava o lugar lá pras crianças, aí nós pegava água lá perto do orfanato, as mães de família com aquele tanto de menino escanchado, nós lá apanhando água, ó onde nós morava e onde ia buscar água pra você ver, e lá eu apanhava água, e os meninos chorando [...] eu com um balde na cabeça e outro de lado, [...] e os meninos pequeno tudo grudado na gente [...] ¹¹⁰.

Quando não tinha luz nós iluminava com querosene, vela, aí você imagina o sofrimento. Um dia queimou tudo aqui, queimou as coisas todas aqui. A mulher chamou e eu esqueci que a vela tava lá, demorei no portão, a vela derreteu e caiu nas coisas, eu fiz feira aquele dia, e queimou as coisas quase tudo¹¹¹.

Para muitos que não podiam comprar lotes, a solução encontrada foi a ocupação de áreas periféricas, ainda não viáveis para o capital imobiliário, pouco importando que fossem chamados de “invasores”. Para os mais pobres, restou a ocupação de áreas perigosas, como as encostas dos rios, debaixo da rede de alta tensão da CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais, às margens da linha ferroviária, além, é claro, dos tradicionais morros. Assim, a ocupação de áreas de risco, onde a convivência com animais peçonhentos e lixo eram ameaças constantes de acidentes graves e epidemias, não era uma opção em meio a outras que se poderia escolher, mas possibilidade restante de sobrevivência em meio à miséria.

Ó, ninguém fez invadir ali por boniteza e querendo enricar não, a gente só invadiu porque nós não tinha terreno pra morar, e nós não tinha salário pra poder comprar um terreno pra pagar a prestação também, então o quê nós tinha que fazer? Os pais de família, cheio de crianças, nós não tinha onde morar, então foi a única coisa que nós temos que fazer foi invadir a área da CEMIG. Porque a gente não veio porque a gente quis, a gente queria morar era num lugar melhor, mas não dava. A gente chegava na cidade, não tem o dinheiro pra pagar aluguel, a pessoa não tem o salário, casa naquele tempo era cara, era uns 50, 60, de aluguel, e nem casa tinha pra

¹⁰⁹ Depoimento da senhora M. M. B, 55 anos, 8 filhos, dado à autora em 14-02-2011.

¹¹⁰ Depoimento da senhora C. P. S, 62 anos, 9 filhos, viúva, o dado à autora em 15-03-2011.

¹¹¹ Depoimento da senhora J. R. S, 70 anos, 9 filhos, casada, dado à autora em 23-09-2011.

alugar, porque os morador já tava dentro. Então tinha um terreno ali, não tem condições, não tem emprego, não tem nada, arrajamo uma lona e fomos invadir e vai vivendo. Foi isso que nós fez. Agora, se todo mundo tivesse um emprego você acha que nós ia invadir terreno pra morar? E aqui debaixo desses fios¹¹²?

Eu lembro que isso aqui era uma mata e o povo tava começando a desmatar aqui, quando meu pai chegou aqui. Eu vim pra cá com 17 anos. E a área aqui não tinha dono, não era igual às outras que se você entrasse, vixe! Você não ficava porque tinha dono. Então aqui, né, era mais fácil, quem ia querer morar debaixo desses fios aqui de rede elétrica¹¹³?

A necessidade de buscar qualquer lugar “onde morar” revelou-se limite máximo de sobrevivência da população. Por isso, ainda que permanentemente assombrada pelos perigos existentes nos terrenos irregulares, era vantagem arriscar:

Quando chovia, nossa! Eu dava dor de barriga, disenteria [...]. Teve uma vez, uma chuva, mas tão forte, tão forte, e a casinha minha não era telha pregada nem nada, e a chuva e o vento veio e eu fiquei segurando a minha porta... Ô sofrimento, viu! E os fios [referia-se à rede de alta tensão da CEMIG] fazem aquele barulho, aquela chieira, assim chiiiiiiiiiiiiii, é igual gordura fritando, então quando chovia assim, nessa época era nosso maior medo¹¹⁴.

A realidade se torna ainda mais dura quando se leva em consideração que muitos desses sujeitos viviam em moradias muito precárias de lonas, adobe, paus, palhas, sem qualquer segurança para a saúde:

Aí, moça, nós viemos pra cá [...] Aqui era uma barroca tão grande, aí tinha um barracãozinho aqui, só de abobe, aquele barro puro, aí pra sair nem podia porque só tinha buraco, podia por um pé de coco dentro de tão fundo, e tinha mais um barracãozinho ali, mas era muito poucas casas que tinha, era mais mato e as casas que tinha era mais de lona. A gente veio pra cá nesse barracão bem pequeninim, com aquele tanto de menino, a gente fez uma cama de giral, e colocava um menino no meio, outro pro baixo, um sofrimento. Quando chovia, a água entrava aqui debaixo, a gente ficava dentro d'água, tanto é que dois meninos meu adoeceu, deu pneumonia¹¹⁵.

A gente foi fazendo as casinhas pequenas, fez casa de palha, pegava palha muito longe daqui pra fazer as casas, e quando vinha a chuva, fia, chuva de vento, jogava as lonas assim, o povo molhava, colchão, coberta, a nossa vida aqui em Montes Claros foi uma vida apaixonada pelo sofrimento da vida, nós sofreu, passava fome, não tinha emprego. Nossa!

¹¹² Depoimento da senhora C. P. S, 62 anos, 9 filhos, viúva, dado a autora em 15-03-2011.

¹¹³ Depoimento da senhora V., 51 anos, 8 filhos, solteira, dado à autora em 25-02-2011.

¹¹⁴ Depoimento da senhora C. P. S, 62 anos, 9 filhos, viúva, dado à autora em 15-03-2011.

¹¹⁵ Depoimento da senhora M. S, 54 anos, 9 filhos, casada, dado à autora em 08-02-2011.

não tinha emprego nenhum, nem papel, aqueles papelão, que hoje tem aos monte aí, a gente encontrava¹¹⁶.

O déficit habitacional e a precária infraestrutura urbana eram problemas seríssimos denunciados pela imprensa local.

Montes Claros tem um déficit habitacional de 60 mil moradias de 36 metros quadrados, destinadas a famílias de baixa renda, segundo pesquisa do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil. Outro dado importante do trabalho: 30 mil residências estão construídas em locais impróprios e não têm saneamento básico, água, esgoto, energia elétrica e serviços urbanos, como telefones públicos [...]¹¹⁷.

A situação, de fato, era alarmante. Diversas famílias não tinham onde morar e outras tantas residiam em locais impróprios à moradia. Ao final da referida reportagem, Augusto Fraga, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil¹¹⁸ alertava: “se não forem buscadas alternativas para construir mais residência [...], o Estado e o município dificilmente darão solução ao déficit habitacional, porque essas pessoas não conseguem comprar lotes e construir”¹¹⁹. Nesta situação, restava aos pobres a triste realidade da moradia informal, sem infraestrutura adequada.

Assim, a falta de moradia e infraestrutura urbana tinha também como consequências graves as doenças, epidemias e mortes precoces. A falta de água encanada, as ruas empoeiradas, o acúmulo de lixo, o esgoto a céu aberto e a pouca higienização tornavam frequente a ocorrência de doenças, como a cólera, a tuberculose, a Doença de Chagas, as doenças alérgicas, as verminoses, as disenterias, as infecções, entre outras.

Essas condições de precariedade nos bairros pobres da cidade constituíram trunfo para as práticas populistas na conquista dos votos das classes populares, vulneráveis aos discursos que garantissem a atenuação ou resolução de suas mazelas sociais. Neste momento, os personagens políticos, com poucas exceções, passaram a perceber as promessas de garantias sociais como trampolim para ascensão política. A rigor, foi

¹¹⁶ Depoimento da senhora C. P. S, 62 anos, 9 filhos, viúva, dado a autora em 15-03-2011.

¹¹⁷ CIDADE tem déficit de 60 mil casas. *Jornal do Norte*. Montes Claros, 24 Jan. 1995. Arquivo particular do senhor Américo Martins Filho.

¹¹⁸ Como as informações são do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, podem guardar certo proselitismo duvidoso, afinal, é interesse do órgão o fomento à construção de casas. No entanto, também se acredita que o déficit habitacional na cidade de fato era grande. Dessa forma, a origem da pesquisa não tira dela seu crédito, pois como percebido nos depoimentos, a falta de infraestrutura e moradia própria mostraram-se como seríssimos problemas a serem superados.

¹¹⁹ CIDADE tem déficit de 60 mil casas. *Jornal do Norte*. Montes Claros, 24 Jan. 1995. Arquivo particular do senhor Américo Martins Filho.

imprescindível acomodar os discursos políticos às promessas de melhorias sociais para a população de baixa renda, ainda que essas promessas não fossem cumpridas.

Prometer eles [políticos] promete demais, que vai arrumar a rua, asfaltar, melhorar o posto de saúde, aumentar os médicos, dá mais remédio, colocar a rede de esgoto, reformar a praça, mas depois só volta quando a barriga dói, depois dos quatro anos pra prometer tudo de novo. Mas o que eles faz é isso, prometer que vamos ter tudo isso aí. A gente vota e não vê nada¹²⁰.

Diante das promessas, o voto torna-se a moeda de troca. O depoimento da entrevistada acima enfatiza as promessas de benefícios sociais e o não cumprimento delas, denunciando o ciclo porque passa a campanha política, em que somente depois de quatro anos se prometerá novamente, mas dificilmente se cumprirá. Dessa forma, a promessa é desacreditada e a barganha política evidenciada.

Assim, vão se reproduzindo práticas das elites políticas de garantia no poder político local, mas também vão se evidenciando estratégias de resistência social. Ao buscar melhorias sociais, as pessoas mostram-se dispostas a disputar os espaços sociais, construindo suas estratégias de resistência, e se não ditam as regras, inserem-se nelas tentando delas usufruir. E se o que resta é o apego à promessa diante da busca de direitos sociais, o voto então é moeda ambígua de troca de sujeitos ativos na busca por benefícios sociais.

[...] A lavadeira Sônia Alves, 46, mãe de cinco filhos, revelou que a administração passada nada realizou lá [...]. Sônia Alves lembrou que na época da campanha eleitoral [...] “muitos candidatos a vereador, e o próprio ex-prefeito, **prometeram mundos e fundos para o bairro**, mas assim que se elegeram viraram as costas. A maioria dos moradores tem antipatia pelo ex-vereador Gilmar Ribeiro, **que teve apoio maciço do Conjunto**, [neste caso a moradora se referia ao Conjunto habitacional Bandeirantes] **prometeu lutar pelo bairro e nada fez**. A nossa esperança está depositada no prefeito Luiz Tadeu Leite, única pessoa que pode fazer alguma coisa aqui”¹²¹. (Grifo nosso)

Na reportagem, mais uma vez a ênfase recai sobre a promessa e o valor do voto. O conjunto habitacional teria apoiado de forma maciça o ex-vereador que, no entanto, não teria cumprido suas promessas de campanha. Ao lado da promessa e do voto, estaria o

¹²⁰ Depoimento da senhora M. M. B, 55 anos, 8 filhos, dado à autora em 14-02-2011.

¹²¹ MORADORES acham que Tadeu Leite vai levar as obras ao Conjunto Bandeirantes. *Diário do Norte*. Montes Claros, 26 e 27 Fev. 1993. Arquivo particular do senhor Américo Martins Filho.

dever não cumprido. Assim, a promessa não se torna garantia do benefício estendido, mas por outro lado, insere-se como possibilidade viável de acesso.

Neste jogo, os candidatos fomentam as práticas arraigadas da cultura política local, assentadas historicamente no favor e na dádiva, como pode ser visto na fala de mais uma entrevistada. Aqui, a tentativa de troca do voto pelo conserto da rua foi explícita.

Eles [os políticos] não fazem nada. Teve um que disse: “Ó, se eu ganhar, eu mando arrumar essa rua todinha aqui pra vocês”. Aí eu pensei, tudo mentira, não vai mandar arrumar não, porque essa rua vai acabar. Eles nem sabem de nada e ficam prometendo, tudo com promessa de mentira. Eu não acredito em nenhum deles mais não¹²².

A prorrogação da promessa, como meio de favorecer a permanência dos problemas sociais, aparece como outra tática que garante votos. Neste sentido, a reprodução da miséria transforma-se em capital político para que sempre haja a possibilidade da promessa. Assim, acontece a execução de algumas obras de infraestrutura, normalmente tímidas e caracterizadas pela superficialidade, morosidade e seleção de uma em detrimento de outras.

Porém, os discursos de promessas não mobilizaram apenas o voto, mas também uma concepção dos próprios direitos sociais. Os discursos afirmativos, sobretudo nas campanhas eleitorais, de acesso aos bens de infraestrutura, moradia, saúde e educação contribuíram para a formação de uma concepção mais adensada ligada aos direitos. Para a população das periferias, os discursos de garantias sociais promoveram uma consciência política de melhor distribuição dos recursos e dos bens públicos, reacenderam chamadas de igualdade social e contribuíram para tecer novas relações entre demandantes e demandados. Os discursos sobre direitos, mesmo com teor populista, foi apropriado pela população pobre residente nas periferias das cidades.

Esses novos sujeitos sociais traziam a possibilidade do voto e do apoio eleitoral, facilitando a ascensão política ou mesmo decidindo eleições. Tratá-los como potencial eleitoral foi característica das novas práticas políticas locais.

O pessoal foi invadindo, invadindo, era a necessidade, não tinha onde morar. Um dia chegou o prefeito, porque quando eu vim pra cá quem tava lá era Dr. Pedro Santos, isso já tem muito tempo, e eles não tinha força pra tirar nós daqui não, porque a cidade era muito pobre. A gente não achava

¹²² Depoimento da senhora V., 51 anos, 8 filhos, solteira, dado a autora em 25-02-2011.

nenhum papelão aqui nem pra dormir. A cidade era fraca, não tinha condições de ajudar os moradores, e se tirar ia colocar nós aonde? **Então eles via nós aqui, mas não fazia nada...** A cidade não dava pra doar um terreno, um material pra ajudar a gente construir, então era a pessoa mesmo que tinha que fazer tudo, **a prefeitura não ajudava ninguém. Aí depois foi mudando, foi entrando lá outras pessoas e foi ajudando a gente, lembrando que nós existia, ajudando mesmo a gente.** Igual mesmo essa rede de esgoto fedia, mas fedia de um tanto, que o fedor dela vinha aqui pra fora, e ele foi fazendo aqueles trem na beira do esgoto pra melhorar, trouxe a água, mas isso depois com o tempo e com a cidade melhorando e entrando gente que ajudasse mesmo a gente¹²³.

Levar à população o que ela não possuía em troca do voto tornava-se uma equação favorável para ambos os lados:

Ele [Tadeu] já fez muita coisa boa aqui pra gente na Vila Mauriceia, pro pobre, igual antigamente não tinha água, não tinha rua, não tinha luz, os outros prefeitos falavam que não tinha jeito, que não entrava aqui água, luz, quando ele foi prefeito pela primeira vez, se votasse pra ele que ele levava água em qualquer lugar, e luz também, e ele levou. Ele fez rua, essas ruas aqui mesmo era tudo favela, tinha era tudo lona, e ele deu pra todo mundo construir a sua casa, ele deu material de construção para o povo construir, aí então tem muita coisa boa nessa rua aqui, que era favela, aqui também era outra favela. Então foi muita coisa boa¹²⁴.

Na tentativa de alcançar maior êxito político diante da população pobre, deslocada para áreas periféricas da cidade, alguns projetos imediatistas eram destaque na propaganda da referida equação, como, por exemplo, a do projeto *Mutirão*¹²⁵.

[...] 3º Mutirão [...]. Ele ocorreu no último domingo, nos bairros Major Prates, Vargem Grande, São Geraldo, Jardim São Geraldo, Chiquinho Guimarães e Ciro dos Anjos. Foram envolvidos doze órgãos e entidades da comunidade: Copasa, Senac, Sesiminas, Cemig, Polícias Civil e Militar, DER, SETAS, Centro Regional de Saúde, Cruz Vermelha, Pastoral da Criança e Grupo de jovens da Catedral [...] Foram visitadas 194 residências no trabalho de combate ao escorpião, 700 visitas, objetivando combater a cólera, inclusive com a distribuição de hipoclorito e folhetos instrutivos. Efetuaram-se 629 pré-consultas, 61 consultas médicas, 15 curativos e 4 vacinas. Registraram-se 153 obturações e extrações. Vacinaram-se 312 animais domésticos. A Cruz Vermelha

¹²³ Depoimento da senhora C. P. S., 62 anos, 9 filhos, viúva dado à autora em 15-03-2011.

¹²⁴ Depoimento da senhora V., 51 anos, 8 filhos, solteira dado à autora em 25-02-2011.

¹²⁵ O *Mutirão* era um projeto da administração municipal da gestão de Luiz Tadeu Leite em que a população recebia benefícios em seus respectivos bairros. O programa parecia levar o povo a compreender sua efetiva participação política, sendo que, na realidade, mais do que ajudar a população e/ou proporcionar a democracia, as obras públicas, por meio do projeto, exaltavam a imagem do líder político e ainda enfraqueciam órgãos representativos importantes da democracia, como o legislativo, ao incentivar o contato direto da população com o executivo. CF. VALMOR, Marcelo. *Op. cit.*, p. 122-123.

efetuiu 95 tomadas de pressão arterial e 46 consultas pediátricas. A Polícia Civil emitiu 160 carteiras de Identidade, com isenção de taxas. Cadastraram-se 89 famílias que receberão material de construção. Registraram-se 116 nascimentos. A Copasa efetuou 703 metros de extensão de rede de água e 1400 de rede de esgoto. O Senac realizou 197 cortes de cabelo gratuitamente. A Pastoral de Criança montou plantão para divulgar a campanha de multivacinação no dia 21 de agosto, além de divulgação da alimentação alternativa¹²⁶.

Iniciativas de saneamento e atenção à saúde, emissão de documentos, doações e outras medidas de boa vontade pareciam representar acesso a alguns bens públicos. No entanto, estavam muito longe de mudanças estruturais, como expropriação de terras, revisão de impostos municipais e criação de projetos que minorassem drasticamente as desigualdades sociais, enfim, que de fato modificassem a realidade de miséria, o máximo que se fazia era inserir os pobres e seus problemas nos discursos, tendo em vista sua força eleitoral. Algumas das melhorias de infraestrutura chegavam em função da própria lucratividade que proporcionavam. Após a estruturação de bairros pobres, a água, a luz e o esgoto representaram aumento da arrecadação pública oriunda do pagamento de impostos pela população que passou a ter acesso aos benefícios urbanos. Assim, a instalação de infraestrutura não se caracteriza exatamente como realização de direitos, mas se viabiliza pela expansão de taxas cobradas. Os resultados efetivos do embate quase sempre se caracterizam pela precariedade como chegam, somados à demora com que acontecem. Assim, às vezes, a população pobre também é atendida, mas muitos dos benefícios acabam contornados por interesses diversos, muitas vezes escusos, pois os benefícios também se justificam por interesses eleitoreiros ou mesmo econômicos, como a valorização dos terrenos dos bairros beneficiados. Com isso, muitos benefícios somente se efetivaram quando os moradores puderam pagar parte dos custos, sobretudo, quando se tratou de valorizar o patrimônio imobiliário. Mais uma vez a ambiguidade das relações entre demandantes e demandados se evidencia.

Assim, apesar dos discursos de garantias sociais propagados pelos meios de comunicação, poucos de fato ousavam enfrentar o embate com as práticas políticas arraigadas, apenas amenizando-as. Desse modo, soluções como o projeto *Mutirão* apenas lembrava as dificuldades da população pobre e acenava para o cumprimento das promessas eleitorais, com medidas simples, esporádicas, rápidas, descontínuas e fragmentadas.

¹²⁶ TADEU satisfeito com êxito alcançado no Mutirão. *Diário do Norte*. Montes Claros, 03 e 04 Ago. 1993. Arquivo particular do senhor Américo Martins Filho.

2. 2. Formas de demandar direitos: abaixo-assinados e pedidos individuais

Em contrapartida à propaganda de projetos paliativos, os conteúdos dos abaixo-assinados revelam uma cidade em transformação, com lutas intensas entre interesses divergentes, representados não apenas pelos grupos dominantes e os discursos oficiais. As queixas e reivindicações sociais dos documentos trouxeram à tona os encontros e desencontros entre demandantes e demandados, e as formas de convivência e disputas no meio social. Evidenciaram, ainda, as relações de poder entre dominantes e dominados tecidas num espaço social tenso de contradições entre a busca pelos direitos e a restrição dos mesmos.

Os abaixo-assinados analisados foram mobilizados em diversos bairros periféricos da cidade, como Santos Reis, Independência, Vilage do Lago II, Morrinhos, Vila Sion, Vila Anália, Vera Cruz, Alto da Boa Vista, Alto São João, Ipiranga, Vila Telma, Santo Inácio I e II, Lourdes, Cintra, São Judas Tadeu, Maracanã, Sagrada Família, Nossa Senhora de Fátima, entre outros. Nota-se certa identidade social e cultural entre os demandantes, não apenas porque vivem em espaço geográfico e em condições sociais parecidas, mas também porque se associaram por interesses comuns, agem coletivamente a partir de suas necessidades básicas. Por outro lado, é a partir das práticas individualistas, também observadas entre esses mesmos demandantes, que se percebe a *cultura da dádiva*, especialmente quando esta se reproduz de maneiras diferentes, provocando algumas rupturas e tensões com as formas inovadas de demandar em alguns bairros. Os documentos se assemelham pelo caráter de demandas coletivas endereçadas à municipalidade e variam na apresentação, desde a escrita manual simples e cheia de erros ortográficos, em papel precário, até o documento cuidadoso, com cabeçalho formal e redação datilografada, bem organizada e sem erros ortográficos.

Assim, em anos recentes, os abaixo-assinados¹²⁷ se institucionalizaram ainda mais como prática adotada para a conquista dos direitos e como instrumento de inovação do

¹²⁷ Não se está afirmando serem os abaixo-assinados “salvo-conduto” para a consciência crítica a partir do aspecto da coletividade e muito menos desconsiderando outros meios de participação social coletiva. Os abaixo-assinados se mostraram tanto espaço de reivindicação a partir de seus argumentos contundentes e de sua organização coletiva, quanto lugar viciado por práticas políticas de favorecimento e barganha política. Não se pretende uma idealização do documento, tão pouco não compreender seus desdobramentos e suas facetas. Os abaixo-assinados, assim como os pedidos individuais, são importantes enquanto ação política coletiva e individual, exemplificando as formas de ações políticas de sujeitos demandantes excluídos de direitos sociais e conscientes de sua realidade de exclusão. A relação entre dominantes e dominados não se encerra em sujeitos passivos diante dos problemas sociais, ao contrário, resulta em sujeitos ativos e conscientes de seu papel social e de suas misérias sociais. Neste sentido, visualiza-se a prática dos abaixo-assinados e dos pedidos individuais como parte dos jogos políticos e das disputas nos espaços sociais.

poder na cultura política local. Isso pode ser visto a seguir, no estudo de conteúdos extraídos dos abaixo-assinados oriundos de vários bairros da cidade. Foram aproximadamente 50 abaixo-assinados analisados. No geral, assemelham-se por relatar os problemas sociais vivenciados no dia a dia e exigir direitos sociais, como acesso à educação, emprego, transporte e aos bens de infraestrutura urbana. Os pedidos a seguir, encaminhados a políticos locais, ilustram a natureza das demandas e identificam os sujeitos demandados:

[...] solicitar todo o empenho e interesse de V. Exa no sentido de determinar a construção de cobertura do ponto de parada dos coletivos urbanos [...] **a fim de amenizar os problemas sofridos pelos usuários dos coletivos que ali ficam expostos ao sol causticante ou mesmo nas chuvas [...]**¹²⁸. (Grifo nosso)

[...] pede e requer a instalação de um terminal telefônico no mesmo endereço acima, **para atender a população que não possui sequer um orelhão neste bairro**¹²⁹. (Grifo nosso)

[...] solicitar do Ilmo. Sr. Deputado Estadual, Dr. Roberto Amaral, para interceder junto ao DD. Sr. Hélio Garcia, governador do Estado e com a CEMIG, **para que se consiga iluminação para a referida região, pois é desejo de todos implantar pequena irrigação e fábricas de farinha e pensa em adquirir uma máquina para beneficiar arroz e só será realizado este sonho com a energia elétrica [...]**¹³⁰. (Grifo nosso)

[...] viemos solicitar melhoramentos em nossas ruas [...]. Os melhoramentos são rebaixar as ruas meio fio aterro da barroca. Solicitamos estes melhoramentos antes do dia 31-10-92. **Se formos atendidos, ficaremos muito gratos**¹³¹. (Grifo nosso)

[...] a nossa maior necessidade para o bairro no momento é uma creche, **pois em nosso bairro tem (sic) muitas pessoas carentes, mães que trabalham**¹³²[...]. (Grifo nosso)

Como se pode perceber, a retórica dos demandantes é muito próxima da linguagem convencional dos políticos e da burocracia das instituições públicas, mas não

¹²⁸ Abaixo-assinado dos moradores do bairro Edgar Pereira, 1990. Retirado da Pasta “Abaixo-assinados Diversos”. Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros: Arquivo Geral Ivan Lopes.

¹²⁹ Abaixo-assinado dos moradores do bairro Village do Lago II, 1990. Retirado da Pasta “Abaixo-assinados Diversos”. Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros: Arquivo Geral Ivan Lopes.

¹³⁰ Abaixo-assinado da Associação dos Trabalhadores e Pequenos Produtores Rurais da região de Campos Elísios, sem data expressa. Retirado da Pasta “Abaixo-assinados Diversos”. Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros: Arquivo Geral Ivan Lopes.

¹³¹ Abaixo-assinado dos moradores da Rua Bela Vista e adjacências, 1992. Retirado da Pasta “Abaixo-assinados Diversos”. Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros: Arquivo Geral Ivan Lopes.

¹³² Abaixo-assinado dos moradores do bairro São Judas Tadeu, 1986. Retirado da Pasta de “Correspondências Diversas Expedidas e Recebidas – ano 1986”. Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros: Arquivo Geral Ivan Lopes.

deixa de expressar queixas e sentimentos de humilhação perante as carências mais elementares. No próximo registro, a indignação se expressa claramente:

Venho através desta (sic) abaixo assinado, **reivindicar** a não mudança do nome da RUA CIRCULAR, Bairro dos Morrinhos.

Nós moradores da mesma, achamos que mereçemos um pouco de respeito; pois êste ato do nome da mudança da referida Rua, não nos foi solicitado.

Se é que existe democracia e participação do povo, êste ato não foi usado para com nós moradores e sim “**autocracia**” (sic).

Esperamos que esta **reivindicação** seja aceita pela Câmara de Montes Claros (MG).

A citada Rua precisa (sic) de uma reforma geral, como por exemplo: retirada do capim intenço (sic), calcamento ou asfaltamento, alinhamento etc., e não mudança de nome¹³³. (Grifo nosso)

A consciência clara do direito não formula um pedido subserviente, mas assume a postura de reivindicação social. O documento nasce da consciência do direito, pois os peticionários parecem compreender o direito como função e obrigação do poder público municipal. Ademais, é importante destacar a origem do documento, Bairro Morrinhos, um espaço bastante carente da cidade. Ao contrário do que a ação municipal propunha, o abaixo-assinado exigia medidas de melhoramento para a rua e não a mudança de nome. O despertar dos sentimentos de injúria perante a situação resultou na ação política do abaixo-assinado, uma medida direta na forma de mostrar a insatisfação e buscar a resolução do problema. Além do mais, os abaixo-assinados são expressões de conflitos políticos que nem sempre se explicitam formal e institucionalmente entre demandantes e demandados, fruto do embate político. Apesar de reconhecer as figuras políticas como sujeitos institucionais, os abaixo-assinados não são protocolados a quem, mas “contra quem”, demonstrando que nem sempre os interesses convergem entre demandantes e demandados, como se vê no relato a seguir:

Eu moro aqui há 40 anos. Eu nasci e criei aqui, vi o bairro crescer [...]. **Asfalto a gente nem sonha tanto mais, a gente queria pelo ao menos para o ônibus subir.** E só pra você ver, que aquele asfalto lá, o que tem, ainda foi feito muito mal feito, porque era pra ter sido oito metros e ele é só seis metros. Você vê como que a pista é bem estreita. Já teve até acidente nela [...], porque o asfalto ficou de péssima qualidade, não teve chuva esse ano ainda pra cavacar, teve o ano passado né, que arrastou lá os meio-fio e eles não mandaram arrumar até hoje¹³⁴.

¹³³ Abaixo-assinado dos moradores do bairro Morrinhos, sem data expressa. Retirado da Pasta “Abaixo-assinados Diversos”. Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros: Arquivo Geral Ivan Lopes.

¹³⁴ Depoimento da senhora M. J, 41 anos, 4 filhos, casada, dado à autora em 28-03-2011.

Mais interessante é que a indignação não resulta da retórica do redator, pois o depoimento a seguir mostra como se trata de sentimento construído em um processo de engajamento coletivo em torno da demanda:

O problema do bairro fez a gente se reunir no salão da igreja da paróquia. Foram umas 10 pessoas, de lá nós saímos buscando as assinaturas e falamos com o povo do bairro. Eu saí buscando as assinaturas para o abaixo-assinado sabe, saí mesmo, bati de porta em porta e conversei com as pessoas que me deram razão e apoiaram a causa que também é delas. Acho que foi organizado né, as pessoas mostraram interesse, indignação e muita gente pegou o papel pra colher a assinatura na sua rua, e a gente fica indignado, e todo mundo se junta pra resolver o problema, porque se unir é mais fácil do que sozinho. E também é bom porque você tem vizinhos que não conhece ainda, e tem também essa coisa de você conhecer e fazer amizade, até pra quando você precisa né numa hora de emergência de doença ou de necessidade e a pessoa tá ali, o vizinho é pra essas coisas sabe¹³⁵.

O abaixo-assinado se apresenta, então, como instrumento de conscientização dos moradores dos bairros, aumentando a rede de contatos e de convívio político para além da mera reprodução da vida cotidiana em dificuldades. Tornou-se, ainda, capaz de questionar as autoridades públicas quanto a sua função e seu compromisso para com a população, indo além da denúncia social. A possibilidade de organizar-se, de questionar, de fomentar opiniões, de debater soluções e de decidir caminhos compõe todo um ritual constitutivo de uma nova cultura política na cidade. Porém, essas práticas não se traduzem apenas em expectativas positivas e no estreitamento dos laços políticos, pois obter adesão ao documento também apresenta dificuldades, que vão desde a vergonha ou falta de tempo para apresentar-se no movimento até a apatia política total frente aos problemas coletivos. Nos vários depoimentos, tornou-se clara a percepção disso entre os sujeitos demandantes ativos. Em muitas falas, percebeu-se o tom de protesto, indignação e esperanças motivando os abaixo-assinados, mas em outros casos a prática dos abaixo-assinados mostrou-se desesperançosa, sem motivações e de expectativas, como se houvesse impotência. O resultado de muitos documentos refletiu a fraqueza do abaixo-assinado ao concorrer com outras demandas entre sujeitos desiguais no jogo político:

Não faço mais isso não. Esses abaixo-assinados que a gente faz não dá em nada. No final das contas, eles fazem é o que quer. Eu mesmo já levei lá, pedi, expliquei e cadê, até hoje não resolveu o problema aqui [do asfalto].

¹³⁵ Depoimento da senhora N. C, 54 anos, 2 filhos, casada, dado à autora em 12-04-2011.

Só mesmo quando eles quiserem ou tiver alguém lá forte que olhe por nós aqui, porque abaixo-assinado não resolve nada não¹³⁶.

Assim, se por um lado o documento traduz-se como prática de resistência e luta, por outro, ao concorrer com outras demandas entre sujeitos desiguais e com a própria estrutura do jogo político, não obtendo resultado efetivo, o documento aparece como prática inútil, pelos poucos resultados efetivos. Para completar o rol das dificuldades, os abaixo-assinados não constituem uma prática fácil e muito menos cômoda para se organizar. Eles demandam tempo, sacrifícios, esforços e coragem para se organizar.

No próximo caso estudado, uma entrevistada demonstra mais uma vez as tensões internas entre os demandantes apontando o abaixo-assinado como experiência de sucesso para o asfalto da Rua Vitória, como solução para a conquista das casas ao invés de apartamentos, e como prática para pleitear o asfalto da atual rua em que morava, a Rua Santa Cruz.

Eu lutei. E lutei muito [...]. **Aquele asfalto da rua vitória, eu saía com o caderno, pedia abaixo-assinado, o povo assinava, e nos conseguimos.** Mas só que o povo aqui é muito ignorante, fia, esse povo aqui se tivesse acompanhado meus passos, nós não tava morando em apartamento não, nós tinha ganhado era a casa. Se eles tivesse gritado comigo tava todo mundo aí na sua casa [referia-se aos apartamentos doados pelo Projeto da CEMIG, de retirada de pessoas debaixo da rede de alta tensão de energia elétrica, mais detalhadamente citado no terceiro capítulo]. Era hora do povo aqui ter me acompanhado, eu sou moradora velha daqui, **era pra gente ter assinado que queria casa, feito o abaixo-assinado,** mas o povo aqui... Eu falei vamos fazer uma abaixo-assinado que nós quer casa eu vou levar no prefeito, mas o povo fica com medo de não ganhar nem isso, porque o abaixo-assinado ia mostrar pra eles o que nós queria, mas o povo ficou com medo [...] **agora eu to querendo fazer um abaixo assinada dessa rua aqui “Santa Cruz” [...]**¹³⁷.

A entrevistada argumenta com a certeza de que o abaixo-assinado resolveria o acesso às casas e a situação da Rua Santa Cruz, caso os moradores tivessem aderido ao documento, como na experiência do passado para a Rua Vitória. Menciona sua disposição de ir ao prefeito e evoca seu acesso pessoal a ele para a escolha de uma demanda dentre várias outras. Neste caso, ter proximidade pessoal a uma figura institucional facilitaria a resolução do problema. Assim, ao lado da importância do documento para mostrar a necessidade e a legitimidade da demanda, tem importância o laço pessoal e institucional numa relação de troca politicamente ambígua:

¹³⁶ Depoimento do senhor J. S, 56 anos, 3 filhos, casado, dado à autora em 12-04-2011.

¹³⁷ Depoimento da senhora C. P. S, 62 anos, 9 filhos, viúva, dado à autora em 15-03-2011.

Aquela Rua Vitória, toda vez que vinha os carros lá da pedreira, os carros descia assim, lá teve uns casos de morte, foi tudo, uma mulher que morreu lá, aí a gente foi pegando o papel, eu saí, naquele tempo eu trabalhava pra um vereador, e aí eu pegava o papel, saía e pedia o nome daqueles morador lá tudo, é tanto que quando saiu o asfalto lá pra eles, eles veio todo mundo abraçar eu aqui, agradecer [...], agora eu to querendo fazer um abaixo-assinado dessa rua aqui “Santa Cruz”. Eu vou escrever e pedir Tadeu, ele gosta de mim demais. Tadeu Leite, a minha palavra lá na prefeitura, [...], na hora, por causa que eu sou ouvida. Eu ajudei toda vez que Tadeu era prefeito, era eu de dentro ajudando Tadeu, e agora o menino dele. [...] ¹³⁸”.

Não há como definir ao certo a contribuição dos laços de pessoalidade na concretização da demanda. Entretanto, dois pontos são relevantes. Primeiro, a importância dada ao documento na conquista dos objetivos e como meio mais prático da ação política. Segundo, a incerteza se a demanda seria ou não atendida pelo favor, pelo incentivo da dádiva e dos laços de pessoalidade ou pela garantia dos direitos constitucionais, diante da pressão social na esfera pública numa relação de impessoalidade.

Os abaixo-assinados confirmam a importância da ação coletiva, mas deixam dúvidas em vários casos. É uma ação mais prática na luta por direitos sociais, se comparada a outras, como um protesto, por exemplo, que requer motivação e mobilização de pessoas para ir às ruas e instrumentos para ser organizado, como cartazes, som, microfones. As dúvidas aparecem na observação do que acontece em suas fases de encaminhamento. Em sua primeira fase, se dá a mobilização, que inclui a divulgação, a conscientização, a motivação em torno do problema por meio de reuniões, culminando com a formulação redigida do documento pela comunidade ou por seus líderes e, por fim, a coleta de assinaturas. Na segunda fase, ocorre a entrega do documento, às vezes protocolado nos órgãos públicos ou ainda levado a um representante político. Nesta segunda fase, momento mais direto da relação entre demandantes e demandados, aparecem tensões, pois há demandas que concorrem entre si e interesses políticos e pessoais particulares podem interferir nas decisões e respostas para as demandas. Na fase de mobilização do documento as relações clientelistas, paternalistas, personalistas podem ser evitadas, mas na segunda fase a reivindicação coletiva não traz garantia do rompimento com práticas tradicionais e viciadas na conquista dos direitos.

No caso a seguir, a demanda visa obter caridade das autoridades políticas, em discurso que utiliza a estratégia da suposta religiosidade comum entre demandantes e demandados:

¹³⁸ Depoimento da senhora C. P. S, 62 anos, 9 filhos, viúva, dado à autora em 15-03-2011.

Ilmo Dr.
 Benedito Said
 DD Presidente da Câmara Municipal
 Montes Claros/MG
 Prezado Sr.

Com o presente, encaminho-vos os requerimentos em anexo, referente a reivindicações dos carroceiros/associados ao Sindicato de Condutores Autônomos de Veículos (sic) de Tração Animal. Certo da vossa prestimável atenção, antecipo sinceros votos de estima e apreço.

Montes Claros, 20 de setembro de 1995

Atenciosamente

José Maria de Freitas (Presidente)

José Antônio de Sena (Secretário)

Ilustres vereadores da Câmara Municipal de Montes Claros/MG
 Prezados Srs.

O abaixo assinado _____ [nome do trabalhador], brasileiro, _____ portador da _____, residente e domiciliado à _____, Bairro _____; vem mui respeitosamente solicitar dos nobres representantes do legislativo municipal, a sensibilidade no sentido de vetar a lei que proíbe a minha CARROÇA de trafegar nos principais pontos de negociações de meus fretes, no centro da cidade; visto que a mesma aprovada recentemente, vai **causar grandes transtornos e decadência financeira, na manutenção da minha família, uma vez que não tenho outro meio de sobrevivência. Na certeza de que o meu pedido seja atenciosamente atendido, rogo a Deus que proteja a todos com paz, saúde e muita prosperidade.**

Montes Claros, 17 de setembro de 1995

Atenciosamente

Carroceiro autônomo¹³⁹. (Grifo nosso)

Entrega-se a Deus a responsabilidade de pagamento da resposta dos senhores representantes do legislativo municipal. Foram aproximadamente 50 documentos com o teor acima, nominalmente assinados pela categoria dos carroceiros, reivindicando direito ao trabalho, tolhido na proibição do tráfego de carroças na área central da cidade. Apelaram para a sensibilidade dos legisladores e sua consciência quanto à condição de miserabilidade que deixariam a família desses trabalhadores, destituídos da própria condição de sobrevivência. Encerram o documento invocando o nome de Deus, exatamente no momento em que afirmam a “certeza de que o meu pedido seja atenciosamente atendido”. Assim, Deus surge para proteger com paz, saúde e prosperidade a todos que atenderiam ao pedido dos carroceiros. O argumento religioso é fundamental no esforço de comoção das

¹³⁹ Abaixo-assinado dos carroceiros associados ao Sindicato de Condutores Autônomos de Veículos de Tração Animal, 1995. Retirado da Pasta “Abaixo-assinados Diversos”. Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros: Arquivo Geral Ivan Lopes.

autoridades e evidencia o uso da religiosidade enquanto força política nas relações cotidianas.

Os apelos religiosos e emotivos impregnam os argumentos utilizados em mais este documento:

Montes Claros 23 de julho de 1991

Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Montes Claros

Nesta

O abaixo-assinado, funcionários da “RIMO INDUSTRIAL LTDA”., empresa sucessora da IRSAMA, que funciona nesta cidade de Montes Claros há 46 anos, vêm com todo respeito solicitar da dignidade de cada um dos edis desta respeitável casa, um estudo profundo e humano, quanto as decisões que serão tomadas pelo CODEMA contra essa empresa, podendo até chegar ao seu fechamento.

Nós, funcionários pobres, pais de família, a maioria moradores da periferia, consegue sua sobrevivência é trabalhando nessa empresa e veem a qualquer momento seu emprego fulminado pela demissão em massa desta gente que tem filhos, criaturas indefesas que sofrerão muito mais pela falta do leite, do pão e do feijão com arroz. Senhores Vereadores, homens cristãos, legisladores, pais de família, precisamos MUITO e MUITO de nosso emprego e que DEUS venha a ajudar cada um de vocês nesta decisão importante e soberana. Obrigado¹⁴⁰. (Grifo nosso)

As condições sociais precárias dos trabalhadores são reiteradas: pobres, pais de família e moradores de áreas periféricas da cidade, que dependem do trabalho para prover sua subsistência. Os argumentos impressionam pela emoção, mas evidenciam a repetição do discurso religioso em que a fronteira entre humildade e humilhação não fica clara. Ao caracterizar os senhores vereadores como homens cristãos, pais de família e desejar a iluminação divina na instrução de sua decisão, os apelos parecem ignorar a desigualdade social e política dos interlocutores, configurando-se, novamente, uma estratégia política enviesada pela dominação tradicional da cultura política local.

Em contrapartida, em outro documento, transcrito a seguir, a redação evoca, propositadamente, a função institucional da Câmara Legislativa de representar e responder a uma demanda de grande expressão coletiva. O documento, estrategicamente, identifica o espaço da Câmara como lugar dos legítimos representantes do povo. Após o discurso inicial de exaltação ao órgão, pede que a causa do povo possa lhe interessar como problema de primeira grandeza. Todo o discurso é detalhadamente pensado no convencimento das autoridades que podem deliberar positivamente sobre o direito social requerido.

¹⁴⁰ Abaixo-assinado dos funcionários da RIMO INDUSTRIAL LTDA, 1991. Retirado da Pasta “Abaixo-assinados Diversos”. Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros: Arquivo Geral Ivan Lopes.

Digníssimo Senhor Presidente da Câmara de vereadores de Montes Claros

Nós, abaixo assinados, representantes da Associação Amigos do Alto São João nesta próspera cidade de Montes Claros. Vimos oficialmente, integrando conjuntamente em comissão, trazer em mãos de V. Excia, a nossa solicitação no sentido de que: Esta câmara que tantos trabalhos e benefícios tem (sic) efetuado em nossa cidade, venha mais uma vez, prestar mais uma de suas lutas mais remidas de toda a história de Montes Claros, **onde esperamos que estes representantes das massas que diz o povo venham realmente se interessar por um dos seus mais interessantes problemas atualmente e existente, e para nos reconhecido como sendo de 1º (primeira) grandeza.**

Solicitamos pois Senhor Presidente, não só de V. Excia, mas também de toda a câmara reunida; batalhar para que o DNOCS comece e termine urgentemente (sic) a instalação de águas já tão anteriormente publicado nos jornais, a qual nos alegrou e não a recebemos, sentimos-nos agora em falta quase que definitiva.

Cientes de Vossa apreciação assinamos

(...) Presidente

(...) Secretário Geral

(...) Tesoureiro¹⁴¹. (Grifo nosso)

Chama atenção a ênfase dada ao coletivo (“**representantes** da Associação Amigos [...]. Vimos, oficialmente, integrando conjuntamente **em comissão**, trazer em mãos [...]”). A pressão exercida pela comissão que entrega o documento é valorizada pelo número de pessoas interessadas. O coletivo é que pressiona e exige uma resposta positiva. A linguagem é estratégica, pois apela à “cordialidade”, que não é gratuita, senão intencional, com um tom de protesto ao final. Exige a certeza de que o documento será lido, pois é relatada a frustração diante da promessa não cumprida, na medida em que resposta ao pedido “[...] anteriormente publicada nos jornais, **nos alegrou e não a recebemos**”. A alegria relatada não se consolidou, terminando em frustração. Fundamentar a reivindicação a partir da exaltação do órgão que pode deliberar não constitui prática inocente de apenas agraciar o legislativo, mas estratégia política bem definida. Ao final, o documento é incisivo ao cobrar um posicionamento de “batalha” por parte do poder legislativo. Dessa forma, os argumentos mostram que a autoridade e o poder decisório dos membros do legislativo municipal são reconhecidos, mas os argumentos são tecidos como denúncia de repetidas frustrações dos demandantes.

No abaixo-assinado transcrito a seguir, o teor de denúncia se evidencia mais uma vez, agora em relação à desigualdade social na atenção ao saneamento:

¹⁴¹ Abaixo-assinado da Associação Amigos do Alto São João, sem data expressa. Retirado da Pasta “Abaixo-assinados Diversos”. Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros: Arquivo Geral Ivan Lopes.

Montes Claros, MG, 23 de Outubro de 1990.

À

Câmara Municipal de Montes Claros

Att. Sr. Presidente

Prezados Senhores,

Cansados de tanto inventar maneiras de combater as moriçocas que adotaram Montes Claros como patrimônio onde elas deitam e rolam sem serem molestadas – Vimos pela presente cobrar uma atitude de V. Sas., no sentido de cumprimento **com o dever de representar o povo**, pressionar o executivo municipal para uma ação concreta de combate a este flagelo que invadiu os nossos lares.

A classe privilegiada que tem bom poder aquisitivo, para adquirir mosquiteiros para toda a família e utilizar de outros recursos mais modernos, defende-se das picadas venenosas, mas, quem tem uma renda que mal dá para comprar o pão do dia a dia como é que fica?

A classe trabalhadora, menos privilegiada, já exposta a toda sorte de dificuldades, não pode mais nem dormir em paz, devido a este devido a este (sic) problema que vem a minar ainda mais sua resistência já debilitada.

Na administração anterior, o carro da fumaça passava pelo menos uma vez por mês, principalmente nos bairros onde há esgoto a céu aberto – O que atinge a maioria em nossa cidade, não resolvia o problema definitivamente, mas, reduzia um pouco o aparecimento do inseto. Agora nada disso se vê, não se houve falar mais no assunto entre autoridades e até mesmo parte da nossa imprensa local parou de insistir no assunto. Por esta razão estamos iniciando esta campanha a fim de sensibilizar o lado humanitário de V. Sas., para este grave problema que tanto aflige a família montes-clarenses e ficamos aguardando suas devidas providências, subscrevendo-nos,

Atenciosamente.

Com cópia ao Jornal do Norte¹⁴². (Grifo nosso)

O documento encontrado no arquivo consta com, aproximadamente, quarenta assinaturas. Enviado para a Câmara Municipal, a demanda é simples: que se resolva o problema das muriçocas. No entanto, os argumentos utilizados chamam a atenção, porque extrapolam o problema da infestação do inseto. O abaixo-assinado é incisivo ao mostrar as diferenças de classes sociais no acesso ao saneamento urbano. Enquanto a classe privilegiada possui poder aquisitivo para livrar-se das muriçocas com a compra de mosquiteiros, a classe trabalhadora não possui meios de livrar-se do problema das picadas e tem como única saída recorrer ao poder público municipal, esperando a sorte de que seja atendida.

A precariedade da classe trabalhadora pobre, que nem ao menos consegue comprar o pão de cada dia, é apresentada ao lado da demanda, norteador do abaixo-assinado. A diferenciação social enfatizada por argumentos fortes pressiona o poder público local e,

¹⁴² Abaixo-assinado com cópia mandada ao Jornal do Norte, 1990. Retirado da Pasta “Abaixo-assinados Diversos”. Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros: Arquivo Geral Ivan Lopes.

nesse caso, extrapola a *cultura da dádiva*, reivindicando direitos por meio de discurso consciente das desigualdades sociais. O fato é que os abaixo-assinados produziram, em muitos participantes, a manifestação de sua visão crítica e, por conseguinte, a possibilidade de mudanças ainda que por intervenções restritas a uma rua, a um bairro, a um espaço de convívio social.

Assim, os abaixo-assinados apresentam demandas de natureza diversa, cujos conteúdos e discursos são também variados. Muitos se caracterizam pela ingenuidade na escrita, outros são enfáticos e expressivos de consciência da desigualdade social e política dos interlocutores. Em alguns, é perceptível o cuidado com a norma-culta, em outros não. Um exemplo pode ser visto no trecho de um abaixo-assinado redigido por moradores do bairro Santo Inácio I, região bastante periférica da cidade: “15-09-97 Baicha Assinado com os moradores do Bairro Sto Inacio I **Reivindicando** um telefone pubrico na Rua 12. n° 98”¹⁴³ (Grifo nosso). Trata-se de pedido de um simples telefone público, formulado em redação tão precária que pode até dificultar uma resposta, mas reflete disposição política dos demandantes de usar um recurso institucional, bem como reflete capacidade de organização e consciência autônoma para demandar. Na realidade, os abaixo-assinados representam um passo inicial para reivindicação dos direitos sociais. Tais documentos, diferentemente de outros meios, parecem um canal mais rápido e mais acessível enquanto estratégia coletiva, ainda que não seja solucionador de todas as demandas. A quantidade expressiva de assinaturas nos abaixo-assinados acontece pela facilidade de obter adesão à demanda. O documento do bairro Dr. Antônio Pimenta, de 1998, “Nós abaixo assinados, moradores do bairro Dr. Antônio Pimenta, vimos solicitar a interferência de V. Sr. junto à prefeitura de Montes Claros, no sentido de asfaltar, em caráter de urgência, a Rua Emboabas, neste bairro [...]”¹⁴⁴; contou com aproximadamente 120 assinatura de moradores. No bairro Cintra, um abaixo-assinado de 1992, obteve cerca de 150 adeptos ao “solicitar para retirar e não fazer depósito de lixo, que está sendo jogado perto das pontes [...]”¹⁴⁵. Os abaixo-assinados consistem em uma forma de adesão prática, que dispensa a saída do assinante de sua casa, enquanto fortalece a relação de cumplicidade entre os moradores e reitera a identidade em torno de causa comum.

¹⁴³ Abaixo-assinado dos moradores do bairro Santo Inácio I, 1997. Retirado da Pasta “Abaixo-assinados Diversos”. Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros: Arquivo Geral Ivan Lopes.

¹⁴⁴ Abaixo-assinado dos moradores do bairro Dr. Antônio Pimenta, 1998. Retirado da Pasta “Abaixo-assinados Diversos”. Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros: Arquivo Geral Ivan Lopes.

¹⁴⁵ Abaixo-assinado dos moradores do bairro Cintra, 1992. Retirado da Pasta “Abaixo-assinados Diversos”. Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros: Arquivo Geral Ivan Lopes.

A confecção do abaixo-assinado impõe reuniões e a saída da esfera privada para os espaços públicos. E ainda que restrito a uma comunidade, a um bairro ou a uma rua, o abaixo-assinado, em muitos casos, é audacioso, pois traz consigo uma opinião coletiva que o legitima. Ele traduz-se como resultado de consenso, mas sua produção também pode sofrer do dissenso, até se completar no momento de obtenção das assinaturas. Este momento expressa forte sensibilidade política, por propiciar aquisição e consolidação de consciência política autônoma, brotada do diálogo.

O abaixo assinado **veio porque nos reunimos** antes no salão da Igreja para pensar sobre o problema, e daí achamos mesmo que tinha que fazer o abaixo-assinado, as pessoas que estavam lá decidiram, e aí depois foi o momento de mostrar a decisão aos outros do bairro e também **conscientizar né essas pessoas** que não participam de nada que **têm que participar né**¹⁴⁶.

Do consenso da reunião, passa-se a mais uma ação política ao buscar as respectivas assinaturas, momento de novo encontro e diálogo entre os demandantes. A busca de adesão dos iguais é a ocasião em que se firma um compromisso político, pautado por causa e discurso capazes de convencer.

Nós fizemos vários abaixo-assinados, ofícios, tá tudo arquivado. Para a comunidade, a primeira coisa que você vê como solução é o abaixo-assinado. **É a melhor forma que você tem para buscar o povo pra essa união** é por meio do abaixo-assinado, senão não tem como, é pelo abaixo-assinado que você busca essa união¹⁴⁷.

Os abaixo-assinados não dispensam outras iniciativas, como apontou uma de nossas depoentes:

O abaixo-assinado é o pontapé inicial para que a demanda ganhe proporções maiores, é o que inicialmente faz a gente reunir e pensar sobre o assunto, [...] é o meio de se levar ao conhecimento das autoridades políticas e aguardar resposta. E o abaixo-assinado é melhor do que o ofício; tem as assinaturas, aí é mais legitimidade¹⁴⁸.

Para obter a adesão, pressupõe-se o convencimento, nem sempre fácil de conseguir, por diversos motivos, como mostra o relato seguinte.

[...] principalmente quando tem que colocar um documento, tem gente que não quer assinar não, acha que vai prejudicar ele, principalmente porque

¹⁴⁶ Depoimento da senhora N. C, 54 anos, 2 filhos, casada, dado à autora em 12-04-2011.

¹⁴⁷ Depoimento do senhor H. L. R, 45 anos, 3 filhos, casado, dado à autora em 18-07-2011.

¹⁴⁸ Depoimento da senhora N. C, 54 anos, 2 filhos, casada, dado à autora em 12-04-2011.

tem que colocar o documento de identidade ou do CPF, mas não prejudica não, e também tem gente que acha que abaixo-assinado não resolve nada e não quer assinar de jeito nenhum, aí você tenta convencer a pessoa pra ela poder assinar e mostra que isso é importante porque a gente tenta benefícios é por aquele documento sabe, porque não dá também pra ficar fazendo muito não¹⁴⁹.

Diante das inúmeras dificuldades em associar-se e mesmo em participar de reuniões, em função do descrédito nas instituições públicas e da exaltação do individualismo daí decorrente, a prática dos abaixo-assinados torna-se instrumento relevante e prático de construir ou retomar a credibilidade na ação política. O objetivo comum pleiteado pelos sujeitos torna-se fator de aglutinação e luta pelos direitos, ainda que se constate também o obstáculo do individualismo.

Apesar dos abaixo-assinados analisados se restringirem a apontar problemas específicos e localizados, indiretamente fizeram menção a outras questões importantíssimas, como as desigualdades sociais, a miséria, a concepção de classe social. Os documentos são diretos em pontuar e desejar a solução daquele problema específico, mas ainda assim é possível depreender outras relações implícitas construídas. Não se pode negar certa fragilidade nos abaixo-assinados, uma vez que a assinatura de adesão pode significar uma participação indireta, sem a presença na mobilização e outras práticas de pressão e de luta. Assim, se a assinatura diz muito, também acaba por dizer pouco em muitos casos¹⁵⁰. Diante disso, nem sempre os abaixo-assinados são práticas suficientes. Muitas vezes uma garantia de direitos só pode ser conseguida mediante a mobilização de outras estratégias e instrumentos de luta.

É preciso às vezes mais do que um abaixo-assinado, é preciso mobilizar, fazer protestos nas ruas, chamar a televisão pra mostrar que não tá bom desse jeito e também para reivindicar mais. Então isso completa os abaixo-assinados, porque às vezes só o abaixo-assinado não resolve, apesar dele ser importante¹⁵¹.

De qualquer forma, os abaixo-assinados apresentam efeitos que vão além de sua confecção, argumentação e destinação. Representam mecanismos que claramente

¹⁴⁹ Depoimento da senhora N. C, 54 anos, 2 filhos, casada, dado à autora em 12-04-2011.

¹⁵⁰ Aqui também reside um dos problemas dos abaixo-assinados. Por serem, digamos, cômodos para a maioria, talvez por isso se façam tão presentes no cotidiano popular de reivindicação por direitos sociais. Uma simples assinatura pode conferir ao sujeito um grau de participação política que pode não ser real. A comodidade da assinatura como se ali resolvessem tanto a participação política quanto as obrigações ligadas à esfera pública torna-se empecilho para uma ação política mais enfática e ligada a presentificação dos sujeitos sociais em espaços de luta política.

¹⁵¹ Depoimento do senhor J. S, 56 anos, 3 filhos, casado, dado à autora em 12-04-2011.

fomentam a agregação de sujeitos que nem sempre estão associados ou mantêm vínculos institucionais para inserção no espaço público e na política. Em várias situações esses documentos causam impactos na cultura política arraigada, permeando-a com interesses diversos. No caso de Montes Claros, os abaixo-assinados são representações variantes na cultura política local, assentada em práticas arraigadas e contribuíram para redefinir, ainda que lentamente, o espaço político formal, ao se tornarem recursos para o esforço de acesso à cidadania. Seria ingênuo acreditar que os abaixo-assinados dariam conta de suplantar as relações de poder vigentes no âmbito das instituições públicas, ou mesmo que estão imunes aos vícios políticos. Tornaram-se, algumas vezes, facilitadores da busca pelos direitos, outras vezes não obtiveram o resultado esperado. Foram ambíguos, porque tanto expressaram confronto, quanto buscaram as brechas da política paternalista e assistencialista, ou ainda repetiram pedidos com certa subserviência, própria das formas de dominação tradicional.

Nesta parte do trabalho, não se intencionou avaliar os resultados obtidos pelos abaixo-assinados após sua entrega à esfera pública formal. Buscou-se analisar o teor dos documentos a partir dos demandantes, enfatizando suas estratégias de acesso ao espaço público formal na tentativa de conquista dos direitos sociais. Faz-se importante salientar que as ações políticas se externaram de inúmeras formas. Afinal, a realidade social não se faz engessada, rígida e homogênea, mas é múltipla e diversificada, assim como seus sujeitos. Por isso, as demandas por meio dos abaixo-assinados expressaram relações políticas diversas, muitas imprevisíveis e novas, outras recorrentes, mas sempre a partir da consciência política possível de sujeitos ora ativos, ora desenganados, por decorrência de estarem imersos em relações políticas desiguais.

Nessas condições, a escolha pelas ações coletivas nem sempre é unânime e preterível. A fragmentação e o esvaziamento do espaço público, a falta de projetos coletivos, as restrições de tempo surgem como obstáculos à ação coletiva. Assim, para muitos sujeitos, as práticas de associação, de adesão a movimentos sociais, de idas a reuniões nos bairros tornam-se bastante irrealis, mesmo vivendo com sérios problemas sociais. Como resultado, muita vezes, os sujeitos optam por ações individualizadas e personalizadas, balizadas pela prática do favor e pelos códigos da *cultura da dádiva*. Daí, a relevância de considerar para análise as ações individualizadas no espaço político, como estratégia que também quer solucionar os problemas sociais e as defasagens dos direitos sociais, mas se mostra ambígua.

Conforme demonstrado anteriormente, o nascimento de bairros sem infraestrutura e a ocupação de áreas de risco trouxeram à tona gravíssimos problemas à população dos bairros periféricos de Montes Claros. Os bairros surgidos de loteamentos irregulares mantiveram-se na pauta de várias reportagens da imprensa local, conforme se vê nos resumos a seguir:

Está se transformando em rotina os atrasos dos lotações nos pontos de parada, principalmente nos horários de pique (sic) [...] ¹⁵².

Diversos lotes vagos da região estão se transformando em depósito de entulhos e, principalmente, de restos de materiais de construções. A reclamação é de que não há qualquer tipo de fiscalização por parte da prefeitura [...] ¹⁵³.

A associação dos moradores do bairro Jardim Eldorado convive há oito anos com a falta da rede de esgoto. José Adão, presidente da Associação dos moradores do Jardim Eldorado, já fez várias reivindicações junto à prefeitura, mas sem êxito [...] ¹⁵⁴.

Neste contexto, os pedidos individuais também visam obter soluções para a deficiência da infraestrutura básica, principalmente a instalação das redes de água, de esgoto e de energia elétrica, equipamentos urbanos do interesse de toda a coletividade. Todavia, é preciso pontuar uma diferença entre as demandas coletivas e individualizadas. As primeiras visam beneficiar a um público mais amplo e, por isso, muitas demandas foram por construção de infraestrutura, incluindo as referidas redes, aberturas e asfaltamento de ruas, sinalização para o trânsito, instalação de quebra-molas, de coberturas em pontos de ônibus, limpeza de matos e lotes, nomeação correta de ruas, construção de espaços de lazer (quadras poliesportivas), implantação de telefones públicos, dentre outras melhorias urbanas requeridas. As segundas se confundem entre interesses públicos e privados, como pedidos individuais por emprego, energia elétrica em residências específicas, pagamento de contas pessoais vencidas, consultas médicas, entre outras demandas.

Assim, a iniciativa individual também foi caminho seguido por muitos sujeitos com diversos problemas a enfrentar, conforme se observa no exemplo a seguir:

¹⁵² DE olho na Cidade. *Jornal do Norte*. Montes Claros, 02 e 03 Jun. 1990. Arquivo particular do senhor Américo Martins Filho.

¹⁵³ DE olho na Cidade. *Jornal do Norte*. Montes Claros, 05 Jun. 1990. Arquivo particular do senhor Américo Martins Filho.

¹⁵⁴ MORADORES do Jardim Eldorado reclamam mais assistência. *Jornal do Norte*. Montes Claros, 20 Jul. 1990. Arquivo particular do senhor Américo Martins Filho.

Montes Claros, 20-5-93

Caro João Hamilton, quem escrevi esta carta é a sua ouvinte de sempre Maria de Lourdes do bairro Guarujás, eu moro na rua tietê do bairro Guarujá à rua tietê está faltando 06 postes pra vim à luz na nossa casa, desde o 1º mandato de tadeu que **ele nos prometeu** estes postes de luz, **votamos nele no 1º mandato e no 2º e até hoje os postes não vieram**, o mato está tomando conta do bairro, está aparecendo cobra, ladrão, robarão (sic) na casa do meu filho, que é meu vizinho várias peças de roupas, peço à você que mande uma pessoa prá ver à nossa situação, e peço à tadeu prá colocar os postes de luz, prá acabar com o nosso sofrimento e desconforto (sic). Aqui nos estamos vivendo pior do que índio, luz só de vagalume, nós estamos sem presidente de bairro.

Desde já agradeço, de sua ouvinte (sic), Maria de Lourdes ¹⁵⁵. (Grifo nosso)

A demandante explicita a um vereador os problemas coletivos de infraestrutura existentes no bairro, mas recorre a um instrumento individual destinado a uma figura legislativa para o atendimento à demanda. A cobrança faz-se de forma privada e pessoal. A busca de soluções recorre a laços de pessoalidade entre a demandante e o demandado. A moradora apresenta-se como uma pessoa próxima de alguém supostamente detentor de poder para resolver seu problema. Evidencia-se a busca de favor com apelo marcado pela cordialidade, em que a presteza, a gentileza e o conhecer o outro são elementos comuns acionados nas falas e nas práticas cotidianas para se pedir e receber. Mostrar-se amável, educada e afetivamente ligada a quem se pede torna-se estratégia que pode ter sucesso na aquisição do favor. De outro lado, o documento é ilustrativo ao descrever uma relação de troca, que envolve o compromisso do voto, ao chamar a atenção para promessas não cumpridas. A procura individual para acesso aos bens públicos é comum numa realidade em que a ação coletiva está frágil, tal como sugere o mesmo documento.

Contudo, ao mesmo tempo, nem sempre o pedido se atém ao favor destituído de consciência política, conforme se argumentou antes. Em alguns casos, as iniciativas de pedir baseadas no favor transformam-se em estratégias políticas de resistência social, novamente pela ambiguidade de intenções que o pedido pode suscitar para os demandados. Neste outro caso, o problema de energia elétrica novamente motiva a carta com pedido individual. Diante de promessa feita para solução do problema, o documento é enfático em cobrá-la.

¹⁵⁵ Carta de Pedido remetida ao vereador João Hamilton, 1993. Retirada da Pasta de “Correspondências Diversas Recebidas – ano 1993”. Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros: Arquivo Geral Ivan Lopes.

Montes Claros 19-5-1993

Prezado amigo e vereador João Almlton,

Venho por meio desta solicitar do senhor informações sobre o poste de luz que os senhores prometeram para a rua 28 no bairro Santo Antônio 2. Desde quando os senhores estavam em campanha política e que reuniram na casa do morador José dos Reis, na mesma rua; os senhores prometeram que muito breve viria o poste, mas até hoje nada, mas nós já estamos morando aqui desde o mês de outubro 92 – com luz emprestado. Correndo o risco de sermos barrados pela Cemig como o senhor sabe melhor do que nós, que os órgãos do governo não perdoa nada. E pagamos iluminação pública sem ter luz na rua. O vizinho empresta um fio de luz para as horas necessárias, e a hora que vem a conta é um preço bem alto com taxa de iluminação pública e tudo. Precisamos do poste para ligar a nossa luz.

Contamos com a sua ajuda e relembramos os senhores das reuniões que fizeram aqui na casa do José Reis. **Ele já pediu muitas vezes** são três casas dependendo de um único poste para ligar a luz. Estamos esperando mais de 7 meses e nada acontece. Sabemos que a prefeitura tem colocado postes por aí, mas a nossa rua nunca vem. Portanto esperamos que o senhor faça alguma coisa. **Por favor** converça (sic) com o prefeito, com a Cemig e ver o que pode ser feito para nós¹⁵⁶. (Grifo nosso)

A reivindicação de energia elétrica para as casas e a rua mais uma vez revela o tratamento desigual aos trabalhadores da cidade, pois parece que alguns bairros recebem o benefício e outros não. Os argumentos denunciam que se trata de pedido que insiste sobre promessa não cumprida. Denuncia, também, o uso de energia tomada de empréstimo de vizinhos e alerta sobre o risco de criminalização disso pela empresa fornecedora de energia, pois órgão do governo “não perdoa nada”. Compreende-se, neste caso, como se torna fácil criminalizar os moradores de bairros pobres pela conhecida prática dos “gatos”, ligações clandestinas de energia. Desprovidos do equipamento de infraestrutura básica, resta a esses moradores pedir por algo que já pagam, seja pelos impostos ou pela própria taxa de energia pública, como se percebe no pedido. Assim, os argumentos denotam certa descrença e se torna apelativo ao favor do vereador: “**Contamos com a sua ajuda** e relembramos os senhores das reuniões que fizeram aqui na casa do José Reis. **Ele já pediu muitas vezes** (...). **Por favor converça** com o prefeito, com a Cemig e ver o que pode ser feito para nós”. Apesar de claramente detectável a consciência de um direito, pois o documento é enfático ao cobrar a promessa, os argumentos incidem sobre a expectativa do favor e dos préstimos do vereador, restando saber em que medida essa estratégia política é eficaz. É evidente que o vereador compartilha a prática generalizada do pedir individual, conhecida em qualquer

¹⁵⁶ Carta de Pedido remetida ao vereador João Hamilton, 1993. Retirada da Pasta de “Correspondências Diversas Recebidas – ano 1993”. Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros: Arquivo Geral Ivan Lopes.

cidade no Brasil. As promessas diversas feitas em períodos eleitorais, como as de instalar benefícios estruturais e coletivos em bairros pobres, contribuem para a manutenção da cultura política do favor, que impregna as relações políticas do legislativo e também do executivo. Assim, os laços institucionais entre demandantes e demandados se mostram frágeis. O compromisso público selado na casa de um dos moradores demonstra o uso de laços institucionais para encaminhamento de demandas, mas a figura política do vereador parece se esgotar em um jogo de soma zero pela prevalência da pessoalidade. Os demandantes encontram-se desamparados institucionalmente e sem o direito de ter direitos, impelindo-os a iniciativas individualizadas.

Assim, a cultura política local alicerçada em práticas tradicionais oscila entre duas tendências antagônicas. Em certos casos a cobrança por direitos é institucional e, em outros, se reproduzem relações políticas baseadas na pessoalidade, no paternalismo e na *cultura da dádiva*. A pessoalidade nas relações contorna as práticas coletivas, sobrepujando-as pelas iniciativas fragmentadas. A mediação das demandas com base na expectativa do favor contribui para que o valor do voto seja distorcido nas relações políticas. O *pedir e o receber* na relação individual e pessoalizada reforçam um quadro de extremas desigualdades sociais. Veja-se o exemplo a seguir:

Montes Claros 07 de Agosto de 1990

Presado Senhor (sic)

Dr. Carlos Pimenta (Deputado Estadual)

NESTA

Moramos na rua 08 (oito) n° 36, Bairro Alto Boa Vista, nesta cidade a alguns anos, e estamos sem luz elétrica, vimos através desta **pedir** vosso empenho no sentido de que seja colocado os (Postes) necessários até este endereço, pois trabalho na Empresa Gontijo as vezes a noite e minha esposa fica a noite só e sem luz elétrica. **Inteiramente ao vosso dispor, com o apoio a sua candidatura.**

Grato,

José Ribeiro da Cruz Neto¹⁵⁷. (Grifo nosso)

O pedido do morador ao Deputado Estadual coloca questões importantes, que denunciam os problemas de infraestrutura, pela falta de acesso a um bem público, energia elétrica, e de acesso à segurança. O pedido com argumentos emotivos levam em consideração o perigo de a esposa ficar sozinha em casa à noite, sem a luz elétrica e distorce a figura legislativa, que é chamada a resolver um problema de cunho pessoal do

¹⁵⁷ Carta de Pedido remetida ao Deputado Estadual Carlos Pimenta, 1990. Retirada da Pasta de “Correspondências Diversas Recebidas – ano 1990”. Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros: Arquivo Geral Ivan Lopes.

morador. Em relação a esta última questão, acredita-se que as figuras legislativas, por terem a atribuição de criar as leis, podem intervir em favor de qualquer demanda individual. No entanto, em função de uma estrutura histórica e social marcada pelas misérias e pelas desigualdades sociais com muitas dificuldades ao acesso aos bens públicos, o agente do legislativo acaba como figura distorcida. O pedido emitido ao Deputado Estadual consolida-se como estratégia política de um trabalhador que se vê sem um direito básico, correndo os mais diversos riscos. Para isso, o demandante, conscientemente, utiliza-se do seu bem maior na relação política, o voto, no momento em que afirma: “inteiramente ao vosso dispor, com o apoio a sua candidatura”. O voto é colocado como moeda de troca. O deputado poderia consolidar o desejo de energia elétrica com seus densos laços institucionais e o trabalhador dar-lhe-ia o apoio a sua candidatura. Uma relação de troca e de busca pelo favor, mas, também, de reciprocidade, de resistência e de estratégia política.

Dessa forma, muitos demandantes visualizam os demandados como figuras capazes de propiciar benefícios pessoais, seja na aquisição de luz elétrica, de emprego, de saneamento básico, seja nos pagamentos de contas e nos benefícios de caráter privado ou mesmo público. A seguir, mais um caso em que o pedido demonstra ambiguidade entre interesse público e privado, gerada pela expectativa do poder da personalidade, mas não só a personalidade do demandado:

Eu ajudei toda vez que Tadeu era prefeito, era eu de dentro ajudando Tadeu, e agora o menino dele. Depois que ele ganhou ele veio visitar nós, só que eu não tava. Vou fazer **a carta pedindo**, Tadeu, **te peço você pra fazer o asfalto na rua Santa Cruz, aí ele vai falar, oh dó né, ela tá pedindo**. Mas eu vou **pedi** também na carta pra Tadeu, pra ele fazer um galpão pra nós, eu sei que **se eu pedi, ele vai fazer**. **Na hora que eu mandar a carta pra Tadeu eu sei que ele faz**¹⁵⁸.

Nesta relação, o pedido individual se assenta na cultura do favor, *do pedir e do receber*, mas a demandante afirma deter certo poder sobre o político demandado. Pedir, sobretudo nos períodos eleitorais, pode não significar apenas a dominação pela reciprocidade desigual, mas traduzir-se por tentativa de alcançar acesso às decisões do espaço político. Nessas situações, o poder dos políticos locais se defronta com sujeitos cujas práticas são variáveis e ambíguas. De fato, a prática do favor enquanto estratégia utilizada na conquista dos direitos sociais pode parecer pura reprodução da *cultura da dádiva*. No entanto, mesmo com o clientelismo explícito nas muitas relações políticas,

¹⁵⁸ Depoimento da senhora C. P. S, 62 anos, 9 filhos, viúva, dado à autora em 15-03-201.

tendo como base o favor, ele não é capaz de ocultar por completo a existência do discernimento quanto à ação política dos pedintes.

Assim, os pedidos individuais guardam ambivalência. Se a participação direta e o direito de ser ouvido parecem ser frágeis, os sujeitos dominados inventam estratégias, rupturas, válvulas de escape, ainda que, como consequência, haja a manutenção e a reprodução de valores dominantes. O fato é que os reivindicantes movimentam-se como é possível, por meio de pedidos, demandas táticas e práticas de resistência, construindo uma concepção muito própria do político.

CAPÍTULO III

PELO DIREITO DE TER DIREITOS

Os sujeitos demandantes mencionados nos capítulos anteriores instigaram a percepção de outra realidade política, possível a partir do agir coletivo e também da ação individual. Ainda que envolvidos na cultura política do clientelismo, os sujeitos estudados até aqui extrapolaram várias das relações de poder arraigadas, mostraram estratégias políticas próprias e puderam criar novas relações. Foram além dos limites instituídos historicamente pelas relações de dependência, na percepção e na tentativa de resolução dos problemas enfrentados. Mesmo não obtendo resultados favoráveis em todas as suas iniciativas, acreditaram na capacidade de organização e na busca de transformações, diante de suas insatisfações sociais. Formaram grupos de mobilização e de associação, utilizaram abaixo-assinados como forma organizada de pressão, como ação de enfrentamento dos problemas e, também, procuraram formas individuais de ação, quase sempre estabelecendo relações com algum representante institucional. Assim, buscaram constituir laços institucionais a partir de suas demandas e, no jogo de poder das relações políticas, inseriram-se como sujeitos de demandas. Foram exigentes por respostas concretas do poder institucionalizado, seja enquanto sujeitos coletivos ou individuais. Ativaram as relações entre demandantes e demandados. Fortaleceram os laços de representatividade. Exigiram respostas e agiram, para isso, ora de uma maneira, ora de outra.

Entretanto, a história das demandas políticas em Montes Claros não se esgota em sujeitos, ações e relações imediatamente visíveis no jogo institucionalizado de demandantes que recorrem coletivamente ou individualmente a figuras institucionais, como vereadores, presidentes da câmara e prefeitos. Muitas demandas também se apresentaram por outras formas, muitas delas transgressivas, mas igualmente presentes, muito significantes e expressivas da cultura política em sociedades heterogêneas e desiguais, como a sociedade brasileira contemporânea.

Neste capítulo, a prioridade reside em descrever e analisar situações em que os sujeitos se constituem como demandantes por meio de outras estratégias, muitos delas transgressivas, ilegais e violentas, que nem chegam a recorrer às ações políticas institucionalizadas. Trata-se de considerar a atuação de certos sujeitos que, dificilmente, constituem-se como clientes, pela fraca força política de que dispõem, uma vez que não são

reconhecidos com legitimidade nas relações políticas, tendo em vista a desqualificação de poder de barganha no âmbito institucional. Almeja-se enfatizar formas transgressivas, clandestinas e ilegais de atuação que são, contudo, tão legítimas quanto às apresentadas no capítulo anterior¹⁵⁹.

Entre essas formas estão a provocação e a exaltação dos ânimos, a reclamação com retórica agressiva, o bate-boca, o grito, os quebra-quebras, o vandalismo e ainda variadas manifestações de violência simbólica, como a exibição ostensiva da miséria, da velhice e da doença, e, por fim, até mesmo a indiferença e o silêncio praticados por certos sujeitos perante as instituições. Demonstra-se, então, como os sentimentos de humilhação, injúria, raiva, revolta, indignação podem ter impulsionado práticas nada formais de demandar pelos direitos sociais. Trata-se de considerar as lutas que se dão nos menores gestos, movimentos e ações cotidianas que, eventualmente, podem constituir impactos políticos mais amplos. Mesmo não se constituindo meios institucionais de manifestação, essas formas de demanda incomodam e causam impactos na história recente da cidade, exatamente porque se multiplicam cada dia mais diante das inúmeras necessidades crescentes e pela dificuldade de serem percebidas nas relações políticas formais. Demonstra-se que nas tramas não institucionais tecidas no jogo político da cidade, os sujeitos agem estrategicamente na luta pela sobrevivência, articulam a partir de interesses próprios e também coletivos, criam valores, laços de solidariedade e modos de vida particulares. Portanto, a intenção, nesta parte do trabalho, é caracterizar como alguns sujeitos criam estratégias de luta, forma de resistência e de sobrevivência variadas e que merecem ser visualizadas na história política da cidade.

De fato, a distância das relações institucionais desses sujeitos, seja com órgãos públicos como a prefeitura, suas secretarias, seus Centros de Referência de Assistência Social (os CRAS), seja por sua distância do poder legislativo ou, ainda, dos órgãos públicos e privados, como as organizações civis, escolas, as Organizações não-governamentais –

¹⁵⁹ É preciso ressaltar que o cenário político atual de Montes Claros comporta uma diversidade enorme de práticas legítimas de participação política, ainda que muitas sejam tachadas pela mídia, pelas corporações do direito, pela polícia e por outros grupos como transgressivas e ilegais. “Transgressivas, clandestinas e ilegais” são denominações pejorativas para algumas práticas aqui descritas. Entretanto, devem ser consideradas de forma histórica e questionadora. Faz-se de suma importância colocar que este trabalho não vangloria ou legitima a violência. O intuito é mostrar que muitas ações transgressivas, ilegais e até violentas tornam-se formas de resistência e denúncia social de sujeitos destituídos do direito de “ter direitos”. Diante da realidade de não se ter “a quem recorrer” diante dos problemas e da busca de solução, a saída encontrada por muitos sujeitos são práticas que, por vezes, impactam mais rapidamente os demandados. No ensejo de serem vistos e ouvidos, o desespero torna-se a alavanca na forma de demandar. É preciso pensar o social como uma realidade múltipla, assim como em seus sujeitos que buscam práticas também múltiplas de acesso aos direitos sociais.

ONGs, as diversas associações civis, igrejas, associações de bairros, ou mesmo com os órgãos do judiciário (como o Ministério Público, a Justiça do Trabalho), faz com que não sejam percebidos nem mesmo como clientes. A despeito dessa quantidade enorme de instâncias que podem ser demandadas, o que se observa é que suas inúmeras necessidades, não conseguem ser formalmente encaminhadas, por várias razões. Por isso, partem para outras formas de expressá-las, sendo muitas de suas ações políticas tachadas como vandalismos, badernas, bagunças, anarquias. Sem vínculos institucionais consistentes, as dificuldades em demandar formalmente espelham a multiplicação constante dos inúmeros problemas vivenciados por esses sujeitos no dia a dia. Entre muitas dificuldades, enfrentam o desemprego, o trabalho precário e desqualificado, as precariedades na habitação, na atenção à saúde, no transporte público, na alimentação, na segurança e tudo isso exemplifica a fragilidade de seus laços institucionais.

Assim, à primeira vista, a existência desses sujeitos torna-os nulos nas relações de poder. Contudo, em suas lutas pela sobrevivência, estão presentes na paisagem urbana e pressionam a sociedade de várias formas, desde a adoção de condutas aparentemente passivas até manifestações de violência das mais difusas. Por isso, neste capítulo, são abordadas situações cotidianas, histórias do dia a dia desses sujeitos imersos em dificuldades sociais e tolhidos em seus esforços para resolvê-las.

3. 1. Manifestações Transgressivas

Em Montes Claros, é possível ouvir muitos relatos de pessoas pobres e suas tentativas frustradas, ao pleitearem direitos simples, como o acesso à saúde, à alimentação, ao emprego, à segurança e à renda, tentativas que se desdobraram no uso da agressividade, das palavras que impactam, da transgressão verbal, da alteração da voz, da briga, da queima de pneus, do vandalismo. Durante a interlocução com os entrevistados, inicialmente, foi difícil encontrar pessoas que se reconheceram autoras de outras formas de demandar que não fossem as institucionalizadas. A vergonha e o constrangimento em se colocar como autores de discussões, brigas, quebra-paus, atitudes exaltadas e violentas decorrem das representações pejorativas que a sociedade atribui a tais ações, desqualificando-as de seu teor político. Faz-se importante ressaltar que, comumente, manifestações pessoais transgressivas, mesmo legítimas, são tachadas de vandalismo, depredação, barraco, anarquia, bagunça e diversos outros termos pejorativos, obrigando seus agentes a permanecerem na invisibilidade. No entanto, buscando mais meticulosamente e discutindo

essas ações sem suas conotações pejorativas, foi possível encontrar aqueles que, nas tentativas de serem atendidos ou simplesmente ouvidos, tiveram que apelar para práticas não convencionais. Veja-se a narrativa a seguir:

Eu não sei se já me exaltei. Uma vez eu fui ao posto de saúde pra tentar uma consulta, estava com o corpo doendo e um pouco de febre. Aí a moça disse que o médico já tava indo embora, não podia atender, me mandou ir pra umas dessas policlínicas ou pronto-socorro. Aí eu toda doída fui pro Universitário, cheguei lá era umas quatro horas da tarde, aí a moça já me disse que eu tinha que ir era pro posto de saúde, que esses casos é no posto que resolve. Aí ela não quis fazer a ficha não, e disse que o médico que tava atendendo não ia atender mais ninguém, já tava completo, e eu lá, você imagina a pessoa, pegar lotação doente pra ir no hospital e chegar lá e não ser atendido, aí eu revoltei mesmo, ia fazer o quê, tirei forças não sei da onde, da revolta mesmo, **falei alto com ela, fui mal-educada** mesmo pra ver se resolvia, disse que não saía dali não, que aquilo era um absurdo, a gente paga aquele atendimento ali também, **que eu ia entrar lá dentro** e ia ver se o médico não ia atender eu não, **que metia o pé na porta**, porque a gente vai morrer, por causa deles não querer atender a gente¹⁶⁰?

O depoimento da entrevistada revela bem que as demandas podem se expressar por maneiras nada burocráticas ou convencionais. O acesso a um direito negado, a saúde, foi o estopim para uma forma de demandar fora dos moldes convencionais. A demandante alterou o tom da voz, foi grosseira com a atendente, tentou coagi-la propositadamente, ameaçou utilizar mais diretamente da violência, tudo na intenção de consolidar sua demanda.

Assim, diante da dificuldade em garantir, dia a dia, os direitos da cidadania, restam como saída as práticas mais imediatas e, por vezes, mais impactantes. O calor do momento, os sentimentos aflorados e a certeza da supressão do direito contribuíram para impulsionar práticas de demandas inesperadas. Raiva, chateação, injúria, indignação, ansiedade, revolta, dor e ardência no coração, nervoso e a vontade de choro foram alguns sentimentos relatados, sensações que evidenciaram a frustração vivida na busca pelo direito de ser ouvido e atendido, e vieram à tona no momento de optar pelas demandas transgressivas. No relato em foco, demandar sob emoções parece ter funcionado, mesmo sem garantia de que o resultado eventual de atenção ao direito social resultará em política pública regular e consistente. Ainda que a consulta tenha demorado, a demandante não precisou dirigir-se a outro ambulatório médico. Assim, é possível visualizar como a coação individual e eventual pode tornar-se estratégia política na aquisição do direito.

¹⁶⁰ Depoimento da senhora M. N., 55 anos, 2 filhos, separada, dado à autora em 14-09-2011.

Aí depois que eu xinguei eles fizeram a ficha, mas demorou, só que o médico que me atendeu eu acho que era do outro plantão, porque eu fui sair de lá era quase nove horas da noite, mas eles atenderam. Deixa se eu não tivesse gritado... Ah e ainda tem mais, a mulher disse baixinho, mas eu escutei “esse povo barraqueiro mal-educado que não sabe se portar”¹⁶¹.

Exemplos assim se multiplicam na história de sujeitos destituídos do direito de ter direitos. Querer ser ouvido e atendido não esconde o desejo político inserido em relações de poder entre sujeitos desiguais, momento em que agir de forma diferente das convenções sociais legitima-se. A mesma entrevistada registrou ainda um fato presenciado por ela e que chama atenção pela identificação de uma mesma atitude conhecida e, no entanto, repetida cotidianamente em todas as cidades do Brasil, quase sem exceção:

Bem, uma vez eu estava aqui no posto e aí já chegou um homem xingando mesmo, falando palavrão e falando que ia atirar ne todo mundo se o médico não atendesse ele. E você acredita que o médico atendeu? A atendente ficou com medo, ficou vermelhinha¹⁶².

A lembrança do fato, ao relatar sua própria experiência nas falas anteriores, mostra um momento de cumplicidade entre sua ação e a daquele homem que, até então, nunca tinha visto. O homem, por ela citado, chegou ao centro de saúde utilizando daquilo que mais diretamente dispunha no momento, sua fala enfática, enérgica e agressiva no pleito ao pedido.

Dessa forma, se para muitos a ida a um órgão formal confirma a restrição dos direitos, a utilização da agressividade surge sem que se possa avaliar quando se trata de reação espontânea ou racionalizada anteriormente, podendo ser um pouco das duas opções. O fato é que se a demanda não é encaminhada formalmente, se a esfera pública é espaço bloqueado, o uso da ameaça aparece como recurso político, como se percebe em mais este depoimento:

Inclusive muitos aqui já até ameaçaram assim algumas pessoas da equipe técnica, inclusive **tem a assistente social aqui ela foi até ameaçada** [...]. Então geralmente as famílias que a gente atende já têm um histórico mesmo de famílias no tráfico, com prostituição, não todos né, aqueles que têm geralmente esse perfil, eles nos procuram e **assim eles usam de ameaça**, até eu mesmo, teve uma senhora aqui que tem um marido que tava recluso né, no presídio, aí ela falou assim, **ah, ele tem pouco tempo pra sair e eu vou mandar vingar de todo mundo aqui, porque eu não recebi nada daqui mesmo**, porque assim né, ela era de outro polo, nesse polo ela era beneficiada pelos programas de alimento, aí ela veio pra cá, só que aí a gente já tinha as 100 famílias e não tinha como incluir ela, eu

¹⁶¹ Depoimento da senhora M. N., 55 anos, 2 filhos, separada, dado à autora em 14-09-2011.

¹⁶² Depoimento da senhora M. N., 55 anos, 2 filhos, separada, dado à autora em 14-09-2011.

tentei assim várias formas de explicar pra ela que, como ela veio de outro polo e já estava funcionando o programa aqui, então não tinha como eu incluir ela, que era muito difícil incluir no momento, e quando tivesse oportunidade de incluí-la o nome dela iria está lá né [...] porque não era só ela que estava na situação. Várias famílias que a gente tem aqui e não pôde incluir, que está na mesma situação que você, **mas muitos usam de ameaça**¹⁶³.

O relato acima é da assistente social de um dos CRAS de Montes Claros, órgão de referência à assistência social. A demandante desejava ser incluída no programa do governo federal, o Programa de Aquisição de Alimentos – PEAA. No entanto, como o programa atendia 100 famílias e naquele polo já se encontrava cadastrado esse número, não havia como, no momento, incluí-la. A demandante, insatisfeita com a resposta negativa, utilizou da ameaça para que sua demanda fosse aceita: “ah ele tem pouco tempo pra sair e eu vou mandar vingar de todo mundo aqui, porque eu não recebi nada daqui mesmo”.

A agressividade usada para demandar evidencia que a violência pode ser incorporada pelos demandantes, ao invés da utilização de formas institucionalizadas, como a elaboração de abaixo-assinados, pedidos individuais ou outras formas reconhecidas como racionais e legais. A ação ou mesmo a fala violenta revestem-se de imprevisibilidade e de imponderabilidade, que chocam o outro lado da relação. Consequentemente, o uso da violência cria um impacto sobre a seriedade da demanda e sobre as formas de recepção dos demandados. Os relatos de várias pessoas entrevistadas enfatizam a prática da violência verbal, mas ao mesmo tempo admitem seu uso apenas como recurso extremo para requerer a atenção a suas demandas. Diante disso, a esfera política e suas instituições perdem cada vez mais credibilidade por não mais conseguirem atuar no desenvolvimento social e na extensão dos direitos de cidadania. Em relação às instituições, “a responsabilidade política tende a se volatilizar”¹⁶⁴. Quando muito, prevalecem ações burocráticas regulares, engessadas em um padrão rotineiro, tais como disponibilizar senhas, ou um número de telefone gratuito para perguntas e respostas. Essas ações em nada resolvem quando se demandam acessos de emergência ou urgência, que são muito comuns entre os sujeitos da população pobre. “Se a democracia tem cada vez mais dificuldade de prestar contas à cidadania, isso se deve, em boa medida, ao fato de já não se saber ao certo do que a política é responsável”¹⁶⁵. Entretanto, os discursos dos agentes institucionais reiteram que se investe

¹⁶³ Depoimento da senhora I. S. G, 26 anos, sem filhos, solteira, dado à autora em 02-09-201.

¹⁶⁴ LECHNER, Norbert. Os novos perfis da política: um esboço. In: *Lua Nova*, n.º 62, 2004, p. 16.

¹⁶⁵ *Ibid.*, p. 16.

em produtividade e rapidez dos serviços públicos, nos direitos ao trabalho, à previdência, à saúde, à educação, à moradia, ao lazer.

Nessas condições, é preciso situar que as formas de demandas transgressivas se colocam como resposta a uma cidadania restrita a poucos, que por ela podem pagar. As demandas de caráter transgressivo dão-se em meio à precariedade dos direitos sociais e à própria fragmentação da atuação coletiva, como se percebe neste outro relato, em que a agressividade também parece ser característica da demanda.

[...] **Então muitas mães também ameaçam a gente** [...] porque aqui a gente acompanha crianças que já foram abrigadas e podem ser que retornem de acordo com nosso relatório, nosso acompanhamento. Então muitas vezes elas falam igual foi o caso dessa assistente social **que foi ameaçada aqui**. Ela já acompanhava essa família que os filhos dela já tinha sido abrigado e poderia sofrer de novo, ir pra instituição de acolhimento de novo porque, por causa da questão dela, ela era usuária de droga, então assim as crianças estavam sem escola, sem alimentação, como andarilhos na rua, e várias vezes ela [assistente social] falou pra ela [a mãe] não tratar as crianças dessa forma que ela não ia permitir e foi orientando. Aí quando ela [a mãe] viu que o Conselho Tutelar foi lá com a permissão pra pegar as crianças, as crianças fugiram, o Conselho Tutelar não conseguiu, aí ela veio aqui falou que o Conselho Tutelar tinha ido lá pegar e que ela sabia que a assistente social tinha falado, **aí ela ameaçou**, falou assim, falou nesses termos, **“Pra enfiar a faca nela é daqui pra ali”**. Dessa forma que ela falou. **Então a gente corre muito risco também**. Não todas né, porque tem família que tem a referência mesmo aqui do CRAS [...] que compreende¹⁶⁶.

As demandas podem apresentar diferentes características e ter motivações diversas, inclusive de caráter mais implícito e emotivo. A mãe ameaçou a assistente social por acreditar ser dela a culpa da visita do Conselho Tutelar com autorização para recolher as crianças. Sua reação diante do fato foi prontamente ameaçadora: “Pra enfiar a faca nela é daqui pra ali”. Longe de buscar outros recursos para demandar a guarda das crianças, a mãe utilizou da ameaça para garantir o suposto direito aos filhos; ela dirigiu-se até a instituição do CRAS e não titubeou ao ameaçar a assistente social. A mãe utilizou a coação para mostrar que ficaria com os filhos. No caso, não se configura demanda explícita e formal, que constitui a relação entre demandante e demandado. Deve-se indagar o que a mãe demandava. Seria o desejo de estar com os filhos? Denunciar sua condição social? Mostrar a certeza de que daria conta de cuidar das crianças? Ou apenas portou-se assim por possivelmente estar sob efeito de entorpecentes químicos? Apesar da demanda não ser explícita, pode-se fazer inferências.

¹⁶⁶ Depoimento da senhora I. S. G, 26 anos, sem filhos, solteira, dado à autora em 02-09-2011.

A violência é impulsionada num ambiente de sujeitos excluídos socialmente e que não conseguem sequer explicitar suas demandas. Não se está aqui argumentando que a violência se faz presente apenas e sempre em espaços onde a miséria predomina. Não se desconsidera a presença de ações violentas em outros espaços sociais, tendo em vista que ela é um fenômeno complexo, presente em inúmeros lugares e manifestando-se por diversos motivos. Em muitos casos, a violência como forma de demandar reflete sujeitos sociais destituídos de laços institucionais. Em meio a um contexto social tenso e excludente, o que sobra é a possibilidade de instituir demandas via ações transgressivas. A coação feita pela mãe é mais do que um problema social; é uma forma de demandar e expressar mazelas sociais incontornáveis. Ela mostra a realidade da exclusão, que traz como sentimento a desvalorização da vida, tanto do outro quanto a sua própria. O suposto ato de “enfiar a faca no outro” demonstra a desvalorização da existência humana, da vida, e como o ato torna “prático e fácil” para aqueles que muito pouco têm a perder. Se a vida do outro pouco vale, também a sua vale pouco, diante da exclusão social. A vida é objeto secundário e, por isso, é tão fácil de ser ameaçada.

Neste outro registro, as demandas também se constituíram por meio de expressões transgressivas e violentas.

Olha, depois de prometido, ficou pronto [os apartamentos] no mês de abril do ano passado, aí ficava, vai entregar tal mês e passava, vai entregar neste mês e não entregava, ah, vai entregar no dia do aniversário da cidade, e passava, aí passou o mês de junho, julho e **o povo já queria invadir**, porque já estava pronto, o povo tinha inclusive já escolhido seu apartamento, já tava o nome, as contas de água estava chegando, a de luz, e tudo no nome da pessoa, e sendo que as pessoas não tava usando né? **Mas eles ia invadir mesmo, foi por pouco que não invadiu, porque é um absurdo né?**¹⁶⁷.

A disposição de invadir foi o recurso pensado. Os apartamentos entregues aos moradores da Vila Mauriceia¹⁶⁸, apesar de prontos, segundo a entrevistada, não foram imediatamente entregues. Para a população, isso representou uma afronta aos seus próprios

¹⁶⁷ Depoimento da senhora V., 51 anos, 8 filhos, solteira, dado à autora em 25-02-2011.

¹⁶⁸ O “Vila Mauriceia” situa-se na região Oeste de Montes Claros. O bairro foi formado em meio a ocupações de lotes situados debaixo da rede de alta tensão da CEMIG. Uma parte da população ainda vive em condições precárias no que se refere à rede de esgoto e energia elétrica. No ano de 2010, trinta e duas famílias foram retiradas debaixo de uma parte da rede de alta tensão e transferidas para apartamentos construídos pela CEMIG em parceria com a prefeitura da cidade. O projeto prevê a construção de mais novos apartamentos para a retirada de outras famílias que vivem na área de risco da CEMIG. Próximo ao bairro, está situada a Universidade Estadual de Montes Claros, bem como residências e prédios de alto valor econômico. Limitam com o Vila Mauriceia os bairros Santos Reis, Jardim Panorama, Todos os Santos e Ibituruna. O acesso ao bairro é por vias calçadas, tendo em vista o crescimento de outros bairros no seu entorno.

direitos de cidadania. A saída seria a invasão, como meio imediato de solucionar o problema. As pessoas reivindicam, exigem também desta maneira. Neste caso, se a invasão tivesse se concretizado, o recurso nada teria de institucional, mas seria tão legítimo quanto um abaixo-assinado¹⁶⁹. Ficou evidente que nem sempre a melhor opção é pelos caminhos burocráticos do espaço público formal. Muitas vezes, ações contrárias às práticas formais são preferíveis. Neste caso, invadir, linchar, colocar para correr, depredar, brigar, exaltar e xingar são protesto, em meio aos vínculos institucionais frágeis daqueles que não conseguem, por meios formais, viabilizar o atendimento às suas demandas. Se as demandas não são ouvidas e muito menos atendidas, a solução é mostrar a insatisfação de outros modos, às vezes, mais perceptíveis. Modos que independem de laços institucionais formais. Invadir, linchar e depredar constituem, também, práticas de resistência de uma população que deseja ser percebida como cidadã.

As demandas acabam se tornando inusitadas e imprevisíveis em um ambiente social tenso. Como resultado, a violência se faz presente. Demandas que se expressam via uso da violência é um sintoma claro de uma sociedade não garantidora dos direitos sociais. Mais do que condenar algumas práticas, talvez fosse o caso de se redefinir projetos de transferência de renda bem como as noções de progresso e desenvolvimento, que ainda hoje excluem grande parte da população.

Além disso, repetidamente, a burocracia dos órgãos públicos deixa muito a desejar. Quase sempre restritos em suas funções, mesmo quando dispõem de alternativas de soluções possíveis, emperram frente à morosidade e diante da cartilha do que podem ou não fazer. Em muitos casos, isso acaba gerando frustração, por não resolver diretamente o

¹⁶⁹ O projeto da CEMIG de entrega de casas aos moradores da Vila Mauriceia não tem apenas um discurso humanístico social. O depoimento da entrevistada revela bem algumas das outras intenções “Eles vão tirar o povo debaixo da rede, porque eles fala que se tiver que mexer numa rede dessa, eles não podia mexer por causa das casas”. O próprio risco de indenizações futuras, o direito de posse de uma terra já ocupada e configurada como moradia há tanto tempo e clima social tenso mostram-se como questões centrais no processo de remoção das famílias debaixo da rede de alta tensão. A Revista “*UNIVERSO CEMIG*” do grupo CEMIG, de novembro-dezembro/2010, publicou a reportagem “Vida Fora de Perigo”, explicando o projeto da CEMIG “Equacionamento e Prevenção da Ocupação humana sob linhas de transmissão e subtransmissão” cujo objetivo seria retirar e reassentar as famílias que moram nas áreas de risco próximas as linhas de transmissão. Segundo a reportagem, “o principal risco das ocupações irregulares é o acidente por choque elétrico. [...] Os níveis de tensão das torres vão de 69 mil até 500 mil volts. Em caso de contato, gera uma descarga fatal ao ser humano. De acordo com o engenheiro, outros tipos de acidentes também podem ocorrer, como a queda de pessoas que, inadvertidamente, sobem nas estruturas das torres e o rompimento dos cabos de energia por furto ou vandalismo”. A reportagem cita o programa acontecendo na Capital de Minas Gerais, em Belo Horizonte, na região dos bairros Gutierrez e Grajaú, no aglomerado Morro das Pedras, e no interior do norte de Minas, na Vila Mauriceia. Conclui a reportagem: “Um programa semelhante ao do Morro das Pedras também está acontecendo na Vila Mauriceia, em Montes Claros, no Norte de Minas”. CF. REVISTA DO GRUPO CEMIG. *UNIVERSO CEMIG*. Ano 1, n.º 4, novembro-dezembro/2010, p. 14 a 17.

problema da população, que não dispõe de recursos financeiros e tempo para ser mandada de um lugar a outro.

Aparecem muitas famílias aqui [no CRAS], a mãe ou o pai pra requerer internação [do dependente químico]. [...] Aí a gente orienta, porque aí é um caso de saúde. Porque aí a própria saúde vai encaminhar [...], só que a maioria é álcool e droga, aí não é internação, ele vai fazer um acompanhamento contínuo lá, aí caso for internação é a equipe técnica [...] que vai providenciar; caso ele queira a internação particular, aí cabe a família né, só que eles pensam que aqui a gente vai internar né e fazer tudo, a gente orienta e aí **quando muitos vê que não vai resolver aqui aí eles ficam alterados e quer que resolva aqui**, e aí a gente fala que não é aqui, é na saúde que resolve, a gente pode orientar¹⁷⁰.

O órgão de atendimento às demandas sociais existe, no entanto não é capaz de resolver o problema. A frustração é imediata diante da existência física de um lugar público que não responde pelo problema. Como consequência, a alteração e a indignação acontecem face ao direito tolhido à saúde, à segurança e ao bem-estar do doente e da família. A mudança de comportamento relatada acontece em função do sentimento de revolta, ao saber que o órgão público não será capaz de resolver o grave problema. E se mandado para outro lugar, nada garante que a resposta também não será negativa, como no relato abaixo:

Eu vou no lugar aí lá não consegue, vou no outro também não é lá não, aí chego no posto é lá, mas aí ou não tem vaga, ou eles nos enrola, ou manda voltar de novo outro dia pra gente esquecer ou a gente mesmo resolver o problema de outro jeito. É assim, minha filha, você é jogada de um lado pro outro e ninguém resolve seu problema. É desesperador. E você recorre a quem. Só mesmo Deus, ou então você revolta mesmo e sai brigando e revoltando com tudo. É igual o dentista, você vai e não atende, fala pra ir tal dia, aí você vai à tarde porque tava trabalhando e eles inventa e fala que você chegou tarde, volta semana que vem, aí você vai e eles diz que a dentista tá de folga na semana, e é assim e eles te vence pelo cansaço mesmo. No dia que você chega lá **revoltada e cansada e já xingando** aí eles olham um pouco mais pra você, **fica com medo**, mais do contrário, é difícil viu¹⁷¹.

Não ter a quem recorrer via institucional traz a insegurança de que o problema continuará. Com a precariedade dos serviços públicos, prorroga-se ao máximo o atendimento, seja pela falta de recursos ou de vagas, seja pelos poucos assistentes ou o defasado número de profissionais. A entrevistada referia-se à ida na secretaria de saúde

¹⁷⁰ Depoimento da senhora I. S. G, 26 anos, sem filhos, solteira, dado à autora em 02-09-2011.

¹⁷¹ Depoimento da senhora M. N, 55 anos, 2 filhos, separada, dado à autora em 14-09-2011.

para maiores esclarecimentos. Foi, por conseguinte, mandada para um órgão da secretaria de assistência social e, por fim, para o centro de saúde do seu bairro, local onde já havia ido e não resolveram o problema.

Neste sentido, parece intencional esquivar-se do problema, ludibriando por meio do cansaço, como nos relatou dona Maria: “e eles te vence pelo cansaço mesmo”, e seu Humberto no depoimento a seguir: “Aí o tempo vai só passando, você cansa, desiste”¹⁷². Se buscar um órgão não resolve pelo argumento de que não é este, vai-se a outro e também não estará lá a solução do problema: “Você vai na prefeitura, a prefeitura fala que é a CEMIG, você vai na CEMIG e eles falam que é a prefeitura, e por aí vai”¹⁷³. Resta, por fim, a descrença política nas instituições públicas e nos agentes do poder político, sobretudo daqueles que representam a coletividade no regime de representatividade.

A descrença política nas instituições públicas e nos agentes do poder político é discutida substancialmente por Lechner (2004) ao descrever o quadro da sociedade neoliberal. Lavallo¹⁷⁴ (*et al.*) também fala a respeito. Se a esfera pública é apropriada em defesa de interesses privados, as demandas sociais dificilmente são recepcionadas e o ideal de democracia torna-se frágil e impotente frente ao neoliberalismo e ao capital financeiro. Para completar, a decadência dos movimentos sociais contribui para que se torne ainda mais fragilizada a noção de representatividade. Com a fragilidade dos movimentos sociais, resultado dessa nova estrutura social, a representação política coletiva, base da democracia, é ainda mais irreal na esfera política formal, aumentando o descrédito para com as figuras e instituições políticas, como se constata no exemplo abaixo:

Tem uns postes pra ser trocado, dentro da comunidade que a gente reivindicou também e até hoje não fez nada, né? Eles vem e olha, olha e volta e diz que depende da prefeitura. Um poste desse diz que é um absurdo pra eles lá, o que eles questiona é isso pra gente, e não **tem como fazer porque o poste fica muito caro, né?** Pra trocar um poste de madeira por um poste de cimento que a gente tá necessitando aqui hoje. A gente reivindicou, levou ao conhecimento da CEMIG pra trocar os postes de madeira e a CEMIG retornou pra gente falando que a prefeitura que tem que autorizar porque depende da parte de finanças. Então quando se trata de finanças a prefeitura tem que autorizar, porque eles não pode fazer. Já falou [a prefeitura] que não tem como trocar porque o poste fica caro. Então **a gente fica na expectativa esperando, na boa vontade deles porque a gente não pode fazer nada. Fazer o quê? Cobrar a**

¹⁷² Depoimento do senhor H. L. R, 45 anos, 3 filhos, casado, dado à autora em 18-07-2011.

¹⁷³ Depoimento do senhor H. L. R, 45 anos, 3 filhos, casado, dado à autora em 18-07-2011.

¹⁷⁴ LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. *Revista Lua Nova*, n.º 67, São Paulo, 2006, p. 49-103.

gente cobra, mas fazer o quê? Você vai na prefeitura, a prefeitura fala que é a CEMIG, você vai na CEMIG e eles falam que é a prefeitura, e por aí vai. Aí o tempo vai só passando, você cansa, desiste.¹⁷⁵

Como resultado, o cidadão sente-se enganado por parte do poder político, sobretudo ao colocar a explicação do problema como “cara”, o que parece pouco explicável, se há projetos executados com verbas bem mais vultosas. Assim, as demandas entram no jogo político atravessado por interesses particularizados e, por isso, permanecem sem respostas satisfatórias. As demandas populares se desintegram frente a demandas pessoais, particulares, privadas e eleitoreiras. Dessa forma, as demandas socialmente mais relevantes numa comunidade acabam sendo esquecidas face à dificuldade de até mesmo pleiteá-las.

Mas as ações transgressivas não se dão apenas de forma individualizada, como em alguns exemplos vistos até este ponto. Também ocorrem como iniciativas coletivas, o que parece, por vezes, mais impactante do que outras formas de demandas, sobretudo porque chamam a atenção da opinião pública. Em dois casos retirados de reportagens *online* do “Jornal do Norte”, problemas de infraestrutura desaguaram em ação transgressiva coletiva¹⁷⁶.

Segundo Boletim de Ocorrência descrito em reportagem virtual na página online do “Jornal do Norte”, reportando à data de 19 de abril de 2006¹⁷⁷, os moradores da Rua Jardel Filho estavam: “Insatisfeitos devido ao descaso para o problema, uma vez que em época chuvosa constantemente acontece o mesmo problema [...]”. O problema pelo qual os moradores reclamavam há mais precisamente oito anos, estava no fato de a rua não comportar mais a água da chuva, já que a vazão teria sido reduzida após serviço de escoamento pluvial feito pela municipalidade. Para completar, segundo morador, “não há interesse político em resolver o nosso problema” que se arrasta por anos. Diante do problema, as **“vítimas fecharam a rua, fazendo barricadas com paus e pedras, e incendiaram pneus”** (Grifo nosso). E ainda ameaçaram “- Não vai ter mais rua, vamos fechar a Jardel Filho. Isto vai acontecer se a prefeitura não atender nossa solicitação [...]”.

¹⁷⁵ Depoimento do senhor H. L. R, 45 anos, 3 filhos, casado, dado à autora em 18-07-2011.

¹⁷⁶ Sobre as ações políticas às quais nos referimos, conferir as seguintes reportagens: NUNES, S. Protesto interrompe Rua Jardel Filho nesta manhã: problema vem se arrastando há oito anos e causa danos aos moradores de parte da Vila Regina. *O Norte.net.*, Montes Claros. 19 abri. 2006. Disponível em: <<http://www.onorte.net/noticias.php?id=2830>>. Acesso em: 20 set. 2011; e NUNES, S. Protesto contra o prefeito vira caso de polícia: manifestação contra Athos isola Cidade Industrial. *O Norte.net.*, Montes Claros. 04 out. 2007. Disponível em: <<http://www.onorte.net/noticias.php?id=10725>>. Acesso em: 20 set. 2011.

¹⁷⁷ NUNES, S. Protesto interrompe Rua Jardel Filho nesta manhã: problema vem se arrastando há oito anos e causa danos aos moradores de parte da Vila Regina. *O Norte.net.*, Montes Claros. 19 abri. 2006. Disponível em: <<http://www.onorte.net/noticias.php?id=2830>>. Acesso em: 20 set. 2011.

No segundo caso, também em reportagem *online* do mesmo jornal, foi noticiado, em 04 de outubro de 2007¹⁷⁸, que “moradores **colocaram fogo em pneus e impediram a entrada do ônibus da Transmoc na comunidade**” (Grifo nosso), além de terem impedido o caminhão de lixo de entrar no bairro: “Caminhão que recolhe o lixo só entrou no Cidade Industrial depois de entendimentos entre os manifestantes e a polícia militar”. Além disso, o fato de a polícia militar estar e permanecer no local evidencia como práticas simples de pessoas pobres são interpretadas como ações ilegais, haja vista a participação efetiva da polícia militar sob o discurso de garantir zelo e segurança a todos: “[...] desde às 5h da manhã a policia militar, inclusive o Gate - Grupo de Apoio Tático e Especial, ocuparam o Cidade Industrial [...]”. Fato é que os policiais estavam presentes denunciando como atitudes de sujeitos pobres são comumente tachadas como manifestações ilegais.

Ambos os casos apontam movimentos transgressivos de moradores insatisfeitos, incluindo queima de pneus, barricadas de paus e pedras impedindo o trânsito, fechamento da rua, impedimento de circulação do carro de coleta de lixo. No primeiro caso, os moradores da Rua Jardel Filho, localizada no bairro Vila Regina¹⁷⁹, reclamavam há precisamente oito anos que, após serviço de vazão pluvial feito pela prefeitura, a rua não comportou mais a água da chuva. Além disso, parte dos moradores concluiu que havia pouco interesse político em resolver o problema, tendo em vista a longa espera pela resolução do problema:

[...] aproximadamente 15 famílias estão sendo prejudicadas pela falta de escoamento de água, tendo inclusive acontecido perdas, como roupas, colchões, geladeiras, sofás e computadores. Essas perdas se dão com a entrada de água em algumas casas, chegando a alcançar até um metro e meio de altura [...] No mês de março último, foi feito um BO - Boletim de ocorrência de número 15.920/06. No histórico da ocorrência está contido o seguinte conteúdo:

- Segundo declarações das vítimas, moradores do local supracitado, após defeito no sistema de ligação da rede pluvial, da secretaria de Serviços Urbanos, a tampa que lacra a rede, devido ao grande volume de água, foi projetada para fora, causando uma grande inundação no local, adentrando água nas residências das vítimas, causando danos em muros, paredes e portas. A água nas residências atingiu uma altura de aproximadamente 80 cm. Insatisfeitos devido ao descaso para o problema, uma vez que em época chuvosa constantemente acontece o

¹⁷⁸ NUNES, S. Protesto contra o prefeito vira caso de polícia: manifestação contra Athos isola Cidade Industrial. *O Norte.net.*, Montes Claros. 04 out. 2007. Disponível em: <<http://www.onorte.net/noticias.php?id=10725>>. Acesso em: 20 set. 2011.

¹⁷⁹ O bairro “Vila Regina” está localizado próximo à área central da cidade de Montes Claros. Seu acesso se dá pela Avenida Sidney Chaves.

*mesmo problema, as vítimas fecharam a rua, fazendo barricadas com paus e pedras, e incendiaram pneus. Compareceram ao local representantes da Copasa, detectando que o problema não era da rede de esgoto, pertencente à Copasa, e sim da rede pluvial pertencente à secretaria de Serviços Urbanos. Compareceram ao local o pessoal da Esurb, procedendo à limpeza do local. As vítimas foram orientadas sobre procedimentos legais. Ao vosso conhecimento e providências cabíveis. [...]*¹⁸⁰. (Grifo nosso)

Neste caso, a ação descrita no Boletim de Ocorrência pareceu se aproximar de outras formas de demandas mais institucionais e legais. No entanto, diante da falta de respostas concretas ao longo dos oito anos, chamar a atenção por meio de práticas mais impactantes tornou-se a opção escolhida. Os moradores partiram para as ações transgressivas, uma vez que não tinham mais a quem recorrer e já haviam perdido a credibilidade e confiabilidade nas figuras institucionais. Vencidas as possibilidades formais e legais de demanda, restaram-lhes formas mais drásticas e, por vezes, mais impactantes, tão extremas quanto à decisão do poder público local em consentir a permanência do problema por aproximadamente oito anos.

No segundo caso, os moradores residiam no bairro Cidade Industrial¹⁸¹. Eles interromperam o trânsito na Avenida Lincon Alves, principal via de acesso às empresas, com cartazes e gritos de ordem. A principal manifestação, segundo a reportagem do jornal, referia-se ao asfalto da Avenida Lincon Alves e das principais ruas do bairro.

[...] a manifestação tem como objetivo chamar a atenção do prefeito para o estado de abandono em que se encontra o bairro, que não tem nenhuma rua asfaltada. [...] Outra reivindicação dos manifestantes diz respeito a mais uma linha de ônibus para o bairro. [...] A espera nos pontos chega a duas horas, comprometendo a chegada dos professores que lecionam em escolas do bairro e também os moradores que se deslocam para o trabalho¹⁸².

Se a demanda não foi respondida mediante apresentação de vários motivos, novamente restou a opção de ações mais impactantes, como a força do grito, a voz de indignação, o impedimento da entrada do ônibus, o fogo nos pneus, os paus na rua. Tanto

¹⁸⁰ NUNES, S. Protesto interrompe Rua Jardel Filho nesta manhã: problema vem se arrastando há oito anos e causa danos aos moradores de parte da Vila Regina. *O Norte.net.*, Montes Claros. 19 abri. 2006. Disponível em: <<http://www.onorte.net/noticias.php?id=2830>>. Acesso em: 20 set. 2011.

¹⁸¹ O bairro “Cidade Industrial” está localizado no extremo norte do município de Montes Claros. Seu acesso se dá pela Avenida João XXIII.

¹⁸² NUNES, S. Protesto contra o prefeito vira caso de polícia: manifestação contra Athos isola Cidade Industrial. *O Norte.net.*, Montes Claros. 04 out. 2007. Disponível em: <<http://www.onorte.net/noticias.php?id=10725>>. Acesso em: 20 set. 2011.

no primeiro como no segundo caso, os moradores parecem fadigados com as dificuldades de anos de espera por melhorias. Assim, se por um lado o poder político age fechando-se a solução dos problemas, por outro, a população aciona os mecanismos de que dispõe para entrar no jogo político e obter a efetivação da demanda, tal como aconteceu na ocupação de uma área privada, trata-se de ocupar as vias de circulação, que são segregadas socialmente. Se o direito constitucional de ir e vir não é garantido, a “invasão” ilegal torna-se possibilidade real de pleitear a demanda.

Outra ocorrência que narra uma invasão de terreno, feita por oitenta famílias em um universo de 306 demandantes, exemplifica a ação política de luta por moradia. A ação foi tachada como ilegal e a desocupação ocorreu logo após a ocupação, com uma eficiência da corporação policial que não se vê nos agentes de outros serviços públicos: “A Polícia chegou ao local às 9 horas da manhã de domingo e fez com que a área fosse totalmente desocupada”. O *status* de ilegalidade dado ao movimento dos sem-teto justificou a atitude da Polícia Militar ao retirar as famílias do local ocupado.

Oitenta famílias **invadiram**, na madrugada de domingo, terreno localizado nas proximidades do Ginásio Poliesportivo Tancredo Neves. Esta é a segunda ocupação que ocorre naquela área neste ano. A ocupação, no entanto, foi frustrada, pois a Polícia chegou ao local às 9 horas da manhã de domingo e fez com que a área fosse totalmente desocupada. Estas famílias fazem parte das 306 que invadiram recentemente o loteamento do Santa Lúcia, e **estavam aguardando a doação de lotes por parte da Prefeitura**.

Ontem à tarde as oitenta famílias foram à Prefeitura, para uma nova conversa, mas **não conseguiram ser recebidas pelo prefeito**. A Secretaria Municipal de Ação Social ficou de receber hoje para uma reunião os representantes das famílias¹⁸³. (Grifo nosso)

Neste caso, a reivindicação de acesso à moradia envolvia 306 famílias e cerca de 80 delas se dispuseram para ação de impacto. No entanto, a dificuldade de atendimento pelo executivo parece ter ocorrido pela desqualificação da demanda diante da iniciativa considerada ilegal e violenta. Assim, não podendo contar com política pública efetiva de acesso à habitação, a “invasão” expressa uma forma de demandar pelo confronto do poder de transgressão com o poder institucional. Neste aspecto, é interessante o uso do termo “invasão” pela imprensa local, em diversas reportagens, ao referir-se à ocupação dos moradores: “Sem-terra voltaram a invadir terreno próximo ao ginásio”; “Sem-tetos

¹⁸³ SEM-TERRA voltaram a invadir terreno próximo ao ginásio. *Jornal do Norte*. Montes Claros, 12 Jun. 1990. Arquivo particular do senhor Américo Martins Filho.

invadem terreno”¹⁸⁴, demonstrando o caráter pejorativo que as práticas transgressivas tomam entre os sujeitos alinhados à ordem social legal, sem atentar para a própria transgressão dessa ordem quando ignora direitos sociais. A representação de “invasores” que estigmatiza os trabalhadores Sem-terra ou Sem-teto define bem a situação dos pobres de não ter direitos de pleitearem direitos de cidadania. Dificilmente a ocupação de áreas vagas e tomadas pelo mato, largadas pelos donos esperando valorização, são aceitas pelos sujeitos do poder institucional local. As ocupações, ao invés de legitimadas, são criminalizadas e tratadas como casos de polícia, reproduzindo juízos historicamente cristalizados sobre os pobres no Brasil. Não se sabe ao certo se as famílias foram ou não assentadas posteriormente, ou quais mecanismos de conquista de moradia decidiram utilizar em seguida. O fato que interessa é a ação transgressiva sendo utilizada como meio de demandar e pressionar o poder político a responder satisfatoriamente às demandas dos pobres sem o direito à moradia.

Mas outras práticas, transgressivas da ordem social em sentido diferente, trazem à tona formas de demandar não reconhecidas pelos sujeitos do poder institucional e, por isso, também não recebem atenção, sendo mantidas no limbo dos estigmas e das fatalidades. São os casos em que os demandantes expõem sua miséria como expressão de suas condições de existência. A exposição da pobreza, do abandono, da fome, da falta de moradia, do desamparo das crianças torna-se linguagem política, mesmo que assim não pareça, quando se toma o registro a seguir:

Quatro famílias com 19 pessoas [...] foram, literalmente, descarregadas em Montes Claros na tarde de ontem na Avenida Deputado Esteves Rodrigues. [...] As pessoas, 10 crianças – a mais nova com 9 meses de idade –, 8 mulheres, sendo que uma está grávida de dois meses – e um homem de 40 anos de idade, vieram de Salinas, mas são oriundos de Brumado, na Bahia¹⁸⁵.

Ocorrência repetitiva em muitas cidades brasileiras, a situação de migrantes pobres descarregados em terminais rodoviários afronta a paisagem social urbana também em Montes Claros. No exemplo em foco, ainda que o registro da imprensa não explicita, não é difícil admitir que a exposição da miséria como forma tácita de demandar, vai além da expectativa de caridade. Nos registros de suas falas na reportagem, a seguir, tentam

¹⁸⁴ SEM-TETOS invadem terreno de 8 mil m² no João Alves. *Jornal do Norte*. Montes Claros, 19 Dez. 1996. Arquivo particular do senhor Américo Martins Filho.

¹⁸⁵ DESEMPREGADOS são jogados na cidade. *Jornal do Norte*. Montes Claros, 13 Dez. 1996. Arquivo particular do senhor Américo Martins Filho.

sensibilizar os interlocutores tanto pela declaração de que aceitam qualquer emprego, como pela possibilidade do sentimento de “pena” que a situação pode despertar:

“Topamos qualquer tipo de serviço na roça”, garantiram à reportagem [...]. Sobre como iriam viver em Montes Claros, os baianos falaram que estão à mercê da sorte divina. Não tinham, inclusive, lugar definido para passarem a noite de ontem.

“Deus é quem sabe o nosso destino. Vamos nos alojar em algum lugar, hoje, e depois vamos procurar uma casa para alugar”, argumentaram os mais velhos.

Mal trajadas, as crianças é quem deve ter sofrido [...] ao relento, uma vez que o tempo na cidade estava frio e chuvoso¹⁸⁶.

Diante do retrato da miséria estampado em suas faces, não é difícil potencializar a expressão da pobreza como forma de demandar. Nestes casos, a miséria, por incrível que possa parecer, transforma-se em trunfo diante da condição de sujeitos sem o direito de ter direitos. Excluídos de todas as formas possíveis, jogados na rua, sem moradia, batizados de “problema social”, retratar-se é sua forma de demanda social.

Aqui, vale lembrar algumas análises que Zygmunt Bauman faz sobre o mundo globalizado e os problemas das sociedades contemporâneas. Para ele, com a globalização, a modernidade e o neoliberalismo, a exclusão social torna-se inevitável, e a cidadania não é estendida a todos.

A produção do “refugio humano”, ou, mais propriamente, de seres humanos refugados (os “excessivos” e “redundantes”, ou seja, os que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos ou obter permissão para ficar), é um produto inevitável da modernização, e um acompanhante inseparável da modernidade. É um inescapável efeito colateral da *construção da ordem* (cada ordem define algumas parcelas da população como “deslocadas”, “inaptas” ou “indesejáveis”) e do *progresso econômico* (que não pode ocorrer sem degradar e desvalorizar os modos anteriores efetivos de “ganhar a vida” e que, portanto, não consegue senão privar seus praticantes dos meios de subsistência)¹⁸⁷.

Ainda segundo Bauman, há um descompasso que dificulta resolver os problemas da sociedade. As pessoas pouco podem fazer diante das incertezas e inseguranças individuais. “Com efeito, parece que os indivíduos, sós ou em conjunto, pouco podem fazer para combater, quanto mais derrotar, as ameaças à segurança de sua

¹⁸⁶ DESEMPREGADOS são jogados na cidade. *Jornal do Norte*. Montes Claros, 13 Dez. 1996. Arquivo particular do senhor Américo Martins Filho.

¹⁸⁷ BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 12.

condição social ou à certeza sobre suas perspectivas futuras”¹⁸⁸. Por serem globais, as causas das inseguranças individuais são esquivas e de difícil localização, e por isso se encontram fora dos poderes individuais reais, dificultando as tentativas de resolução.

Tentativas de efetuar-las, se empreendidas, levam o mais das vezes a uma conclusão resignada ou desesperada do tipo “nada posso fazer sobre isso”. [...] Pouco podem fazer empregados de qualquer nível se a firma que os emprega decide de repente ou sem aviso mudar o negócio para outra região ou iniciar uma nova rodada de “racionalização” através do enxugamento de despesas, redução da força de trabalho, cortes de gastos administrativos, venda ou fechamento de unidades não lucrativas. Menos ainda podem fazer os indivíduos para evitar a desvalorização de suas qualificações arduamente conquistadas ou o esgotamento da demanda dessas qualificações no mercado¹⁸⁹.

Não está ao alcance das pessoas controlar suas inseguranças individuais e incertezas futuras, “hoje, [...] falam de *globalização*, algo que *está acontecendo conosco* por razões que podemos supor e até mesmo saber, mas dificilmente controlar”¹⁹⁰. Ao contrário, elas sentem-se impotentes, exatamente porque os mecanismos desencadeadores dos problemas são amplamente globalizados e pouco apreensíveis e, portanto, escapam a limites temporais e espaciais. Para Bauman, esses problemas são produzidos numa escala *global*.

A modernização progrediu de modo triunfante, alcançando as partes mais remotas do planeta; a quase totalidade da produção e do consumo humana se tornou mediada pelo dinheiro e pelo mercado; a mercantilização, a comercialização e a monetarização dos modos de subsistência dos seres humanos penetraram os recantos mais longínquos do planeta [...]. A expansão global da forma de vida moderna liberou e pôs em movimento quantidades enormes e crescentes de seres humanos destituídos de formas e meios de sobrevivência [...] ¹⁹¹.

Como se vê, para Bauman, os instrumentos e as estratégias geradores do novo quadro da modernidade são globalizados (tais como a internet, os canais de televisão, as bolsas de valores) e, por isso, estão além da esfera de atuação das autoridades políticas. Como resultado da não sincronia, a ação política de abrangência local, torna-se frágil na solução dos problemas que tem origem numa relação global, sendo cada vez mais crescente a apatia política. “Os mecanismos por trás da fabricação da incerteza e da insegurança são

¹⁸⁸ BAUMAN, Zygmunt. Em busca do espaço público. In: *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 55.

¹⁸⁹ *Ibid.*, p. 55 e 56.

¹⁹⁰ *Ibid.*, p. 28.

¹⁹¹ BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. *Op. cit.*, p. 13 e 14.

amplamente globalizados, estando, portanto, fora do alcance das instituições políticas existentes, notadamente fora do alcance das autoridades estatais eleitas”¹⁹².

As autoridades políticas restringem suas ações a medidas conforme as abrangências locais. Como consequência, têm-se medidas paliativas, esquivas e imediatistas diante de problemas com base no triunfo global da modernização e globalização. Assim, enquanto os mecanismos geradores das frustrações sociais sobrepõem-se em redes de fluxo não mais dependentes de coerções temporais ou mesmo espaciais, a atuação política continua sendo um assunto essencialmente local. Em função disso, a ação política torna-se frágil na solução das incertezas sociais. Consequentemente, a ação política não é capaz de resolver os problemas sociais. A apatia quanto às questões políticas é crescente, bem como a descrença no espaço público e naquilo que ele simboliza como atuação política. Assim, a concepção distorcida da esfera pública contribui para sua própria degradação.

[...] enquanto o capital flui livremente, a política continua irremediavelmente local. A rapidez de movimento torna o verdadeiro poder extraterritorial. Podemos dizer que, não conseguindo mais as instituições existentes reduzir a velocidade de movimentos do capital, os políticos perdem poder cada vez mais – circunstância simultaneamente responsável por **uma crescente apatia política, um progressivo desinteresse do eleitorado e por tudo que tenha caráter “político”** [...] ¹⁹³. (Grifo nosso)

A globalização, a fragmentação, o individualismo extremado, o bairrismo de muitos grupos sociais, as novas relações de produção, a flexibilização no mercado de trabalho, a internacionalização da economia tornam o espaço público lugar de frustração e descrença. Um espaço em que o político não consegue mais atuar na busca do bem comum e da felicidade e muito menos nas garantias sociais, na proteção e na segurança do cidadão.

Como resultado, as pessoas se afastam da esfera política, a partir de suas frustrações sociais, dando ênfase ao seu próprio individualismo¹⁹⁴. No entanto, também o individualismo não é capaz de responder aos anseios sociais. Ao contrário, parte das

¹⁹² BAUMAN, Zygmunt. Em busca do espaço público. *Op. cit.*, p. 57.

¹⁹³ CASTELLS, Manuel *apud* BAUMAN, Zygmunt. Em busca do espaço público. *Op. cit.*, p. 27.

¹⁹⁴ Não é mais o coletivo que interessa. A própria esfera familiar e a ideia de nação tendem a se fragmentar neste mundo em que as relações se pautam pelo individualismo e pela falta de referenciais em projetos coletivos. Bauman inicia seu texto *Em busca do espaço público* narrando um acontecimento em que a multidão sai às ruas para protestar contra um pedófilo que estaria sendo solto. Um fato ímpar para exemplificar o que se torna o espaço público. Uma multidão enraivecida que apenas atua no coletivo em função de uma encenação política de julgamento a partir da moral pessoal privada. Essa é a motivação no espaço público para a atuação coletiva e nada mais. CF. BAUMAN, Zygmunt. *Em busca do espaço público*. *Op. cit.*, p.17 a 64.

incertezas sociais explica-se quando as pessoas percebem estar abandonadas à sua própria sorte.

A individualidade, a “autenticidade do eu”, foi um doce sonho e um sinal apontando para metas heróicas numa época em que a impositiva supervisão e onipresente pressão comunitárias para a adaptação e conformação do indivíduo ao grupo [...] sufocavam a expressão individual. E tornou-se amarga quando os sonhos se realizaram e o indivíduo – seja em triunfo ou humilhação – foi abandonado à própria sorte no campo de batalha. [...]

O mundo contemporâneo é um recipiente cheio até a borda de medo e frustração [...] em busca de alguma extravasão [...]. A ânsia por este tipo de extravasão [...] “não contradiz a individualização, mas é na verdade produto da individualização que se tornou patológica”¹⁹⁵.

Nesta cultura política, os sujeitos visam, prioritariamente, à projeção individual e pessoal, tornando difícil a associação e a coletividade, bem como a ação e a busca dos interesses comuns. Como resultado, convive-se com a fragmentação e o esvaziamento do espaço público e a busca por demandas cada vez mais tensas a partir do uso da agressividade e da violência. No limite dessa deserção social, observa-se que a falta de projetos coletivos, a correria pelo consumo, a falta de tempo para associar-se na esfera da política institucional são condições para que o individualismo contemporâneo se some às práticas de violência como formas de demandar. Assim, compreende-se que as demandas dos “refugos humanos” em cidades de forte urbanização recente, como Montes Claros, ocorrem em contexto em que a esfera política está desacreditada. A ação política torna-se reflexo das volúpias do mercado. A democracia e cidadania atendem primordialmente aos interesses mercadológicos, e a exclusão social torna-se inevitável.

A participação política é canalizada em outras formas de participação no espaço público, a partir das válvulas de escape e de diversos meios precários para pressionar, resistir e obter o atendimento da demanda. Os confrontos diretos, os quebra-quebras e as práticas de vandalismo afloram neste espaço social tenso, excludente e plural, em que os interesses da economia se sobressaem aos interesses sociais. De um lado, os demandantes ansiosos pelas conquistas dos direitos sociais, do outro, os demandados institucionalizados atendendo aos interesses do capital. Para tanto, reproduzem as práticas políticas de dominação como forma de permanência no poder político formal.

Conforme demonstrado, as dificuldades enfrentadas no dia a dia pela população de áreas periféricas de Montes Claros são diversas. Em termos políticos, mistura-se uma clara consciência de seus problemas sociais a uma descrença quanto à possibilidade de

¹⁹⁵ BAUMAN, Zygmunt. *Em busca do espaço público*. *Op. cit.*, p. 61 e 62.

resolução das questões na esfera pública formal. Suas atitudes acabam, por vezes, apontando outras direções na forma de demandar. Assim, os problemas colocados e sua difícil solução revelam como são frágeis os laços institucionais dos sujeitos da periferia social de cidades como Montes Claros, discussão que se faz a seguir.

3. 2. Limites das relações institucionais na cultura política local

A identificação da fragilidade dos laços institucionais para consolidar as demandas foi um dos aspectos relevantes deste estudo. Ainda que os demandantes estivessem fisicamente próximos às instituições, viram-se desprovidos de laços institucionais que de fato recepcionassem e resolvessem seus problemas. Como consequência, constituíram-se sujeitos desejosos de concretizar seu espaço de cidadania por meio de ações diversas, mas se perceberam impotentes. Em muitos casos, não conseguiram formalizar suas demandas, muito menos identificar a quem fazê-las, não tendo a quem recorrer e, portanto, sequer se constituíram como demandantes e ou como clientes diretos da coisa pública.

Diante disso, as relações institucionais desses sujeitos são efetivamente frágeis. Os apelos às instituições, como a prefeitura e outras instituições públicas, como as associações civis acontecem. Mesmo assim, os sujeitos se constituem como demandantes sociais pouco reconhecidos em escala de menor ou maior vínculo institucional. Se é possível falar numa espécie de gradiente das relações institucionais, numa escala mais ou menos densa em que os sujeitos, de maneiras diversas, se posicionam nas relações políticas, nesta escala, alguns sujeitos demandantes ocupam uma posição de vínculo ínfimo, porque se encontram em posições quase nulas de reconhecimento político no universo dos demandados.

As condições de vida na cidade são tão precárias que nem mesmo o saneamento mais elementar recebe atenção em muitos bairros.

Aqui já ficou 3 ou 4 meses sem pegar [referia-se à coleta diária do lixo]. **Depois que a política terminou, não teve lixeiro aqui mais não.** Aí no Natal já tinha lixo pra tudo quanto é lugar aqui, estava uma carniça mesmo, aí eles arranjaram um carro e pegou, só que não foi nós daqui não, foi a prefeitura, a ESURB que arranjou um carro e mandou tirar pra passar o Natal, em compensação no Ano Novo tava igual. **A gente ligava, reclamava, e ligava...** nossa! Esse lixo mesmo [referia-se ao lixo amontoado de frente da sua casa na Vila Mauriceia, resultante da demolição de alguns barracos para entrega de apartamentos do projeto da

CEMIG de retirada de moradores da área de risco], só pra você ver, quando derrubou, tirou as casas né, que o povo mudou, eles falaram que no outro dia ia pegar o lixo aqui, e olha como é que tá até hoje, o lixo aí amontoado na frente e ninguém pensa em tirar. É cobra, escorpião, foi rato... tomou conta de tudo aqui e virou uma lixaiada aqui, começou a jogar cachorro podre e morto, **você ligava e nada**, e no tempo da chuva? Meu Deus [...]. **Mas é um sofrimento**. Eu acho que a chuva abaixou mais o lixo e já tem um tempo né que ele tá aqui, mas tá horrível. **E eles falou que ia limpar, e a gente ligou, ligou, reclamava e reclamava**. Eu fiquei sabendo que eles falou que vai tirar esses daqui logo pra lá, pra já vir com a rua e fazer uma avenida. Aí vai tirar o lixo. Mas só Deus sabe quando¹⁹⁶.

O lixo deixado na porta de casa, depois da retirada de alguns moradores da área de risco da rede de alta tensão da CEMIG, os animais peçonhentos e todo constrangimento relatado revelam o quão frágeis se desdobram os laços institucionais das pessoas da periferia. As demandas não se concretizam em função da inexpressividade política resultante dos frágeis vínculos institucionais. Desprovidos de força política, o “ligar e o reclamar” não surtem o efeito esperado. A denúncia de indiferença “depois que a política terminou” revela que até mesmo o voto oferecido nas últimas eleições está desprovido de barganha política, perdeu sua força de laço institucional. A ação, por parte da comunidade, de “ligar, ligar, reclamar e reclamar” evidencia o desejo de resolução do problema, mas ao mesmo tempo revela sua impotência política de solução. A decisão de retirada do lixo não é dos moradores, mas sim dos órgãos institucionais. Os moradores tornam-se meros expectadores por dependerem da boa vontade daqueles que decidem quando e como vão fazê-lo (“eu fiquei sabendo que eles falou que vai tirar esses daqui logo pra lá, pra já vir com a rua e fazer uma avenida. Aí vai tirar o lixo. Mas, só Deus sabe quando”). Quem decide são as autoridades políticas, diante dos seus interesses privados, pois se dependesse da população, o amontoado de lixo, resultante da demolição das casas, já teria sido retirado. Ademais, os canais de acesso a que recorrem parecem bem lacunares, como a própria resposta ao ser indagado sobre para quem reclamavam: “Ué, na prefeitura. A gente liga pra lá e fala”¹⁹⁷. Os representantes são quase nulos nesta proposição política. Do outro lado da linha, a relação política parece não se consolidar. Ligar e ligar, reclamar e reclamar não foram ações suficientes para sanar o problema.

Diante dos problemas, a mobilização dos moradores é a tentativa de substituir seus frágeis laços institucionais, criando novas redes de sociabilidades, seja com a amizade do vizinho, com o apoio de um parente próximo ou com a ajuda dos filhos. É por meio de

¹⁹⁶ Depoimento da senhora V., 51 anos, 8 filhos, solteira, dado à autora em 25-02-2011.

¹⁹⁷ Depoimento da senhora V., 51 anos, 8 filhos, solteira, dado à autora em 25-02-2011.

laços de solidariedade, como de parentesco e de amizade, que se tenta amenizar os problemas sociais para aqueles que pouco conseguem nos órgãos públicos institucionais.

E quando chove? Isso aqui vira cada buraco que você não sabe, **aí é o povo mesmo que vem com carroça cheia de entulho pra jogar**, porque fica cada buraco, e se for esperar pra eles lá consertar, pode esquecer. Então **é o povo daqui mesmo** que junta e faz as coisas assim né, pra facilitar pra nós¹⁹⁸.

A partir dos vínculos políticos quase inexistentes, a ação dos moradores é a solução plausível e possível encontrada. A ajuda recíproca entre os próprios moradores, fomentando os sentimentos de amizade, de solidariedade, de proximidade e de coletividade contribui para a sobrevivência do grupo social, destituído dos laços institucionais. No entanto, os poucos recursos materiais de que dispõem colocam limites à atuação dos moradores, que não são capazes de resolver o problema, mas apenas amenizá-lo. Neste sentido, as soluções tomadas caracterizam-se como meramente paliativas, sem a resolução concreta do problema que tende sempre a aumentar. Por outro lado, os agentes do poder institucionalizado são tratados de maneira distante (“e se for esperar pra eles lá consertar, pode esquecer”). O pronome “lá” define a distância e a descrença com que são tratadas as figuras do poder institucionalizado e coloca ainda a distância existente entre demandantes e demandados e a difícil conexão entre ambos. A própria comunidade soluciona o problema porque dificilmente ele será resolvido pelo poder público formal que, certamente, mantém serviços de saneamento em bairros com outros perfis socioeconômicos. Laços institucionais fortes para uns e frágeis para outros. Nessa cultura política, têm-se alguns interlocutores que são ouvidos mais rápida e primordialmente. A dicotomia reflete as posições desiguais nas relações de poder. O desenvolvimento, a infraestrutura e o emprego não chegam a todos. A cidade continua segregada entre os titulares e os excluídos de direitos.

Os laços institucionais frágeis são percebidos em problemas corriqueiros, como na demora pela implantação da rede de esgoto no bairro, a falta de asfalto, a falta de médico nos postos de saúde, a violência crescente e a falta de um transporte coletivo mais viável para deficientes físicos. Um dos depoimentos chamou a atenção quanto ao problema com asfalto. A entrevistada trafega com dificuldades nas vias de pedras com sua filha numa cadeira de rodas. A moradora afirmou que o asfalto não saiu porque ali era uma área ilegal

¹⁹⁸ Depoimento da senhora V., 51 anos, 8 filhos, solteira, dado à autora em 25-02-2011.

e de invasão, pertencente à CEMIG. No entanto, o Plano Diretor¹⁹⁹ da cidade é claro no inciso VIII, do artigo 36: “promover o acesso dos portadores de deficiência aos serviços regulares prestados pelo Município, mediante a remoção das barreiras arquitetônicas, de locomoção e de comunicação”²⁰⁰. A falta de asfalto é uma barreira na locomoção ao deficiente físico, mas não em todos os bairros. Assim, apesar de descrito no plano Diretor o acesso amplo aos direitos sociais, não parece à cultura prevalecente.

É muita dificuldade que tem aqui. Igual mesmo eu preciso muito de uma rua, pra andar com ela na cadeira de rodas e não ficar batendo. Nossa, ela reclama muito quando a gente sai aqui, **porque acaba machucando ela, né? E eu vou de lado, eu vou de frente, dou um jeito e passo com a cadeira e com ela.** E tem a poeira, quem tem problema sofre demais e quem não tem também²⁰¹.

O asfalto, sem dúvida, na opinião da moradora, viria agregar melhorias consideráveis à população.

Igual mesmo é tanta dificuldade que nós tem aqui, que não custava nada eles ter passado o asfalto aqui, mesmo que é uma área da CEMIG, mas a gente mora aqui né, há tanto tempo. E eu duvido se depois que a gente sair daqui se eles não vão afastar, então o que custava asfaltar agora e também qualquer coisa é só derrubar depois o asfalto, se eles não quisessem mais, porque ficar sem asfalto, é um sofrimento. Jogasse pelo ao menos uma borra, né? Pra facilitar pelo ao menos um pouco já tava bom²⁰².

Ao enfatizar suas dificuldades cotidianas com a falta de asfalto e também da rede elétrica, a entrevistada mostrou como as relações institucionais se definem de maneira frágil na garantia dos direitos constitucionais.

¹⁹⁹ O Plano Diretor foi aprovado em Montes Claros em 2001, constituindo a Lei 2.921. É um plano de urbanização da cidade com a intenção de pensar e planejar a cidade a longo prazo, traçando metas futuras a serem alcançadas. Para tanto, coloca diretrizes concernentes a vários aspectos para o desenvolvimento da cidade, como o direito à terra urbana, questões de infraestrutura, moradia, preservação ambiental, melhoras na qualidade de vida. Assim, o intuito é somar crescimento urbano a qualidade de vida da população. No entanto, muitos dos depoimentos colhidos no decorrer da pesquisa, assim como análise de reportagens da imprensa escrita e documentos emitidos evidenciaram uma realidade adversa do que se preconiza em algumas das linhas do Plano Diretor. O documento apesar de conter diretrizes que garantem os direitos sociais, não consegue implantá-los efetivamente como realidade para todos. Neste sentido é perceptível o desencontro entre a realidade vivida e sofrida e as diretrizes do que se preconiza apenas na lei.

²⁰⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. Projeto de Lei n.º 2.921/ 2001, artigo 36, inciso VIII. Lei que institui o Plano Diretor do município de Montes Claros – MG. *MontesClaros.mg.gov*. Disponível em: <<http://www.montesclaros.mg.gov.br/prefeitura/legislacao/paginas/arquivos/Institui%20o%20Plano%20Diretor%20do%20munic%EDpio%20de%20Montes%20Claros.txt>>. Acesso em: 10-11-2011.

²⁰¹ Depoimento da senhora V., 51 anos, 8 filhos, solteira, dado à autora em 25-02-2011.

²⁰² Depoimento da senhora V., 51 anos, 8 filhos, solteira, dado à autora em 25-02-2011.

Mas eles não fazem nada não [referia-se ao asfalto], dizem que a área é ilegal, e não fazem não. Eles fala que aqui só vai mexer quando tirar o pessoal. Então, enquanto não tira a gente daqui, esses anos todos nós fica sem o asfalto, a luz que é emprestada. Eles falaram que quando derrubar essas casas aqui, aí eles vêm com os postes de luz. **Aí tamo aí né, dependendo da boa vontade deles.** Então já tirou essas casas aí né, da frente, **só que o que custava eles já colocar dois postes de luz pra iluminar aqui pra gente que ficou e ainda não saiu. Aí fica esse lixo aí na frente e nós aqui, porque antes pelo menos quando tinha as casas tinha a luz do outro da frente que iluminava um pouco, mas agora... Então eles podia ver isso né, pra facilitar. Podia ter tirado já o lixo. Mas a gente pede e eles não faz**²⁰³.

As demandas não se concretizam em resultados (“mas a gente pede e eles não faz”). Os moradores dependem claramente da “boa vontade” dos órgãos deliberativos (“Aí tamo aí né, dependendo da boa vontade deles”). E como seus vínculos institucionais são frágeis (“esses anos todos nós fica sem o asfalto, a luz que é emprestada”), o argumento de que a área é ilegal supera o fato de que há pessoas que ali residem há anos com suas dificuldades diárias. A própria forma de apontar às autoridades públicas soa longe, mostrando a dificuldade em manter laços políticos consistentes. O tom da voz destoa ao caracterizar as figuras políticas representantes do povo, mostrando a distância entre demandantes e demandados, assim como a dificuldade por meio de laços institucionais.

Em outro caso, a demanda era de que o ônibus circulasse dentro do bairro e não apenas na sua entrada. No entanto, a falta de asfalto parecia o empecilho para que os lotações rodassem dentro do bairro. De um lado, os interesses das empresas de ônibus, de outro, a fragilidade dos vínculos institucionais dos moradores. O asfalto, de suma necessidade para todos, somente foi possível na entrada do bairro por causa das necessidades da empresa que presta serviço de transporte público.

E o pedaço de asfalto que fez lá em cima foi por causa do ônibus. Se fosse pra gente tinha feito no bairro todo, né? Eles só fizeram aquele belisco ao redor da praça [...]. Depois é que não sei quantos anos depois fez aquele lá próximo da BR pra entrar no bairro [...] E aí disse que foi ele [referia-se ao prefeito da administração passada] que fez, mas eu acho mesmo que foi a empresa do ônibus que fez o asfalto, e depois eu fiquei sabendo que era assim. E a eles fizeram o asfalto só pra o acesso do ônibus. Porque o ônibus só que é gente né, nós não é não. E o ônibus só vai até onde você viu lá, só na entrada mesmo, por causa do asfalto²⁰⁴.

²⁰³ Depoimento da senhora V., 51 anos, 8 filhos, solteira, dado à autora em 25-02-2011.

²⁰⁴ Depoimento da senhora M. S, 46 anos, 3 filhos, casada, dado à autora em 18-02-2011.

Mesmo que a moradora não tenha certeza de que tenha sido a prefeitura ou a empresa de ônibus a executora da obra, o fato é que o asfalto atendeu, sobretudo, à empresa de ônibus. O coletivo circula apenas onde há asfalto. Se a pavimentação fosse para os moradores, como ela afirma, teria sido extensiva a todo bairro, que há tantos anos sofre com a poeira. Ademais, como ela completa, não há casas e moradores na entrada do bairro que possa ter se beneficiado diretamente com o asfalto. “Lá [na entrada do bairro] ainda é mato. Porque então não escolheram uma rua mais importante, como a que dá acesso ao posto de saúde, não é? Ou então não fizeram o asfalto até lá?”. A resposta para essas questões a moradora já sabe, pois a intenção era atender à empresa do ônibus e não à população.

Mas, agora, a demanda era referente à linha de ônibus. O desejo era de que esta atendesse melhor à população, circulando pelo bairro. Verifica-se um embate de forças: de um lado, pessoas que buscam uma melhor qualidade de vida por meio do transporte público; do outro lado, as empresas que objetivam lucros. Os interesses não convergem e, na disputa, as demandas sociais de caráter popular dificilmente sobrepõem-se aos interesses das empresas privadas capitalistas.

Esse é o caso que tava brigando esses dias que eu tava falando pra você que esses dias fez um protesto. Porque eles queriam que a lotação subisse mais pra cima. Por causa dos moradores lá de cima e os da Gameleira também que tem gente que vem da fazenda, então aí pelo ao menos ficava um tiquim mais perto. Mas ele só vem até a praça, minha fia. Chega lá no ponto e pronto, se você quiser bem, se não quiser, amém. E se você quiser caminhar léguas e léguas aqui pra frente, problema seu. É um absurdo né. [...] E a gente fez o protesto aí, mas não resolveu e a lotação só continua indo até a praça. **O que a gente fala eles não leva em consideração. Eles faz o que quer**²⁰⁵.

[...] **E o itinerário da lotação que a gente pediu, será que a gente não merece uma coisa melhor?** Eu fico pensando assim, deveria ter uma coisa melhor para as pessoas, [...] aqui é um bairro como qualquer outro, e não tem um transporte de qualidade. Não tem uma dignidade. **Porque o ser humano é digno das coisas e eles lá não estão, não faz nada pra gente.** [...]. Eu até reivindiquei, [...] que **a gente queria que o lotação subisse lá [...]. Agora é um absurdo a pessoa descer lá no ponto, lá embaixo e vim pra cá. Porque se você sobe a rua lá, tem muito morador. Então ela [lotação] tinha que subir, deixar o povo lá em cima, porque tem muita pessoa que mora lá pra cima e com sacola de compras pesada, outros com criança no colo, e idoso.** Mas até hoje está nisso, porque eles dizem que a prefeitura teria que asfaltar, e a TRANSMOC também falou que não asfalta, aí vira aquela confusão. **E nós ficamos à mercê da boa vontade deles.** E você vai em bairros aí tudo asfaltado e não tem nem casa. É ônibus passando toda hora. [...]

²⁰⁵ Depoimento da senhora M. S, 46 anos, 3 filhos, casada, dado à autora em 18-02-2011.

Asfalto a gente nem sonha tanto mais, **a gente queria pelo ao menos para o ônibus subir**²⁰⁶.

“E nós ficamos à mercê da boa vontade deles”. Esta frase traduz bem a fragilidade dos vínculos institucionais e o que se tornou a esfera política. Não é a população demandante pobre quem decide ou escolhe – pelo menos não essa população – ela apenas fica esperando, porque não consegue consolidar a demanda. Os polos são invertidos. E aqueles que deveriam “mandar” tornam-se espectadores e são afastados do espaço de decisão política.

A moradora afirmou a necessidade de o ônibus circular dentro do bairro²⁰⁷, atendendo à população de todas as partes, inclusive os que saem da Gameleira, zona rural, para pegar o ônibus na entrada do bairro. No entanto, apesar das reivindicações já feitas, o ônibus não circula pelo local desejado por causa da falta de asfalto. Dessa maneira, os moradores mais afastados do ponto de ônibus precisam andar consideravelmente alguns metros, ao sol causticante, principalmente à tarde, para usufruir do transporte público, porque a única linha de ônibus do bairro parece não estar disponível para fazer um novo trajeto em áreas que não são asfaltadas.

As relações de poder aqui estabelecidas demonstram os interesses das empresas de ônibus sobressaindo-se aos dos moradores. Por um lado, estes precisam de um transporte público mais eficiente, por outro, as empresas de ônibus parecem se recusar a fazer trajetos em pontos não asfaltados. Existe consciência do limite de ação por parte dos demandantes, imposto pelo próprio processo histórico de que fazem parte. A certeza de que as empresas de ônibus não passarão dentro do bairro sem asfalto mostra o poder de decisão das organizações privadas frente às vontades dos moradores periféricos e a diferença entre os laços institucionais de ambos. A descrença quanto ao poder público político soma-se às certezas de que o ônibus, mesmo diante de reivindicações dificilmente, passará dentro do bairro, atendendo à vontade da população. A entrevistada mostra a descrença nos órgãos públicos e na pessoa de seus representantes e diz que o que eles fazem são apenas promessas vazias, ano após ano, mas nada cumprem.

²⁰⁶ Depoimento da senhora M. J, 41 anos, 4 filhos, casada, dado à autora em 28-03-2011.

²⁰⁷ A moradora refere-se ao bairro “São Geraldo II”. Ele está localizado a sudoeste de Montes Claros e caracteriza-se por ser bastante afastado da área central, aproximadamente oito quilômetros. Sua via de acesso se dá pela BR 365, saída para Pirapora. É uma área de loteamento antigo, com diversos problemas de urbanização em que predominam ruas sem asfaltamento e rede de esgoto recente, que ainda assim não atende a toda a população. Limita-se com os bairros Major Prates, Cidade Nova, Santo Amaro e Morada do Parque.

Mas aqui é importante lembrar a contradição de como os serviços e equipamentos públicos previstos na cidadania aparecem quando são fontes de lucro para grupos e empresas. O transporte utilizado não é gratuito, assim como a água, a luz, a alimentação, a saúde, a escola, que também são pagos direta e indiretamente. O discurso de ampliar os direitos sociais torna-se ação quando esses direitos se tornam lucrativos para empresas prestadoras de serviços. Em reportagem recente publicada no Estadão, o título é claro, “Empresas lucram com pacificação de favelas”. Após a subida da polícia aos morros do Rio de Janeiro, em 2010, tentando retirá-las do domínio dos traficantes, as instalações de medidores de energia elétrica contrastam com o emaranhado de fios elétricos, passando rente às casas espremidas em uma viela do morro do Cantagalo, zona sul do Rio. A reportagem afirma que

[...] a paz estabelecida em uma série de comunidades cariocas, até pouco tempo dominadas por traficantes armados com fuzis, já está se convertendo em cifras para grandes empresas que antes não subiam os morros, temerosas pela segurança de seus funcionários. Os grandes filões estão em serviços como TV por assinatura, telefonia e energia elétrica²⁰⁸.

A ampliação dos direitos de cidadania converge para o faturamento financeiro das empresas prestadoras de serviços. A construção das casas populares, por exemplo, torna-se geradora de inúmeros dividendos às empresas construtoras, propiciando emprego desde o engenheiro até o carpinteiro, o arquiteto, o pedreiro, o electricista. A instalação de redes de água, esgoto, luz, telefone e TV rendem lucros às empresas prestadoras de serviço. Os moradores adquirem eletrodomésticos, móveis, telefones. Abrem-se supermercados, farmácias, verdurarias, mercearias, açougues, aumentando a arrecadação de impostos. As ruas largas e bem estruturadas facilitam o próprio trabalho militar de monitoramento do tráfico de drogas e da violência. O Estado, por sua vez, minimiza os gastos sociais com efetivo militar, indenizações por desabamentos em áreas de risco e com ajuda aos desabrigados. Investir no social também significa lucratividade ao sistema capitalista. Tal investimento contribui para a amenização de tensões e conflitos sociais, ao mesmo tempo em que diminui sentimentos de revoltas e dissabores sociais²⁰⁹.

²⁰⁸ GONÇALVES, G. Empresas lucram com pacificação de favelas. *Estadão.com*, Rio de Janeiro. 13 fev. 2011. Disponível em: <<http://estadao.br.msn.com/economia/artigo.aspx?cp-documentid=27661013>>. Acesso em: 28 set. 2011.

²⁰⁹ Além do mais, as pessoas que tendem a receber casas populares dificilmente teriam condições de construir casas. São pessoas desprovidas desse potencial. Sua sorte possivelmente estaria inscrita em bairros de favelas, ocupações em áreas de risco, com moradias em péssimas estruturas, em que imperaria a violência, os becos e a falta de estrutura, em que luz e água tenderiam a chegar via ilegalidade. A violência seria crescente, bem como as tensões sociais. Nem o Estado, nem as construtoras, nem as empresas prestadoras de serviço de água, luz, internet, nem os órgãos policiais sairiam favorecidos nesta relação, ao contrário, os ânimos arrefecidos fomentariam mais conflitos sociais.

Casas construídas e doadas para a população nada mais são do que o reflexo da expansão do capital imobiliário do país. A lucratividade para grandes empresas e a satisfação social diminui a tensão social para aqueles que jamais teriam o conforto de uma moradia com quartos, salas, cozinhas e áreas de serviços adequadas, mas há consenso de que todos saem ganhando. Pela lógica do capital, alguns ganham bem mais do que outros. O próprio sistema acomoda o grupo social pobre, satisfazendo-o na lógica da dádiva, da divisão das classes, do subemprego e das relações de submissão. Propiciar cidadania pode se explicar pelos lucros capitalistas e pela amenização dos conflitos sociais.

Em períodos eleitorais, os laços institucionais frágeis parecem se modificar. Nesses momentos, a população pobre se utiliza da perspectiva do voto numa tentativa de fortalecer os vínculos institucionais que podem tornar mais densos no jogo das trocas de favor. Passado o período eleitoral, muitos dos vínculos constituídos se dissolvem e o voto, como recurso cíclico de demandar também se dissolve em descrença política:

Eu fico com raiva é na época de eleição. Mas vem tanta gente te prometer tanta coisa que você não sabe da onde saiu tanta gente. E eles falam que são isso e que vão fazer aquilo. E você só vê aquelas mentiras, eles dizem que fulano que tava lá, era ruim e num vota pra ele não, porque ele nunca fez nada pra vocês [...]. Tem uns que é assim né, fica em cima da gente pra conseguir o voto e depois que consegue não tá nem aí²¹⁰.

A descrença quanto aos representantes políticos chega a ser alarmante. Tudo se resume em promessas e nada em práticas concretas do que se afirma fazer. Essa discrepância entre a fala e a teoria faz com que as pessoas se afastem cada vez mais das relações políticas formais, ou quando se aproximam, ficam receosas diante da descrença em possibilidades concretas de solução dos problemas. Os vínculos se diluem ainda mais e a população procura outros meios a que e a quem recorrer²¹¹. Assim, como os políticos, os canais institucionais também perdem o sentido, por não mais se viabilizarem após o pleito eleitoral.

Mas não apenas os eleitores percebem essas atitudes reprováveis nos representantes políticos, mas os próprios políticos também apresentam essa percepção:

Durante comício realizado [...], o ex-prefeito e candidato a deputado federal, Luiz Tadeu Leite, lamentou que nenhum dos atuais deputados que dizem representar Montes Claros não tenha feito nada em benefício do

²¹⁰ Depoimento da senhora M. M. B, 55 anos, 8 filhos, dado à autora em 14-02-2011.

²¹¹ Numa escala de poucos vínculos institucionais, a procura pelo vizinho, pelo filho ou outro parente pode conviver com a busca de figuras ilegais mais próximas da população, como o bandido, o traficante, o chefe da quadrilha.

povo. Apenas **defenderam seus interesses particulares** e dos governantes, em matérias que sacrificavam ainda mais a já difícil situação da classe pobre.

Para Tadeu, **os atuais políticos se acostumaram a defender o povo apenas antes das eleições, pois quando eleitos, viram as costas para o povo e passam a atuar em prol dos grandes grupos econômicos** e dos governantes, em troca de favores particulares²¹²[...]. (Grifo nosso)

Visivelmente o discurso do candidato se apropriou da descrença percebida entre os eleitores, emergindo em defesa dos interesses próprios, algo que se reproduz cansativamente como visão crítica e interessada em direitos sociais.

A fragilidade dos laços institucionais também pode ser evidenciada em mais uma reportagem. O Jornal do Norte divulgou matéria em sua página *online*, no dia 30 de setembro de 2010, que descrevia a atuação de dois vereadores na entrega de apartamentos para os moradores da Vila Mauriceia. Segundo eles, os apartamentos do Projeto da CEMIG em parceria com a prefeitura seriam entregues aos moradores da Vila Mauriceia com alguns problemas de infraestrutura, como fios elétricos ao alcance de crianças, drenagem incompleta no entorno dos prédios e ausência de extintor de incêndio. Neste sentido, os vereadores questionavam a entrega das casas diante dos problemas estruturais ainda não resolvidos.

Em entrevista concedida ao O NORTE, na manhã de ontem, os vereadores pastor Altemar (PSC) e Claudim da prefeitura (PPS) criticaram a administração municipal por autorizar as famílias residentes na Vila Mauriceia a se mudar para os apartamentos construídos pela prefeitura com recursos do governo do estado sem as condições necessárias. Os vereadores afirmam que visitaram o local e constataram algumas irregularidades.

- A obra inacabada requer atenção inclusive por parte do Ministério Público. A energia elétrica ligada é de origem duvidosa, para não falar que é o chamado gato - afirma Claudim da prefeitura.

[...]

Em relação ao residencial da Vila Mauriceia, o vereador chama a atenção para outros problemas, como fios elétricos ao alcance de crianças, drenagem por fazer no entorno dos prédios e ausência de extintor de incêndio.

- Se não terminou a obra, por que a prefeitura, a poucos dias das eleições, autorizou famílias a morar em um local onde falta infraestrutura? A obra poderia resgatar a dignidade das pessoas de bem, mas, infelizmente, ainda falta o básico de qualquer construção que se ergue, como, por exemplo, a energia elétrica, diria eu, oficial - diz.

Altemar, por sua vez, critica a ausência também de lixeiras. Para ele, diante da situação, os moradores não sabem como e a quem recorrer.

- Que a prefeitura atente para a situação que considero grave e regularize a situação ali presente. Tenho informação de que moram ali sete famílias e

²¹² TADEU quer os políticos defendendo o povo. *Jornal do Norte*. Montes Claros, 24 Ago. 1990. Arquivo particular do senhor Américo Martins Filho.

que o restante estaria mudando ainda nesta semana. Se confirmar esta informação, ali pode se tornar um caos, uma vez que a energia elétrica ali, feita na base da gambiarra, pode provocar curto circuito, podendo acontecer uma tragédia - conclui²¹³. (Grifo nosso)

Apesar de toda a reportagem ser relevante para se pensar nos problemas de infraestrutura e nas relações institucionais entre sujeitos desiguais, a parte conclusiva foi a que mais nos chamou a atenção: “Altemar, por sua vez, critica a ausência também de lixeiras. Para ele, diante da situação, os moradores não sabem como e a quem recorrer”. Esse trecho sinaliza bem os frágeis laços institucionais dos sujeitos pobres que diante dos problemas não conseguem encontrar a quem recorrer. Pela reportagem, parece que mesmo o vereador, figura política institucional, não se coloca como representante político, pois ele mesmo vê a população pobre destituída de representatividade.

O depoimento do Sr. Joaquim, morador há muitos anos do “Beco do Galo”, ainda na Vila Mauriceia, também mostrou como se definem os laços institucionais, ou mesmo como são tecidos esses vínculos em função dos interesses econômicos. O exemplo se dá a partir da possibilidade de ser removido da área de risco da rede de alta tensão, local em que está construída sua residência, para apartamentos que serão construídos pelo projeto da CEMIG, já comentado anteriormente.

O rapaz da CEMIG veio aqui uma vez só. Eles vieram uma vez só e nunca mais veio, o pessoal que vai tirar o povo daqui, veio, pegou os nomes e voltou pra trás. Ele veio aqui conversou, mas não vieram mais. **Nós falou que não queria predim.** E num veio mais nunca. Só que a gente não quer morar em prédio não. Não vou falar que é ruim não, mas pra morar é muito apertadim, a gente não tem quintal, aqui mesmo tem a sombra aqui, e outra coisa, põe tudo quanto é gente lá, tem gente de todo tipo. Tem como morar num lugar desse? E pro idoso que não sobe escada, e que depois vai ficar velho. **Eles fala que tem perigo de ficar aqui, mas tem 33 anos que nós estamos aqui e nunca aconteceu nada. Eles fala que tem perigo pra nós que é pobre, agora pros ricos** [A região é muito contrastante. Em meio a região de “favela”, tem-se bairros com residências luxuosas]. **Olha pra você ver o tanto de casa, prédio, apartamento aí do lado aqui da onde a gente mora. Agora pra eles não tem perigo não né? Porque eles é rico. Olha ali o NASP [Núcleo de Atenção à Saúde e de Práticas Profissionalizantes] pregado numa torre dessas aí. Eles são ricos lá aí pode fazer, pra eles não tem perigo não, ali mesmo perto da CEMIG tem uma torre dessas e tem um predião lá, de uns sete andar, do lado lá, lá pro rico não tem perigo. Os prédios altos tudo construído aí. Por que não tem perigo pra eles e pra nós tem?** Um dia o cara de Belo Horizonte, da CEMIG, veio aqui, e eu falei isso pra ele. Aí ele falou assim, **“moço, como que o senhor mora**

²¹³ NUNES, S. Vereadores denunciam entrega de obra inacabada pela prefeitura. *O Norte.net*,. Montes Claros. 30 set. 2010. Disponível em:< <http://www.onorte.net/noticias.php?id=29869>.> Acesso em: 15 out. 2010.

num lugar desses, o senhor não tem medo de morrer aqui não?” Eu falei: “pobre não tem medo de morrer não, ele já entra aqui por debaixo que é pra morrer logo, a gente não aguenta viver mais mesmo” [risos], aí ele oh, foi embora²¹⁴.

Percebe-se que ao Seu Joaquim não agrada a ideia de mudar de residência, tampouco receber apartamento em troca de sua casa²¹⁵. O desejo pela casa é também um traço cultural. Acostumado com sua moradia, seu quintal, suas plantas, seus vizinhos, ele não vê motivo para ser retirado de onde mora há 33 anos, sobretudo se for mandado para apartamentos (“Nós falou que não queria predim [...] a gente não quer morar em prédio não”). Seu Joaquim mostra insatisfação ao mencionar que poderia morar em apartamentos. Para ele, o costume com a casa e o quintal o faz querer a casa, espaço em que poderia se locomover e fazer suas atividades com mais espaço e liberdade (“Eu não vou morar em predim não, se eles quiser mi dá uma casa... Casa é melhor que fica livre daquela confusão de prédio, cada um tem seu espaço, passa seu muro e fica na sua casa, no seu quintal”)²¹⁶.

A partir de sua argumentação, é possível compreender como se definem os laços institucionais a partir das diferenças de classes sociais. Por que haveria perigo para os pobres e não para os ricos? Por que os pobres são obrigados a acatar as instruções de cima para baixo? Claro que morar debaixo das redes de alta tensão é uma situação extremamente perigosa. Porém, deve-se considerar os valores cultivados na experiência de vida de um morador que vive há 33 anos no local e parece perceber como se tecem as relações sociais a partir do *status* econômico das pessoas: “Olha pra você ver o tanto de casa, prédio, apartamento aí do lado aqui da onde a gente mora. Agora pra eles não tem perigo não né. Porque eles é rico. [...] Os prédios altos tudo construído aí. Por que não tem perigo pra eles e pra nós tem?”. Afinal, há que se lembrar da sua vivência em uma região de enormes contrastes sociais²¹⁷. Neste sentido, o depoimento do seu Joaquim é expressivo e coloca

²¹⁴ Depoimento do senhor J. A. S, 9 filhos, casado, dado à autora em 23-09-2011.

²¹⁵ Aqui não se trata de tomar posição contra o Projeto da CEMIG, que prevê a transferência das famílias que residem em áreas debaixo da rede de alta tensão para apartamentos. Até porque a preocupação do trabalho não é discutir o projeto. Como o assunto foi por diversas vezes mencionado, acreditamos trazer a discussão a partir do olhar dos moradores. Neste sentido, a menção ao Projeto faz-se necessária a partir das falas das pessoas que tiveram a gentileza de nos ceder suas experiências de vida a partir dos seus depoimentos. Mas os apartamentos parecem representar uma melhora expressiva na qualidade de vida para pessoas que moravam em moradias precárias debaixo da rede de alta tensão. Dona V., (51 anos, 8 filhos, solteira), por exemplo, moradora da região, conta o processo de transferência dos moradores das casas para os apartamentos e coloca como experiência positiva a ida de sua filha para o apartamento, onde é possível até um quarto para o neto, algo difícil de se pensar se continuasse morando num espaço apertado onde cabiam 32 construções.

²¹⁶ Depoimento de J. A. S, 9 filhos, casado, dado à autora em 23-09-2011.

²¹⁷ O bairro “Vila Mauriceia” está situado numa área de grandes contrastes sociais. No seu entorno é perceptível bairros da classe média alta com apartamentos caros, residências luxuosas e a Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, evidenciando as desigualdades sociais.

bem a fragilidade dos vínculos institucionais de seu grupo social.

Diante das dificuldades de ter direitos, não há que se falar em modelo pronto, preestabelecido, que deva ser seguido integralmente para se conceituar de ação política bem sucedida. As pessoas agem o tempo todo, de uma forma ou de outra, incluindo manter os apelos às forças tradicionais da cultura, como a religiosidade. Voltar-se para as orações e rezas como meio de se demandar também revela os frágeis laços institucionais daqueles que delegam a Deus a resolução dos seus problemas, sem muito insistir nos órgãos públicos formais. Buscar a “caridade do alto”, como forma de demandar, revela um caminho escolhido face aos poucos laços políticos institucionais. Demandar diretamente a Deus para que se melhore a qualidade de vida revela mais do que o caráter religioso da comunidade, que é também muito expressivo; demonstra como suas esperanças acabam centradas em Deus, figura utilizada para repor os frágeis vínculos institucionais e representativos.

Assim, sem ter a quem demandar, a figura de Deus é quem consolidará a demanda. Deus é, no plano transcendental, tomado como referência para efetivar a demanda no plano material. Retirada do espaço que lhe pertence, a solução dos problemas é transferida do âmbito político para o espaço transcendental.

Os problemas nossos é Deus mesmo que resolve, sabe? Olha, sem Deus eu não sei o quê que a gente faz não, a vida é difícil demais, é tanto sofrimento que só mesmo pedindo Deus pra resolver pra gente os problemas. A mão de Deus que é nosso socorro, porque mais ninguém você pode contar. [...] Quando você vai na prefeitura pra conseguir uma coisa, uma ajuda, é difícil demais, mas a gente vai, porque tem o CRAS também e a Igreja sabe, mas é só mesmo Deus²¹⁸.

Então quando eu vim pra cá [Montes Claros] foi um sofrimento grande, só Deus mesmo pra ajudar a gente. Tinha, antes da Igreja, era um chalezinho que nós rezava, o chalezinho que nós reunia tudo pra rezar, aquele tanto de gente, de criança. **E nós fomos rezando e fomos pedindo Deus e fomos fazendo penitência. Nós rezava demais pras coisas consertar. E aí Deus foi fazendo as maravilhas pra nós e as coisas melhorando**²¹⁹.

O acesso facilitado à esfera religiosa e a dificuldade de acesso ao espaço público formal é motivadora para que o primeiro se constitua como a opção mais tentadora para aqueles que não conseguem firmar seus laços institucionais. Recorrer ao nível transcendental parece tornar-se viável diante de sérios problemas não resolvidos pela política local. Se existe a dificuldade de acesso aos órgãos formais de demanda, bem como

²¹⁸ Depoimento da senhora M. N., 55 anos, 2 filhos, separada, dado à autora em 14-09-2011.

²¹⁹ Depoimento da senhora C. P. S., 62 anos, 9 filhos, viúva, dado à autora em 15-03-2011.

de sua morosidade em atender à comunidade, a solução divina, com orações, torna-se a maneira mais eficaz e tranquilizadora.

Dessa forma, as dificuldades de criar vínculos institucionais formais contribuíram para se criar diversas formas de se demandar. Ora pela violência, com práticas transgressivas e até ilegais, ora agarrando-se a caridade de Deus por meio das rezas, novenas, orações. O fortalecimento dos vínculos institucionais poderia amenizar os diversos problemas sociais. No entanto, parece histórica e proposital a fragilidade dos laços institucionais de sujeitos pobres.

Em todos os aspectos aqui analisados, os sujeitos pobres de Montes Claros compartilham condições de desigualdade social vigentes em quase todas as sociedades capitalistas, mesmo as que se mantêm como democracias modernas, conforme argumenta Norbert Lechner²²⁰, para quem os problemas sociais oriundos da pobreza contribuem para a apatia política em face da inoperância das instâncias institucionais. Segundo este autor, as práticas clientelistas e populistas sobressaem-se à tentativa de consolidação da democracia, solapando as utopias políticas de igualdade e de direitos de cidadania, prometidas no discurso da modernidade.

A população pobre, destituída de poder de barganha, que se restringe basicamente no voto, não tem canais eficientes para demandar, pois a esfera pública formal já se encontra apropriada em defesa dos interesses privados. Corrompida, ela dificilmente torna-se espaço para consolidar as demandas sociais. Sem solucionar as defasagens na saúde, na moradia, na educação, no emprego formal, na previdência, na distribuição de renda, e com a permanência da miséria em face do crescimento da cidade para poucos, o espaço público perde o prestígio como lugar do bem comum, e as pessoas se afastam do espaço político por ele não resolver seus problemas²²¹.

Como resultado, a esfera política perde credibilidade por não mais conseguir direcionar a sociedade. As significações esperadas da ação política, como proteção, condução e duração não se consolidam, mas cedem lugar ao campo das incertezas e das imprevisibilidades. Para completar, em muitas sociedades, a permanência da miséria

²²⁰ LECHNER, Norbert. *Op. cit.*, p. 05-20.

²²¹ “Quando a condução política se restringe ao manejo da contingência, incapaz de balizar o futuro possível, o dever se torna imprevisível. À falta de previsão soma-se o desvanecimento de toda e qualquer noção de um amanhã melhor que dê sentido aos sacrifícios atuais. A política assim amesquinhada gera angústia, pois transfere toda incerteza para o indivíduo. Sozinho, sem ponto de referência nem rede de segurança, ele há de tomar as decisões e assumir os riscos. Já não pode distinguir desejos e temores no tempo; a realidade se impõe, no seu imediatismo, qual um magna infinito. **Oprimido, o cidadão acaba por abominar ou depreciar a política** – suposta instância de proteção e condução – que o traiu”. (Grifo nosso) CF. LECHNER, Norbert. *Op. cit.*, p. 16.

dificulta a implantação da própria democracia de fato, impondo limites à coesão social e à integridade política de alguns países. Em sua análise das sociedades contemporâneas, argumenta, ainda, que o neoliberalismo disseminado globalmente limita a ação política, porque a torna função técnica e racional com o objetivo puro de regular a sociedade de consumo. E isso porque o neoliberalismo toma o mercado e não a política como instrumento de regulação social. Diante dele, o sentido e alcance da democracia se alteram. As utopias democráticas de direitos e de igualdades são desacreditadas, restringindo ainda mais a noção de cidadania e a participação política. Neste contexto, a ação política se orienta conforme a lógica econômica do mercado e por isso se instrumentaliza como meio de gestão e organização. “[...] a entronização da racionalidade econômica significa, primordialmente, a consagração de critérios mercantis na política: o dinheiro, a concorrência, o sucesso individual. À semelhança do mundo frio dos negócios, a política se tornou altamente competitiva e sumamente cara”²²². As ações políticas se orientam para atender, primeiramente, aos interesses mercadológicos e o espaço público é apropriado por grupos de interesses privados que não resolvem o problema do social, mas o agravam. E ao contrário do fortalecimento da sociedade civil, tem-se a predominância da sociedade de mercado. A democracia torna-se reflexo dos interesses do mercado, sendo ofertada a apenas alguns, que por ela podem pagar. E, assim, como no mercado em que os bens não estão disponíveis a todos, a democracia também não.

Não é difícil constatar que essas condições estão presentes em Montes Claros e em todo o Estado de Minas Gerais, como se pode constatar pelos registros a seguir, muito recentes:

A região Norte de Minas é marcada pelo fraco dinamismo econômico e pelo baixo grau de integração a mercados, cujos efeitos são visíveis nos indicadores sociais. Junto com o Vale do Jequitinhonha e Mucuri, **a região é considerada aquela em que mais persiste a extrema pobreza.** [...] **O Norte de Minas é uma das regiões mais pobres do Estado [...]. Na área da educação,** tanto o Norte de Minas quanto os Vales do Jequitinhonha e Mucuri estão bastante distantes das demais regiões do Estado [...]. **No Norte de Minas, o percentual de domicílios com acesso ao abastecimento de água é de 69,2%, e o de acesso à rede de esgoto ou fossa séptica gira em torno dos 59,8%, constituindo os índices mais baixos do Estado nessa categoria. [...]**

Já na área da saúde, as taxas de mortalidade infantil encontram-se em torno de 13 mortes por mil nascidos vivos, o que faz com que o Norte de

²²² LECHNER, Norbert. *Op. cit.*, p. 12.

Minas ocupe uma posição intermediária em relação às demais regiões do Estado [...] ²²³. (Grifo nosso)

Um milhão de pessoas, em Minas, vive em estado de pobreza extrema, segundo o IBGE [...]. Ribeirão das Neves fica bem perto de Belo Horizonte [...], mas o desenvolvimento local passa longe. São quase 300 mil habitantes, 115 bairros e um grau de pobreza altíssimo. Oito mil e trezentas pessoas vivem sem rendimento; a metade ganha até R\$ 70,00 por mês e 29 mil recebem entre R\$ 71 e R\$ 140,00. Esses são alguns dados que revelam a baixa qualidade de vida, avaliada pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ²²⁴.

Nesse contexto, por mais que os diagnósticos pessimistas de autores importantes aqui destacados sejam relevantes, não podem prescindir da perspectiva de Hanna Arendt, que ainda visualiza a esfera pública como espaço do bem comum, da ação e do discurso, ainda que este permaneça um dos grandes desafios da contemporaneidade. Conseguir diminuir as desigualdades sociais, o analfabetismo, as misérias sociais, a falta de infraestrutura básica, constituindo os direitos de cidadania, faz-se possível se acreditarmos no potencial e nas possibilidades da igualdade que transpõe a própria e restrita concepção das leis.

²²³ EXTREMA pobreza ainda persiste no Norte de Minas. *O Norte.net*,. Montes Claros. 27 set. 2011. Disponível em:<<http://www.onorte.net/noticias.php?id=34937>>. Acesso em: 06 out. 2011.

²²⁴ CORRÊA, E. Pobreza é desafio a ser enfrentado em Minas. *Alterosa.com*,. Belo Horizonte. 05 set. 11. Disponível em:<http://www.alterosa.com.br/html/noticia_interna,id_sessao=9&id_noticia=60498/noticia_interna.shtml>. Acesso em: 20 set. 2011.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos limites do estudo dos sujeitos aqui considerados, a história e a cultura política em Montes Claros se mostra impregnada de ambiguidades. Se por um lado, as práticas e representações políticas são marcadas pelo conservadorismo e pelos privilégios das elites políticas e econômicas, pelo personalismo de líderes políticos e pela desigualdade na distribuição dos recursos públicos, por outro, as tensões se evidenciaram como rupturas, fruto das lutas sociais de sujeitos que questionaram sua condição social e buscaram diversas formas de interpor suas demandas na esfera pública formal.

Ao lado da industrialização, que impulsionou a migração, a urbanização e a heterogeneidade dos sujeitos que vivem na cidade, houve também um processo de segregação social e espacial, que se manifesta como segregação de direitos. Entretanto, uma diversidade de estratégias políticas atuantes por esses direitos emergiram, ainda que numa estrutura de poder que mantém os sujeitos desiguais. As análises dos abaixo-assinados, dos pedidos individuais e das práticas transgressivas demonstraram a existência de sujeitos sociais ativos, conscientes da desigualdade social e atuantes diante da exclusão e da precariedade dos direitos constitucionais. Ainda que se tenha constatado a reprodução da dominação tradicional, manifesta na *cultura da dádiva*, na troca de favores, no clientelismo explícito, os sujeitos pobres trataram da apropriação dos mesmos canais de dominação, invertendo a lógica das proposições. As diversas formas de demandar mostraram sua potência política diante de uma estrutura conservadora quanto à extensão dos direitos.

Assim, foi possível constatar diversas ações dos moradores das periferias urbanas de Montes Claros que pressionaram o poder público na atenção às suas demandas, ora buscando meios formais de inserção, ora meios informais e transgressivos, apostando no diálogo e no confronto. Os sujeitos foram ativos se reunindo, redigindo documentos, buscando a coesão de seus iguais, escolhendo a busca coletiva ou mesmo individual, suplantando normas, utilizando a fala exaltada, a ocupação de propriedades privadas e a expressão da miséria.

As demandas expressaram o desejo dos demandantes por fazer-se vistos, ouvidos, percebidos e atendidos no processo de construção da cidadania. As demandas acionaram as relações de poder entre demandantes e demandados e no jogo político encontraram canais que a fizeram fluir, apesar de nem sempre de maneira favorável e

convincente. No jogo político das demandas, os demandantes buscaram interpor seus anseios das mais diversas formas possíveis, ora pela prática institucional, ora pelo grito, pelas palavras ríspidas, pela exaltação dos ânimos, pela coação, pela briga, pelos meios formais e burocráticos, por abaixo-assinados e modos individuais de conquista. Mostraram-se, portanto, sagazes nas ações coletivas e individuais e partilharam até de valores dominantes, da legitimidade dos espaços do poder constituído, enquanto, ao mesmo tempo, construíram suas próprias formas de participação.

Neste contexto, práticas conservadoras, tão comumente, teimavam em colocar benefícios sociais não como direitos, mas como gestos de bondade e caridade da elite política local. Em muitos casos, a assistência benemérita suplantou a noção de obrigação dos direitos e enfatizou mais uma vez a noção de dádiva. Assim, direitos garantidos constitucionalmente transformavam-se em possibilidade de doação, em projetos simplórios e, muitas vezes, em mecanismo de troca por meio dos favores, além é claro das promessas sem efetiva consolidação. Entretanto, se por um lado as práticas políticas próprias da *cultura da dádiva* objetivavam reforçar sentimentos de gratidão e satisfação, por outro, possibilidades de acesso aos direitos redefiniam-se como possibilidades de luta e resistência.

Não se pode esquecer que Montes Claros e praticamente todas as cidades brasileiras não escapam à nova configuração neoliberal do capitalismo, que delimita a ação política por referência e deferência ao mercado, enfraquece a esfera pública, desestabiliza movimentos sociais, enfatiza a miséria e exalta a sociedade de consumo. A exclusão torna-se inevitável e o acesso aos direitos é mais dificultado. Redefinida a ação política, ela atende aos interesses privados do capital e reduz a atenção nos problemas sociais. As demandas sociais acabam tensionadas em outras formas políticas muitas vezes transgressivas e seus sujeitos tangenciados para a invisibilidade. Sem a concretização das demandas por saúde, emprego, educação, creches, previdência, melhores salários, infraestrutura, e diante de inúmeros problemas a enfrentar, emergem estratégias de luta nada institucionais entre os sujeitos aqui estudados. Inseridos num meio de grande desigualdade social, de descrença no quadro político, de inúmeras mazelas sociais, diante de uma cultura política que estimula o individualismo competitivo e o ceticismo em relação aos espaços coletivos, tornam-se visíveis práticas em desacordo às normas formais que, historicamente, não resolveram o problema da miséria e ainda trouxeram desprestígio à esfera pública formal. Assim, os sujeitos vão, de outras formas, se movimentando e externando suas reivindicações num espaço social extremamente tenso. Pode-se concluir

que os sujeitos sociais aqui estudados mostraram a força de suas ações políticas na luta pelos direitos sociais, trazendo à cultura política outras formas de apresentação de demandas, assim como do que é o *político*.

Por fim, não se poderia deixar de lembrar que neste país é garantia constitucional a todo cidadão o direito ao lazer, à saúde, à moradia, à educação, à previdência, à infraestrutura básica, ao trabalho e à alimentação. Portanto, as demandas pelos direitos de cidadania, seja via abaixo-assinados, pedido individuais ou mesmo por meio de práticas transgressivas, evidenciaram ações legítimas e se tornaram meios conscientes de resistência política, num espaço de supressões, frustrações, exclusões e segregações.

Este trabalho, que aqui termina, teve como premissa pensar práticas de pessoas simples diante dos seus problemas sociais. Buscou-se conhecer como moradores de regiões pobres da cidade convivem com a precariedade do serviço público na área de urbanização, educação, saúde, segurança e lazer. Apesar das dificuldades no acesso à esfera pública formal, os cidadãos mantêm meios de pleitear benefícios sociais. São, portanto, pessoas que se movimentam em associações de bairro, em grupos de amigos, em instituições religiosas, em práticas coletivas ou individuais, das mais diversas maneiras, configurando um espaço próprio de participação política.

Em suma, o universo das demandas, ou seja, demandados e demandantes, dentro de um contexto político de demandas de direitos sociais e de diversos interesses muitas vezes conflitantes compuseram o objeto de estudo deste trabalho. Sendo assim, os documentos analisados foram de extrema relevância na compreensão do comportamento político de sujeitos sociais da cidade. Deve-se salientar como foi relevante compartilhar trajetórias de pessoas simples, que mais do que relatos de dor, lutas e sofrimentos, apresentaram casos de luta e expressões de indignação social. Pessoas pobres, comumente excluídas dos benefícios da sociedade capitalista, unicamente por suas condições sociais, jamais deixaram de acender a luz da esperança de que melhorias são possíveis. Ao contrário, de maneira peculiar e particular foram ao enalço da cidadania e da democracia dos direitos, tantas vezes perdido.

Para finalizar, torna-se oportuna a apresentação de um relato muito significativo, de uma artífice da história aqui narrada. Destaco um depoimento de vida de pessoa simples, sofrida, que conseguiu vencer algumas de suas dificuldades no cotidiano, por intermédio dos mecanismos de resistência e luta de que dispunha, como o próprio trabalho, a educação dos filhos, a ajuda do vizinho, a ocupação de uma área perigosa para

morar, a ajuda dos amigos, o apego à religiosidade, o voto, a confiança em figuras políticas e as mais diversas práticas políticas.

Eu ia passando ali e vi um poço de água e me lembrei de quando eu ia pegar no poçinho água pra lavar as roupas dos meninos ir pra escola, era só ter um poçinho d'água que a gente pegava a água. Depois que chovia e ficava lá só um pouquinho de água, a gente pegava. Aproveitava a água. E olha que eu lavava roupa pra fora, por pessoal do Todos os Santos, e sem água. Só que tinha um minador, minha filha, importante demais. Era um broto, fia, que tinha aqui sabe, o povo pegava água toda limpinha, limpinha. Era Nossa Senhora, Jesus que fazia isso. Você passa a rua três, descendo direto, direto, e vira lá embaixo. Era ali que a gente pegava água. Nossa Senhora pôs a mão no poço d'água. E eu chorava, com três pencas de roupa do povo pra lavar, e o povo falava, oh eu quero pra tal dia porque nós vamos viajar pra Belo Horizonte... E eu chorava, oh! Nossa Senhora, me ajuda. O povo que ia primeiro levantava era cedinho, cedinho. O poço enchia, mas os que ia primeiro ia lavando, lavando. Mas eu não podia ir muito cedo, porque tinha que fazer comida pro meu esposo que trabalhava na pedreira, e eu ficava por derradeiro. Aí quando eu chegava Nossa Senhora falava comigo, pode ir, minha filha, que a água pra você lavar sua roupa não falta, e eu lavava tudo, três trouxa de roupa, e ficava limpinha e cheirando. Falar a verdade, Jesus não despreza o filho dele, porque o mundo de gente que pegava água nesse poço, só Deus no mais alto de céu e Nossa Senhora.

Oh, eu já apanhei papel, litro, latinha, vendia salgado com refrigerante. Então tem que lutar, ser guerreira. Eu enfrentei mesmo. Quem já morou num curral, junto com o gado, eu nunca pensei em tá morando aqui. Mas foi tudo com muita luta, a gente não pode desistir não²²⁵.

²²⁵ Depoimento da senhora C. P. S, 62 anos, 9 filhos, viúva, dado à autora em 15-03-2011.

FONTES:**1) ESCRITAS****A) Arquivo Público da Câmara Municipal de Montes Claros (Arquivo Geral Ivan Lopes).****- Pastas documentais utilizadas:**

- Caixa s/n°. Conteúdo: Correspondências Diversas: Recebidas e Expedidas – 1986.
- Caixa s/n°. Conteúdo: Correspondências Diversas: Recebidas – 1990.
- Caixa s/n°. Conteúdo: Correspondências Diversas: Recebidas – 1993.
- Caixa s/n°. Conteúdo: Abaixo-Assinados Diversos.

Abaixo-assinado dos moradores do Bairro Morrinhos, sem data expressa. Retirado da Pasta “ABAIXO-ASSINADOS DIVERSOS”.

Abaixo-assinado dos moradores do Bairro Edgar Pereira, 1990. Retirado da Pasta “ABAIXO-ASSINADOS DIVERSOS”.

Abaixo-assinado dos moradores do Bairro Village do Lago II, 1990. Retirado da Pasta “ABAIXO-ASSINADOS DIVERSOS”.

Abaixo-assinado da Associação dos Trabalhadores e Pequenos Produtores Rurais da região de Campos Elísios, sem data expressa. Retirado da Pasta “ABAIXO-ASSINADOS DIVERSOS”.

Abaixo-assinado dos moradores da Rua Bela Vista e adjacências, 1992. Retirado da Pasta “ABAIXO-ASSINADOS DIVERSOS”.

Abaixo-assinado dos moradores do Bairro São Judas Tadeu, 1986. Retirado da Pasta “CORRESPONDÊNCIAS DIVERSAS EXPEDIDAS E RECEBIDAS – ano 1986”.

Abaixo-assinado dos carroceiros associados ao Sindicato de Condutores Autônomos de Veículos de Tração Animal, 1995. Retirado da Pasta “ABAIXO-ASSINADOS DIVERSOS”.

Abaixo-assinado dos funcionários da RIMO INDUSTRIAL LTDA, 1991. Retirado da Pasta “ABAIXO-ASSINADOS DIVERSOS”.

Abaixo-assinado da Associação Amigos do Alto São João, sem data expressa. Retirado da Pasta “ABAIXO-ASSINADOS DIVERSOS”.

Abaixo-assinado dos moradores do Bairro Santo Inácio I, 1997. Retirado da Pasta “ABAIXO-ASSINADOS DIVERSOS”.

Abaixo-assinado dos moradores do Bairro Dr. Antônio Pimenta, 1998. Retirado da Pasta “ABAIXO-ASSINADOS DIVERSOS”.

Abaixo-assinado dos moradores do Bairro Cintra, 1992. Retirado da Pasta “ABAIXO-ASSINADOS DIVERSOS”.

Abaixo-assinado com cópia mandada ao Jornal do Norte, 1990. Retirado da Pasta “ABAIXO-ASSINADOS DIVERSOS”.

Carta de Pedido remetida ao vereador João Hamilton, 1993. Retirada da Pasta de “CORRESPONDÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS – ano 1993”.

Carta de Pedido remetida ao vereador João Hamilton, 1993. Retirada da Pasta de “CORRESPONDÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS – ano 1993”.

Carta de Pedido remetida ao Deputado Estadual Carlos Pimenta, 1990. Retirada da Pasta de “CORRESPONDÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS – ano 1990”.

B) Jornais (Acervo particular de Américo Martins Filho)

ABANDONO do Village do Lago provoca revolta da população. *Jornal do Norte*. Montes Claros, 26 e 27 Fev. 2000.

CIDADE tem déficit de 60 mil casas. *Jornal do Norte*. Montes Claros, 24 Jan. 1995.

DE olho na Cidade. *Jornal do Norte*. Montes Claros, 02 e 03 Jun. 1990.

DE olho na Cidade. *Jornal do Norte*. Montes Claros, 05 Jun. 1990.

DESABRIGADOS começam a receber atendimento da SAS. *Diário do Norte*. Montes Claros, 09 Jan. 1993.

DESEMPREGADOS são jogados na cidade. *Jornal do Norte*. Montes Claros, 13 Dez. 1996.

MORADORES do Jardim Eldorado reclamam mais assistência. *Jornal do Norte*. Montes Claros, 20 Jul. 1990.

MORADORES do São Judas agradecidos com esgoto. *Diário do Norte*. Montes Claros, 20 e 21 Jul. 1993.

MORADORES acham que Tadeu Leite vai levar as obras ao Conjunto Bandeirantes. *Diário do Norte*. Montes Claros, 26 e 27 Fev. 1993.

NOS rostos de João, Maria e os filhos, o retrato da luta contra a miséria. *Diário do Norte*. Montes Claros, 26 e 27 Fev. 1993.

OLIVEIRA, A. Dor e sofrimento nas ruas da cidade. *Jornal do Norte*. Montes Claros, 23 e 24 Jun. 1990.

PREFEITURA nada tem a oferecer a indigentes. *Jornal do Norte*. Montes Claros, 13 Jun. 1990.

PROGRAMA ILUMINAS pode ser reativado. *Jornal do Norte*. Montes Claros, 02 e 03 Jun. 1990.

SANTA RITA II espera muitas obras de Tadeu. *Diário do Norte*. Montes Claros, 13 e 14 Fev. 1993.

SEM-TERRA voltaram a invadir terreno próximo ao ginásio. *Jornal do Norte*. Montes Claros, 12 Jun. 1990.

SEM-TETOS invadem terreno de 8 mil m² no João Alves. *Jornal do Norte*. Montes Claros, 19 Dez. 1996.

TADEU quer os políticos defendendo o povo. *Jornal do Norte*. Montes Claros, 24 Ago. 1990.

TADEU satisfeito com êxito alcançado no Mutirão. *Diário do Norte*. Montes Claros, 03 e 04 Ago. 1993.

TUDO o drama dos que só têm as ruas. *Jornal do Norte*. Montes Claros, 23 e 24 Jun. 1990.

C) Revista

REVISTA DO GRUPO CEMIG. *UNIVERSO CEMIG*. Ano 1, n.º 4, novembro-dezembro/2010, p. 14-17.

D) Lei

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. Projeto de Lei n.º 2.921/ 2001. Lei que institui o Plano Diretor do Município de Montes Claros – MG, aprovado em 27 de agosto de 2001. Disponível em: <<http://www.montesclaros.mg.gov.br/prefeitura/legislacao/paginas/arquivos/Institui%20o%20Plano%20Diretor%20do%20munic%EDpio%20de%20Montes%20Claros.txt>>. Acesso em: 10-11-2011

E) Memorialista

GUIMARÃES. Jorge Tadeu. *Faces do Legislativo: Montes Claros – 50 anos: 1947-1997*. Sociedade Educacional Arapuim, 1997.

2) ORAL

Entrevistas

Depoimento da senhora I. S. G, 26 anos, sem filhos, solteira, dado à autora em 02 de Set. 2011.

Depoimento da senhora C. P. S, 62 anos, 9 filhos, viúva, dado a autora em 15 de Mar. 2011.
 Depoimento da senhora J. R. S, 70 anos, 9 filhos, casada, dado à autora em 23 de Set. 2011.
 Depoimento da senhora M. J, 41 anos, 4 filhos, casada, dado à autora em 28 de Mar. 2011.
 Depoimento da senhora M. M. B, 55 anos, 8 filhos, dado à autora em 14 de Fev. 2011.
 Depoimento da senhora M. N, 55 anos, 2 filhos, separada, dado à autora em 14 de Set.2011.
 Depoimento da senhora M. S, 46 anos, 3 filhos, casada, dado à autora em 18 de Fev. 2011.
 Depoimento da senhora M. S. S, 54 anos, 9 filhos,casada, dado à autora em 08 de Fev.2011.
 Depoimento da senhora N. C, 54 anos, 2 filhos, casada, dado à autora em 12 de Abri. 2011.
 Depoimento da senhora V., 51 anos, 8 filhos, solteira, dado à autora em 25 de Fev. 2011.
 Depoimento do senhor H. L. R, 45 anos, 3 filhos, casado, dado à autora em 18 de Jul. 2011.
 Depoimento do senhor J. A. S, 9 filhos, casado, dado à autora em 23 de Set. 2011.
 Depoimento do senhor J. S, 56 anos, 3 filhos, casado, dado à autora em 12 de Abri. 2011.

3) MEIOS ELETRÔNICOS

Fontes em Páginas Online – Websites

CORRÊA, E. Pobreza é desafio a ser enfrentado em Minas. *Alterosa.com*,. Belo Horizonte. 05 set. 11. Disponível em:<http://www.alterosa.com.br/html/noticia_interna,id_sessao=9&id_noticia=60498/noticia_interna.shtml>. Acesso em: 20 set. 2011.

EXTREMA pobreza ainda persiste no Norte de Minas. *O Norte.net*,. Montes Claros. 27 set. 2011. Disponível em:<<http://www.onorte.net/noticias.php?id=34937>>. Acesso em: 06 out. 2011.

GONÇALVES, G. Empresas lucram com pacificação de favelas. *Estadão.com*,. Rio de Janeiro. 13 fev. 2011. Disponível em:<<http://estadao.br.msn.com/economia/artigo.aspx?cp-documentid=27661013>>. Acesso em: 28 set. 2011.

MOC investiu irregularmente R\$ 1,2 milhão em time de vôlei. *Luiscarlosgusmao.blogspot.com*,. Montes Claros, 17 ago. 2010. Disponível em:<<http://luiscarlosgusmao.blogspot.com/2010/08/moc-investiu-irregularmente-r-12-milhao.html>>. Acesso em: 10 set. 2010.

NUNES, S. Acesso do Funorte à primeira divisão reacende velhas polêmicas. *O Norte.net*, Montes Claros. 04 set. 2010. Disponível em:<<http://www.onorte.net/noticias.php?id=29478>>. Acesso em: 15 out. 2010.

_____. Protesto contra o prefeito vira caso de polícia: manifestação contra Athos isola Cidade Industrial. *O Norte.net*, Montes Claros. 04 out. 2007. Disponível em:<<http://www.onorte.net/noticias.php?id=10725>>. Acesso em: 20 set. 2011.

_____. Protesto interrompe Rua Jardel Filho nesta manhã: problema vem se arrastando há oito anos e causa danos aos moradores de parte da Vila Regina. *O Norte.net*, Montes Claros. 19 abri. 2006. Disponível em:<<http://www.onorte.net/noticias.php?id=2830>>. Acesso em: 20 set. 2011.

_____. Vereadores denunciam entrega de obra inacabada pela prefeitura. *O Norte.net*, Montes Claros. 30 set. 2010. Disponível em:<<http://www.onorte.net/noticias.php?id=29869>>. Acesso em: 15 out. 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. *O que é Política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2 ed. 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. Em busca do espaço público. In: *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 17-64.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François (dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.
- BEZERRA, Marcos Otávio. *Em nome das “bases”*: Política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: *O Poder Simbólico*. Lisboa: Editora BERTRAND BRASIL. 1989. p. 163 a 202.
- BRAGA, Maria Ângela Figueiredo. *Industrialização da área mineira da SUDENE*. Um estudo de caso: Montes Claros. Montes Claros: Editora Unimontes, 2008.
- CARDOSO JR, Edi de Freitas. *Experiência e poder na urbe em expansão*: “cultura política popular” em Montes Claros/MG entre 1930 e 1964. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. In: *Projeto História*. São Paulo, n.º 35, dez. 2007, p. 255-272.
- FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge. (Org.), *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 59-124.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Revista TOPOI*, Rio de Janeiro, Dez, 2002, p. 314-333.

FOUCAULT, Michel. *Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 4 ed. 2004.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: GRAAL, 4 ed. 1984.

_____. OMNES ET SINGULATIM: por uma crítica da “razão política”. *Revista Novos Estudos*. CEBRAP, n.º 26, mar. 1990, p. 77-99.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da História Social. In: *Projeto História*. São Paulo, n.º 22, jun. 2001, p. 79-103.

LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. *Revista Lua Nova*, n.º 67, São Paulo, 2006, p. 49-103.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa Ômega, 4 ed. 1978.

LECHNER, Norbert. Os novos perfis da política: um esboço. In: *Lua Nova*, n.º 62, 2004, p. 05-20.

LEITE, Valéria de Jesus. *Os fios da vida: Memórias e lutas de trabalhadores têxteis em Montes Claros/MG (1975-2008)*. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 8 ed. 2006, p. 15-25.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação Telégrafo e Imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa, *et. al.* *Muitas memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'água, 2004, p. 14-40.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo- Horizonte: ARGUMENTVM, 2009, p. 13-37.

OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes de. *Nova Cidade, Velha Política: Um estudo de poder sobre Montes Claros – MG*. Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1994.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. *O processo de desenvolvimento de Montes Claros (MG) sob a orientação da SUDENE (1960-1980)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1996.

_____. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE. In: OLIVEIRA, M. F. M. (*et. al.*). *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Unimontes, 2000, p. 13-103.

PEREIRA, Laurindo Mékie. *A Cidade do Favor: Montes Claros em meados do século XX*. Montes Claros: Unimontes, 2002.

_____. A nova história política e o marxismo. In: *Revista OPSIS - Curso de História. Dossiê História e Sensibilidades*. Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão. Catalão - GO, v. 8, n.º 11, jul-dez, 2008, p. 97- 119.

PEREIRA, Roberto Mendes Ramos. *Demandas e Representações Populares na vivência político-religiosa em Montes Claros-MG*. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 2, 1996.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: *Projeto História*, São Paulo (14), fev. 1997.

_____. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética na História Oral. In: *Projeto História* (15), abr. 1997.

PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, Poder Privado e Violência: o campo político norte-mineiro durante a primeira república*. Dissertação de Mestrado. Belo-Horizonte: UFMG, 2002.

PRIMO, Laura Cristina Cordeiro. *UDN, PR, PSD e PTB: da fundação nacional às relações políticas estabelecidas no Município de Montes Claros*. Monografia. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Bóris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano – Estrutura de poder e economia 1889-1930. São Paulo: Difel, 1975. T. III, v.1, p. 153-190.

RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2 ed. 2003.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2003, p. 89-119.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, n.º 25, 1997.

TELLES, Vera da Silva. *Direitos Sociais. Afinal do que se trata?* Belo Horizonte: UFMG, 1999.

VALMOR, Marcelo. *Cidades de Porte Médio e Populismo: Montes Claros um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

VELOSO, Cândida Maria Santos. *Outros modos de viver: pobreza urbana em Montes Claros 1960 a 1980*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UnB, v. 1, 1991.

WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4 ed. 1989.

ANEXOS

ANEXO 01

Abaixo-Assinado dos carroceiros associados ao Sindicato de Condutores Autônomos de Veículos de Tração Animal.

Ilm^o Dr.
Benedito Said
DD Presidente da Câmara Municipal
Montes Claros/MG.



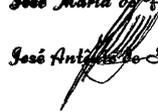
Prezado Sr.

Com o presente, encaminho-vos os requerimentos em anexo, referente a reinvidicações dos Carroceiros/ associados ao Sindicato de Condutores Autonomos de Veiculos de Tração Animal. Certo da vossa prestimável atenção, antecipo sinceros votos de estima e apreço.

Montes Claros, 20 de setembro de 1.995

Atenciosamente,


José Maria de Freitas - Presidente


José Antônio de Sena - Secretário

OBS: O abaixo-assinado contém aproximadamente cerca de 50 documentos com o teor abaixo, nominalmente assinados pelos carroceiros.

Ilustres Vereadores da Câmara Municipal de Montes Claros/MS.

Prezado Srs.

O abaixo assinado Sebastião Gomes de Oliveira, brasileiro, Carroceiro portador da N.º 3.913.206, residente e domiciliado à Beco Bom N.º 206, Bairro Morrinho; vem /

mui respeitosamente solicitar dos nobres representantes do Legislativo Municipal, a sensibilização no sentido de vetar a lei que/ proíbe a minha CARRUÇA de trafegar nos principais pontos de negociações de meus fretes, no centro da cidade; visto que a mesma aprovada recentemente, vai causar grandes transtornos e decadência financeira, na manutenção da minha família, uma vez que não tenho outro meio de sobrevivência. Na certeza de que o meu pedido seja atenciosamente analisado e atendido, rogo a Deus que proteja a todos com paz, saúde, e muita prosperidade.

Montes Claros, 17 de Setembro de 1995

Atenciosamente,

Sebastião Gomes de Oliveira
Carroceiro Autônomo

ANEXO 02 – Abaixo-Assinado dos moradores da Rua Circular no bairro Morrinhos.

Venho através desta abaixo assinado, reivindicar a não mudança do nome/
da RUA CIRCULAR, Bairro dos Morrinhos.

Nós moradores da mesma, achamos que mereçemos um pouco de respeito; pois/
êste ato do nome da mudança da referida Rua, não nos foi solicitado.

Se é que existe democracia e a participação do povo, êste ato não foi /
usado para com nós moradores e sim "autocracia".

Esperamos que esta reivindicação seja aceita pela Câmara de Montes Cla-/
ros.=(MG).

A citada Rua precisa de uma reforma geral, como por exemplo: retirada /
do capim intenço, calçamento ou asfaltamento, alinhamento etc., e não /
mudança de nome.

Antônio B. da Rocha

Valdir Alves

Françisco Ferreira da Silva

Genivaldo Tomaz Feres

Paulo Roberto Alves Zabo

Sergio Bernardino da Rocha

Antonio Roberto Mendes

Cláudio Aurélio Ferreira da Silva

Silma Cristina Oliveira

Beatriz Regina Oliveira

Regina de Jesus Almeida

Silvânia Bernardina da Rocha

Maria dos Reis de Almeida Oliveira

Gerardo J. dos Santos

Itáca Fátima Feres Siqueira

Gerardo Sotol Siqueira

Oba de Sousa J. Teimanta

Beivaldo

Alvan Alves Nunes

Santos

Wladimir J. de Faria

Sidney Boucraia

Raimundo Casimiro Oliveira

Ernesto Alencar da Rocha

Ernesto Rodrigues Maia

Adelson Oliveira Gomes

Francisca Cardoso

Carlos Roberto Carneiro Velloso

Herbert Corqueira Santos

José da Silva Leal

Roberto Augusto

Válter Ferreira da Silva

Quilô

~~Roberto Augusto~~

André

Luiz de Almeida Andrade

Maria Alves Maia

Estrelita de O. Camard

Antônio Alves Fernandes

~~Antônio José de Pa~~

Simão Santos

~~Acilino Farias~~

Glória

Maria José Araújo Sales

Bígia Maria de Souza

~~Luiz~~

Tereza Angélica de Brito

RADEU BERNARDINO ROCHA

Ronaldo Barbosa de Silva

Estevan Bernardino da Rocha

Ilêna Leal

Região de Coimbra ⇒ Vulgo Gera para d. Si.

Paulo M. José da Silva
 Altamiranda
 ROBSON SILVA REIS
 Alfredo Martins da Silva
 Elisabeth da Silva Reis
 Maria do Rosário Reis Silva
 Reginaldo Silva Reis
 Rubens da Silva Reis
 Margareth da Silva Reis
 William David Araújo
 Leonor Vicente Araújo
 Lídia Regina Araújo
 Maria da Conceição Araújo
 Wellington Roberto Araújo
 André da Conceição Araújo
 Vanice Oliveira Vasconcelos
 Luiz Vasconcelos Santos
 Valentina Pereira de Azevedo
 Edmar Ferreira da Silva
 Maria Madalena da Conceição
 Joaquim Francisco de Oliveira
 Inês Ferreira de Oliveira
 António de Oliveira
 Luísa Oliveira Miranda
 Leonice Ferreira Oliva
 Maria Vera Sílvia Sousa Oliveira
 Inês Luísa Lima de Oliveira
 Maria José Xavier
 Yanni de Fátima Silva
 Eliane Ferreira da Silva
 Vânia Luísa Ferreira Alves

Wilson Ferreira Pinto

Teusa Batista gouveia.

Lele Jacqueline Melo.

Heilla Ferreira Sales

Mario Paulo Batista

Maria da Conceição Rocha

Sandra Bernardina da Rocha.

Carlos de Arri? Domingos

Maximiliano Jose Domingos

José Luiz de Almeida

Mônica B. da Rocha.

Maria José Vieira

Maria do Rosário Vieira.

José Welber Gomes Durães

Maria Bernice Almeida Nascimento

João Evangelista de Azevedo

Rita Aparecida Nascimento

Osvaldo de Souza

Enely Obreu Veloso

Selma Pereira dos Santos.

Houlene Tenina

Valdivene Aparecida Souza Cardoso

José Santos

(Natal e 1º de Maio)

Maria da Consolação Ribeiro Santos (Igreja das Dores das santas)

Maria Alves Farias (Igreja dos Santos)

Wilson Paulo de Souza (Igreja dos Santos)

Edson Pereira Silva (M.ª Maria Santos Martins)

Maria Nazareth de Almeida (M.ª Costa Santos)

Joaquim Alves Pereira (M.ª de Lourdes Santos Ribeiro)

Maria Tereza Silva

Dinam Ferreira Pinto.

Rosângela Maria Alvim
 Lívia Maria de Souza
 Gete Aparecida Teixeira
 Pedro Afonso Lima
 João Batista Cascaes
 José Luiz Pimenta
 Geddo Saucy - de Oliveira
 William Lima
 Rápio Besteira
 Maria Luiza Chaves dos Santos
 Rosa de Fátima Ferreira Cláudia
 Constantino Neto Vale
 Augustina Cesar dos
 Almeida
 José Carlos Barbosa
 Dulce Soares Ferreira
 Israel Soares Ferreira
 Joel Soares Ferreira
 Carlos Val Soares
 Israel Soares de Queiroz
 Maria Nívia Gabriel
 Regina Sandra Domingos
 Claudio Alves

ANEXO 03

Abaixo-Assinado manuscrito dos moradores do bairro Santo Inácio I.

- 15-09-97 Baixa Assinado com os moradores do Bairro Sto
- Inacio I Reivindi com o um telefone publico na Rua 12. de 98
- 01 Geraldo de Azevedo
 - 02 Glina Ferreira Cruz
 - 03 Vanilza da Silva Reis
 - 04 Aida Araujo de Souza
 - 05 Antonio Galci Freitas Costa.
 - 06 Fátima Martins da Cruz.
 - 07 Mario dos Mercês S. da Cruz
 - 08 Wilson Veloso dos Santos
 - 09 Maria Aparecida Veloso
 - 10 P. João Soares Cardoso
 - 11 Silvana Crispino de Almeida
 - 12 Gilaine Silva.
 - 13 Maria de Jesus da Silva.
 - 14 Teresinha Leticia
 - 15 Maria da Conceição A.S. Lima
 - 16 Zilmar Gonçalves Dias
 - 17 Adilson Silva do Carmo.
 - 18 Mario Edite Pereira dos Santos
 - 19 Mario da Encina Pereira dos Santos
 - 20 Adonias Pereira dos Santos Martins Filho
 - 21 Cristina de Lima Santos.
 - 22 Rita de Lima Santos.
 - 23 Gilnei Rosa de Almeida
 - 24 Walderson Dias de Souza
 - 25 José Geraldo de Souza
 - 26 Alina Mendes Damasceno
 - 27 M^a Cristina Ramos Crispino
 - 28 M^a Hermitina Ramos
 - 29 Umana Ferrero de Araujo

- 30 ~~padre~~
- 31 Analia viviane F. Anjos.
- 32 Cláudio Soares Azeredo
- 33 Ega Ribeiro Cardoso
- 34 Elton de Souza Silva
- 35 Sábato José de Souza
- 36 Ana Regina Cardoso
- 37 Valinny Cardoso Rocha.
- 38 Marcelo Carlos do Brito
- 39 Sháris Cristina S. Nascimento
40. N. Aparecida Lopes nascimento
- 41 ~~Wenderson~~
- 42 Maria Edilmeia Barbosa
- 43 Nardel Filten Barbosa
- 44 Ana Lucia Costa
- 45 Janice Aparecida Nunes Araújo
- 46 Kátia Silva Souza
- 47 Wânia Alves Vieira
- 48 Nilton Ribeiro de Souza
- 49 Rosalina Martins
- 50 José Reis Martins
- 51 Jefferson Pereira Freitas
- 52 ~~Luiz S. Santos~~
- 53 Maria Piedade Brito
- 54 Carlos ~~de~~ Adriano Soares
- 55 Adilson Costa Brito
- 56 Tilda Duarte da Fonseca
- 57 Manoel P. Pereira da Silva
- 58 Karoliney Lima Silva
- 59 Alberto Lino da Silva
- 60 Delba Lina da Silva

- 61 Luciene Lima da Silva Pereira
 62 Geraldo Ferreira da Silva
 63 Sílvia de Souza Ferreira
 64 Eligênia Soares de Oliveira
 65 Elena Soares de Oliveira
 66 Esandro Soares de Oliveira
 67 Marcos Soares de Oliveira
 68 Nascimento Maria da Silva
 69 Paulo Ferreira da Silva
 70 Andreia Lima Ferreira
 71 Eunice Ferreira Rodrigues
 72 Roberto Rodrigues
 73 Wilson da Silva
 74 Silmo no da Silva
 75 Geraldo Rosa
 76 João Alves
 77 Júlia Rosa
 78 João de Uina
 79 Adão Alves
 80 Nelcy da Silva
 81 Aparecida da Silva
 82 Anotônio Veloso da Cruz
 83 ~~Ubaldo~~ ~~Francisco~~ ~~da Cruz~~
 84 Marcos Vinícius Martins da Cruz
 85 André Luiz Martins da Cruz
 86 Pedro Paulo Martins da Cruz
 87 Armando ~~da Cruz~~
 88 Estaríia Cliterussqaresearchivo
 89 Antônio Aparecido Santos
 90 Vaniel Antônio Prudêncio

- 97 ~~Edvaldo~~ Neres Silva
- 98 ~~Antonio~~
- 99 ~~Deza~~ Severiano
- 84 ~~SOE~~ LODE
- 95 Jose Lino
- 96 Eronici
- 97 Salmo Loucalde bestantes
- 98 Jose Geraldo Paula Teixeira
- ~~99~~ 99 MAURO LUCIO
- ~~100~~ 100 JOAO MARCOS
- 101 ARDINDO CARDOSO DEBRITO
- 102 ~~JOAO CARLOS DOS SANTOS~~
- 103 Casme
- 104 Antonio Alves da Silva
- 105 Gilberto Barbosa da Silva
- 106 Jose Milton Sousa Santos
- ~~107~~ 107 JOHNNY BERNARDO BARBOSA
- 108 BRIGIDA VALERIA BARBOSA RIBEIRO
- 109 Ramonano Cardoso ~~de~~ ~~AMATO~~
- ~~110~~ 110 Deraldino Luis Alves
- 111 Itaquim Valente
- ~~112~~ 112 Teus Fabricia Santos
- 113 Sônia Pereira de Souza
- 114 Wilson P. Souza
- 115 Natália Veloso da Silva
- 116 Jose Raimundo Veloso Oliveira
- 117
- 118
- 119
- 120
- 121